

2017 • Ano 10 • Edição 19  
Faculdade de Comunicação  
Universidade de Brasília

# Campus Repórter

Edição Especial  
*10 anos*

## **Fazer jornalístico**

A *Campus* entrevista jornalistas de diferentes áreas e aborda as principais mudanças da profissão nos últimos dez anos

## **Testemunhas esquecidas**

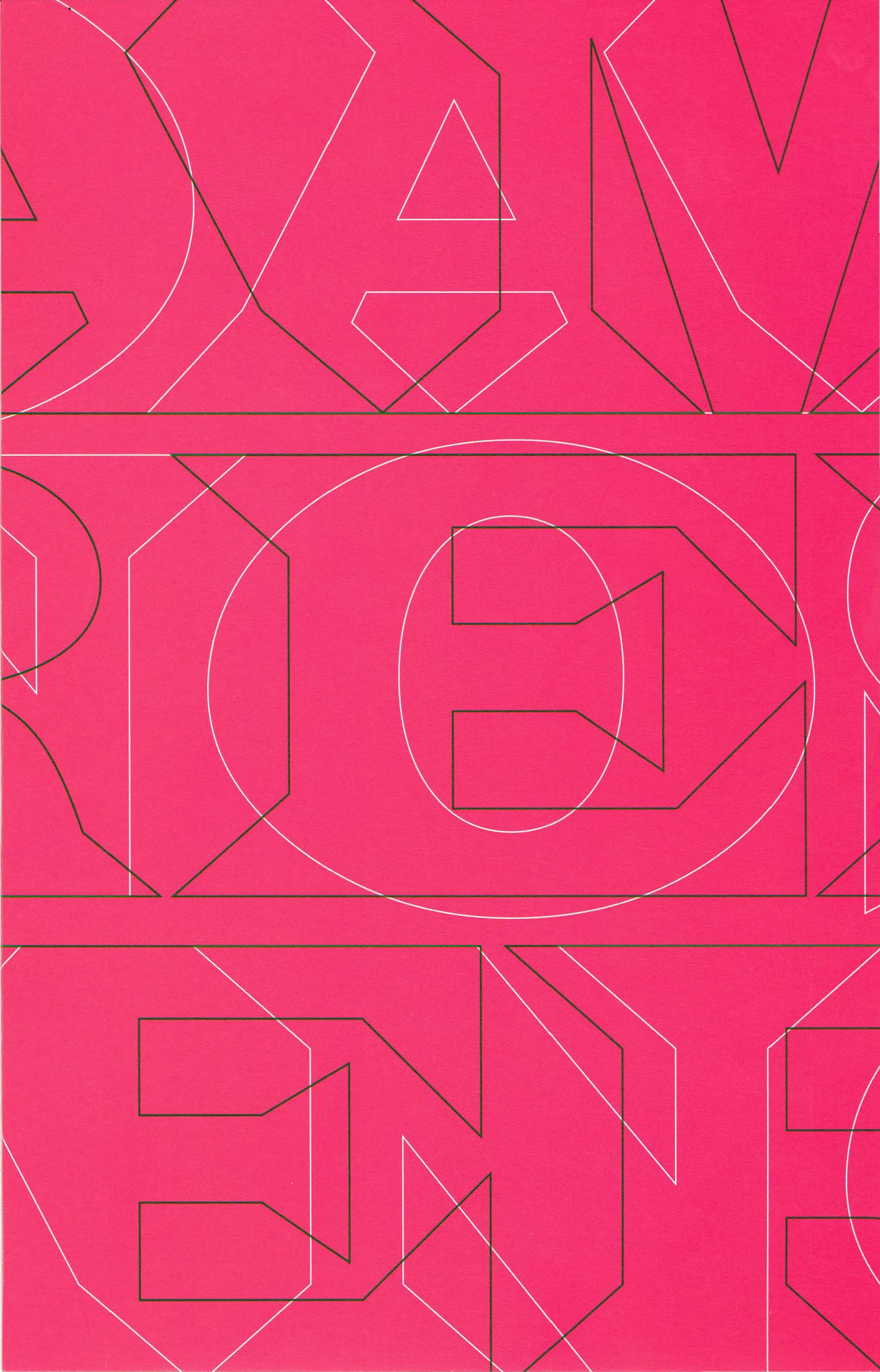
Conheça o drama dos *aikewáras*, indígenas torturados na ditadura













# Carta da Editora

**Uma década.** Completamos **10 anos** de existência com muita história boa contada, personagens que marcaram as páginas que ilustram todas as **18 revistas** produzidas até hoje e um jornalismo feito mais que por experimentação. Apresentamos a mudança que queremos ser. Um fazer jornalístico apoiado na renovação.

Passamos pela transição do impresso e chegamos à produção online. Há um detalhe nessa transição, no entanto. Para muita gente que faz jornalismo no papel, é assustador lidar com o digital. Aqui, na **Campus Repórter**, essa transição é contada por meio de um texto cheio de bossa e o contraste entre novas e antigas práticas profissionais nas redações brasileiras. E é com foco no fazer jornalístico que recuperamos, em nossa matéria de abertura, a história dos **10 anos** da revista. Quem são alunos, professores, fontes e personagens que passaram por aqui? Onde estão hoje? O que têm pra contar?

Esta edição comemorativa traz ainda o relato dos indígenas *aikewáras* e mostra como sobreviveram à pior de todas as torturas: a indiferença da sociedade. A superação ganha forma, também, no texto sobre uma comunidade terapêutica em Brasília que trata dependentes químicos com uma perspectiva altamente renovadora. Após o tratamento, a palavra de ordem é retornar à comunidade para ajudar outros internos. Em Brasília também contamos a experiência das escolas inclusivas, com o relato da educação voltada a estudantes com deficiência e como, ainda, é possível haver avanços na educação especial.

Dois anos após o rompimento da barragem de Fundão, localizada a 35 km do centro do município de Mariana (MG), o desastre é mostrado pela perspectiva de quem hoje ainda tenta sobreviver. E é de lá que vem o perfil de Maria Magdalena Lana Gastelois, a Madá, mulher de vanguarda, que deixou sua marca na cidade mineira.

Nossa tão saudosa bailarina Eugênia Feudora também encontra-se em uma das matérias da **Campus Repórter**, contada por meio de sua incrível trajetória e o modo bastante particular de educar que transformou o cenário da dança no Brasil. Arte em movimento também é tema da reportagem sobre Odrus (surdo, de trás para frente), o grafiteiro que saiu do DF para o cenário internacional com a remontagem das paisagens urbanas da cidade.

E é na restauração da paisagem urbana que o ensaio fotográfico de Anderson Schneider está inserido. Para ele, arquitetura é conceito que transcende. Transpõe lugares. Rafael Dietzsch, professor da Faculdade de Comunicação, apresenta um ensaio tipográfico no fechamento desta edição. Com toda essa responsabilidade, apresentamos, a você, leitor e leitora, a junção de todas essas vozes em um fazer jornalístico de excelência.

Um grande abraço. Boa leitura.

**Ana Carolina Kalume Maranhão**, editora-executiva.

04

10 anos de  
Campus Repórter

Brasília  
Perdida

26

44

Inquieta, ávida  
e singular

Resgatando  
esperança

60

76

Silenciado  
pelo destino

## Expediente

---

### Campus Repórter

#### Editora-executiva

Ana Carolina Kalume Maranhão

#### Editores

Ana Carolina Kalume Maranhão,  
Paulo Paniago, Sérgio de Sá  
e Solano Nascimento

#### Edição de arte

Célia Matsunaga e Rafael Dietzsch

### Reportagem

Alana Martinez, Ana Julia Paiva,  
Bruna Furlani, Bruna Rocha, Gabriel  
Shinohara, Lis Gabriela Cappi, Luana  
Melody Brasil, Luana Pereira, Michael  
Rios, Murilo Fagundes, Neila Almeida,  
Thallita Essi, Thayssa Souza, Thomas  
Gonçalves e Victor Pires Corrêa

### Revisão

Murilo Fagundes

### Capa

Henrique Eira

### Projeto gráfico e diagramação

Ana Luiza Padilha, Beatriz Nery,  
Daniela Franca, João Victor Maciel,  
Leilane Gama e Pedro Moreth

### Ilustração

Emile Catarine Rodrigues Cançado

### Fotografia

Raphaele Caixeta

### Tratamento de Imagem

Matheus Almeida



# 16

## Fora do Lide

**A guerra contra o esquecimento**

# 34

# 52

## Rejeitos na foz do Rio Doce

**O avanço da educação especial no DF**

# 68

# 84

## Nos passos da memória

**Universidade de Brasília  
Faculdade de Comunicação**

**Diretor**  
Fernando Oliveira Paulino

**Vice-diretora**  
Liziane Soares Guazina

**Chefe do Departamento de Jornalismo**  
Sérgio Ribeiro de Aguiar Santos

**Chefe do Departamento de Audiovisuais e Publicidade**  
Armando Bulcão

**Chefe do Departamento de Comunicação Organizacional**  
Janara Kalline Leal Lopes de Souza

**Coordenador dos Cursos de Jornalismo, Publicidade e Audiovisual**  
Pedro David Russi Duarte

**Coordenadora de Extensão**  
Rose May Carneiro

**Endereço**  
Campus Universitário Darcy Ribeiro,  
Faculdade de Comunicação, ICC  
Ala Norte - CEP: 70.910-900 Brasília-DF  
Tel: (61) 3107 6520 <http://fac.unb.br>

Ano 10, Nº 19 | Dezembro de 2017  
**Impressão** Gráfica Coronário  
**Tiragem** 3000 exemplares

Relatar uma história escondida a ponto de que nem mesmo os moradores da própria cidade conheciam bem: a de um homem que passou a viver dentro de um carro de boi e, em cima dele, fazia tudo o que tinha como rotina, vinte e quatro horas por dia e por anos a fio. O cenário, que se passava no município de Santana, sertão nordestino, era composto por uma carroceria de boi, uma casa simples com horta humilde e tinha, como personagens, Fecundo Jesus da Silva, que vivia no carro; dois irmãos idosos com deficiência auditiva e uma cunhada que, aos 73 anos, era responsável por providenciar as necessidades dos quatro moradores. Tal história se tornaria a primeira capa da primeira edição do **Campus Repórter**, revista-laboratório em reportagem da Faculdade de Comunicação da UnB. Fecundo Jesus da Silva, mesmo com nenhuma palavra dita, além de um simples bom dia, marcaria assim o início de 19 edições e 108 reportagens desta produção.



10 anos  
10 anos  
10 *anos*

Caminhos percorridos em dez anos de reportagem

10 *anos*  
10 anos  
10 anos

- “*Mas  
reportagem é  
um gênero em  
extinção!*”

Texto Bruna Rocha e Lis Gabriela Cappi  
Memórias Michael Rios  
Diagramação João Victor Maciel

A afirmativa pode parecer atual, mas completa uma década. A consciência de que o espaço para grandes reportagens em revistas e o trabalho jornalismo seria algo escasso direcionou o editorial da primeira edição da **Campus Repórter**, em 2007. Momento em que a revista deixou clara a razão pela qual veio: investir em um trabalho diferente do visto nas redações. Uma escrita detalhada, com alta produção e profundas apurações e que, acima de tudo, contasse boas histórias.

Para atender a missão, os alunos percorreram de norte a sul do Brasil e se aventuraram em outros países para relatar temas importantes e, muitas vezes, ignorados pelos grandes veículos midiáticos. Questões indígenas, problemas ambientais, perfis e diferentes tipos de situações vivenciadas por pessoas à margem da sociedade se fizeram, e ainda estão, presentes entre as dezenove edições da revista que,

além de mostrar uma forma de se fazer jornalismo com profundidade e responsabilidade social, contribuiu para a bagagem dos repórteres em formação.

“A **Campus Repórter** permite um mergulho no assunto, permite você fazer uma coisa mais elaborada, mais demorada, mais sofisticada, também”, lembra o ex-aluno Alexandre de Paula que, em 2014, produziu uma matéria sobre pessoas que estavam às margens da BR-153. Assim, as edições estão repletas de reportagens com vivência e inserção do leitor em tratados históricos, sociais e culturais. E todo processo é pensado pelos próprios estudantes, desde a elaboração da pauta, a aplicação de técnicas de apuração e os novos experimentos em texto e imagem.

Mesmo em busca da inovação, tem-se como tradicional o mínimo de quatro páginas para cada produção. Para preenchê-las, os estudantes se



dividem também entre as funções-padrões de: repórter, responsáveis pela apuração e escrita dos textos; diagramadores, que unem texto e imagem e configuram as páginas; e fotógrafos e ilustradores, ocupados pela busca da composição visual do produto. Cada um recebe a oportunidade de inovar dentro dos temas que se quer conhecer mais e na crença do que deve ter maior exposição, sem deixar de lado a produção coletiva e mescla entre ideias e áreas, já que a revista pode ser feita não só por futuros jornalistas, como também por outras habilitações na comunicação e na área do Design.

## Uma revista que surgiu de uma experiência

Para produção de uma edição especial de 30 anos do jornal-laboratório **Campus**, o professor e então diretor do curso de Jornalismo, David Renault, levou um grupo de alunos para o sertão da Bahia, a fim de visitar a região onde por um tempo viveu e foi morto o ex-capitão de Exército e guerrilheiro Carlos Lamarca. A viagem, que proporcionou o prêmio Líbero Badaró de melhor jornal universitário à edição *O que restou da aventura guerrilheira no sertão*, motivou o professor a desejar uma nova produção dentro da Faculdade de Comunicação. "Voltei daquela viagem convencido de que devíamos fazer uma revista com grandes reportagens, resultantes de apuração de campo", lembra.

Em 2007, com uma negociação de valores com a gráfica que produzia o jornal **Campus** e uma sobra de verba, surgiu a oportunidade para criação da revista. Junto às professoras Márcia Marques e Rosa Pecorelli, teve início o esboço e a primeira edição do projeto. Além das professoras, a docente Célia Matsunaga assumiu como editora gráfica e o professor Marcelo Feijó foi o responsável pelas orientações em fotografia. "Daí não parou mais, com a participação de outros professores em vários momentos, até o segundo semestre de 2016, por conta da ocupação da FAC, que desmobilizou a produção da revista", conta David.

O início teve como inspiração a revista *Realidade*, renomada produção da editora Abril da década de 1970, que apresentava reportagens bem trabalhadas e com aproximação às causas sociais.



### Memórias

---

## Dez anos atrás

A primeira reportagem de capa da *Campus Repórter* foi assinada por Eduardo Rodrigues e Guilherme Rosa. Os estudantes viajaram até o interior da Bahia e na região encontraram dona Joana, na época com 76 anos, que cuidava da roça e tomava conta dos cunhados em um ponto afastado da cidade de Curral das Varas. Entre eles, estava Fecundo Jesus da Silva, que, do alto de um carro de boi, tinha uma visão privilegiada do local. Ele não descia dali por nada. O motivo de deixar o convívio com os demais é revelado aos poucos. A matéria também mostra a visão política da cidade e as dificuldades de uma família que não adquire benefícios do estado.

Disponível em: [goo.gl/Nptsvf](http://goo.gl/Nptsvf)

## 10 ANOS

Durante as primeiras edições, os estudantes receberam exemplares da revista modelo para conhecer melhor a proposta de direitos humanos, a caracterização de textos; e o foco em personagens. E são sempre orientados para buscar suporte na literatura, nas artes visuais, no cinema e na fotografia.

“Às vezes os jornalistas trabalhavam dois semestres em um tema, ou mergulham em uma região.

---

*– “Em várias crises do jornalismo a revista se manteve. Uma importante é quando teve a queda do diploma.”*

---

E buscavam a arte como âncora nesse processo, o que você tem na literatura, o que você tem no cinema, o que te alimenta sobre esse tema com um outro olhar”, explica a editora-executiva da primeira edição, Márcia Marques.

E as produções foram representativas na história do Jornalismo. Dione Moura, uma das orientadoras no processo produtivo da revista, explica que a **Campus** continuou com a proposta inicial mesmo com todas as mudanças pelas quais a profissão passou durante a década de existência. “Em várias crises do jornalismo a revista se manteve. Uma importante foi quando se teve a queda do diploma”, diz. “A gente investindo em alta reportagem, de qualidade, com profundidade, mas o diploma sem validade. E foi exatamente quando a gente ganhou prêmio na Expocom Nacional. Reafirmando o papel do jornalismo na reportagem”, reforçou a editora-executiva de duas edições da revista e editora de texto em outras dez.

## Reconhecimento desde a primeira edição

Todo o experimento da revista se mostrou bem visto e recomendado por diferentes leitores e intelectuais do período. Respostas positivas à primeira edição foram enviadas pelo então ministro das Comunicações, Hélio Costa, e também pelos ministros da Justiça, Tarso Genro, e do Desenvolvimento Social e Combate à fome, Patrus Ananias. Além de mensagens de apoio de docentes da UnB e outras Instituições de Ensino Superior do país.

O reconhecimento com o trabalho veio também com premiações em diferentes categorias universitárias: Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo (2013), prêmio Engenho de Comunicação (2009) e nas premiações do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom) e Exposição de Pesquisa Experimental em Comunicação (Expocom).



Devido ao espaço alcançado, a revista se tornou também espaço de portfólio para os alunos que passaram e ainda vão passar por essa redação. "Difícilmente hoje um jornal ou uma revista vai apostar em um repórter iniciante para produzir grandes reportagens. Assim, o curso de Jornalismo é a grande oportunidade que o futuro jornalista tem de praticar algum tipo de reportagem de maior fôlego", diz o professor David Renault.

"Apuração e texto são partes da reportagem. Primeiro há a construção de uma pauta, que tem que ser bem feita; uma concepção gráfica que era e é discutida no coletivo; um levantamento fotográfico que tem também uma linguagem", completa Márcia, que esteve presente em dez edições.

# Muito além do texto



22 Professores

No início da produção, os repórteres tinham como orientação aprimorar as técnicas do jornalismo, e, para isso, deveriam buscar grandes autores, como Cláudio Abramo, Bill Kovach, Cremilda Medina e Nilson Lage. E outros clássicos da literatura para entenderem melhor sobre o tema escolhido antes de a verdadeira apuração começar. Após esse aprofundamento, os estudantes eram acompanhados pelos professores editores responsáveis, que estavam ao dispor para esclarecer dúvidas e lapidar os textos.

A importância dada a outras etapas, como diagramação e fotografia, durante todo o processo, é reforçada pelos coordenadores dessas áreas. Assim, design e foto colaboram com a possibilidade de inovação e complementam sob medida o espaço em que o texto direciona. O professor Marcelo Feijó, editor de fotografia em treze edições, afirma que, quando texto e imagem estão em harmonia, tudo tende a ficar melhor. "Há generosidade, acho que por isso ela sempre funcionou. Sempre teve essa harmonia que eu acho que, dentro do jornalismo, quando acontece, atinge um nível mais alto."

## IOANOS

Em alguns experimentos, a equipe da diagramação e da fotografia trabalharam juntas desde a etapa da apuração, para montar as páginas junto com o repórteres, como foi o caso. As informações recolhidas ajudaram na composição das paletas de cores, escolha de fontes e da programação visual das páginas.

Dessa maneira, ilustrações e fotografias passaram a ser uma marca da revista, e vistas como essenciais na hora de contar a história. O professor Marcelo Feijó ressalta a questão ao explicar que "a fotografia é jornalismo também, é informação. Pode se beneficiar da boa técnica, da boa estética. Vale a mesma coisa para o texto, é informativo, tem que ter precisão, tem que ser bem feito do ponto de vista dos critérios, mas também pode ser leve, agradável, literário, esses limites estão sempre indo e vindo."

Além de toda composição e todas mudanças na maneira de se produzir, existe o recorte e foco do contato presencial no que se escreve. David Renault explica a conexão com o que se escreve e a importância das viagens nesse quesito. "Todos sabemos que uma coisa é você apurar um texto em sua cidade, ao telefone, por internet, outra é viajar, ir a pontos que muitas vezes não conhece, ver a realidade local, falar e sentir as palpitações de pessoas que viveram ou vivem a história ou o drama que se pretende contar. Só quem tem este tipo de experiência sabe o que significa para quem pretende ser jornalista de gabarito."

## Próximas páginas

Entre memórias e perspectivas futuras expostas no espaço de dez anos, história e passado se fecham com o registro de cada uma das publicações da **Campus Repórter** na Biblioteca Central dos Estudantes da UnB. Por meio de um trabalho da professora Márcia Marques, a memória das dezenove edições serão guardadas na Universidade.

Novos caminhos e novas formas surgem nesta edição. O espaço de criação em design reconduz o pensamento visual. Parte-se do entendimento de que essa construção é fundamental para que se tenha um produto editorial gráfico de qualidade. Célia Matsunaga e Rafael Dietzsch, responsáveis pelo

projeto gráfico, acreditam que essa é a melhor maneira para se fazer o novo. Além disso, "a ideia é trabalhar editores e designers de forma integrada. Um é dependente do outro", diz a professora.

Ana Carolina Kalume Maranhão, editora-executiva desta edição, reforça que a ideia é continuar a busca pela inovação e que a expectativa é que novas e excelentes reportagens façam parte das páginas das futuras edições da revista. "Apresentamos aqui reportagens com conteúdos de alta qualidade jornalística e com a união de professores e alunos que trabalharam arduamente em todo processo. Esperamos manter isso como tradição na **Campus Repórter**".







# 6 páginas

## experiências dos alunos

### Eduardo Rodrigues

Com o período de lançamento de revistas que abordavam a reportagem de uma maneira mais aprofundada, como a *Piauí* e a *Brasileiros*, Eduardo teve o interesse em experimentar e aperfeiçoar o texto em grandes reportagens. Ele conta que mesmo depois de outras experiências dentro da Faculdade de Comunicação, foi na **Campus Repórter** a primeira vez que saiu em viagem para apurar e ficar imerso em um tema. O trabalho produzido por ele, em conjunto com Guilherme Rosa, tornou-se a matéria de capa da primeira edição da revista.

Eduardo conta que o maior desafio da dupla foi ter desenrolado uma pauta do zero. “A gente não tinha nenhuma referência. Não tinha um assessor de imprensa, não tinha um endereço, não tinha ninguém fazendo ponte. Foi quase uma investigação de entrar para dentro do Sertão e ir batendo de porta em porta”, diz. Além da imersão em literatura, um ponto interessante no trabalho produzido por ele, que agora é repórter de economia no *Estadão*, foi colocar em prática a função social do jornalismo. “Graças a nossa matéria, a prefeitura interveio e ofereceu um tratamento e ajuda para aposentar os que precisavam” conta.

*“A incrível trajetória do homem  
que mora no carro de boi”*  
Matéria produzida junto a  
Guilherme Rosa  
edição 01

Disponível em: [goo.gl/LjrjCn](http://goo.gl/LjrjCn)

## Janine Moraes

*"Em busca da seriedade, com Dayene Peixoto"*  
edição 03

Disponível em: [goo.gl/LjrjCn](http://goo.gl/LjrjCn)

*"Cicatrices da Loucura Educação Itinerante"*  
edição 4

Disponível em: [goo.gl/LjrjCn](http://goo.gl/LjrjCn)

Fotógrafa de três edições da revista entre o sexto e oitavo semestre, Janine Moraes seguiu a carreira em fotografia após a **Campus Repórter** e a graduação. Mesmo após ter trabalhado em espaços como, a *Empresa Brasil de Comunicação*, o *Correio Braziliense* e o *Ministério da Cultura*, Janine relata que em redações não conseguiu o "nível de autonomia e profundidade que a Campus oferece". Para ela, o maior encanto era a possibilidade de "se deslocar para fazer reportagens. Porque você consegue desconectar da vida cotidiana e faz aquilo de outra maneira", conta.

Na revista, teve experiência com diferentes tipos de histórias, entre elas a de pessoas com familiares em situação de risco, conhecimento do mais antigo centro brasileiro que ainda se utilizava da prática de lobotomia e sobre a educação em acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ainda com o objetivo de encontrar algo semelhante à revista como profissão, ela reforça a importância do contato e das trocas que teve durante a experiência na **Campus Repórter**. "Foi bom ter passado porque eu talvez nunca teria conhecido essa experiência de trabalho. Saber que a experiência de foto pode ser muito mais".

## Marcus Lacerda

Após ter participado do jornal **Campus**, Marcus ficou com "fome de reportagem" e decidiu exercitar sua apuração jornalística na revista. O ex-aluno, que hoje trabalha na revista *Traços*, lembra-se de como a experiência influenciou na sua vida profissional. "A professora Thaís Jorge corrigindo o meu texto foi uma aula". Além da edição, ele diz que a forma de apurar promoveu muitos desafios e aprendizados.

Ao chegar em Barbacena, ele e a fotógrafa Janine Moraes não foram recebidos pelo médico que trabalhava no hospício que seria pauta da reportagem. Sem saber o que fazer, eles saíram pela cidade perguntando sobre ex-pacientes que haviam fugido do manicômio. E foi aí por meio desses personagens e de uma visita ao museu da loucura, que encontraram pelo caminho, que a matéria surgiu.

*"Cicatrices da loucura"*  
Texto  
edição 04

Disponível em: [goo.gl/LjrjCn](http://goo.gl/LjrjCn)



## Flora Egécia

Estudante de Design (Instituto de Artes - UnB), Flora foi uma das alunas de fora da Faculdade de Comunicação que tiveram a oportunidade de participar da **Campus Repórter**. Ela já gostava de trabalhar com design editorial e participou da revista três vezes, o que levou a outros projetos relacionados a isso. “Eu tanto gostava de design editorial que durante a minha graduação fora da UnB lancei uma revista junto com alguns amigos, que era a revista *New*, que foi distribuída gratuitamente em Brasília”, diz.

Flora conta que aprendeu bastante com a diversidade dos alunos e com os professores que eram abertos para esclarecer dúvidas. “Eu via que eu tinha espaço para aprender e tirar dúvidas em todas as áreas, independente de onde eu estivesse trabalhando.” Ela também diz que a construção da turma e a divisão dos alunos era feita de forma bem colaborativa, assim, era possível descobrir assuntos de outras áreas, diferentes da que o aluno escolheu.

“Caçadores de vestígios”  
Diagramação e foto  
edição 04

Disponível em: [goo.gl/LrjCn](http://goo.gl/LrjCn)

+250 alunos

## Marcela Ulhôa

“Campos de riqueza e abandono”

Fotografia

edição 07

Disponível em: [goo.gl/LrjCn](http://goo.gl/LrjCn)

Marcela participou da **Campus** duas vezes, como repórter e como fotógrafa. Na segunda vez, ela acompanhou Marina Tokarnia em uma viagem ao nordeste de Tocantins para tratar sobre a disputa de terras indígenas. Ela conta que foi sua primeira viagem e que fez parte de todo o processo. “Ter que fazer toda a organização da viagem, fazer tudo juntos, apesar de ser fotógrafa, contribuiu muito para a minha formação.”

A ex-estudante de Jornalismo diz que a **Campus** permite que alunos, ainda em processo de formação, possam ter a oportunidade de fazer uma grande reportagem com viagem, algo que para ser conquistado em um veículo de comunicação leva muito tempo. “É um processo super árduo de buscar fonte, de ir ao local várias vezes, construir uma relação com os personagens.” A viagem foi uma parte tão importante na formação de Marcela que hoje a jornalista faz mestrado sobre a questão indígena e sobre refugiados venezuelanos em Roraima.

## Alexandre de Paula

Alexandre sempre gostou da revista e viu na matéria uma oportunidade de fazer uma grande reportagem antes de sair da universidade. O estudante de Jornalismo, que hoje trabalha no *Correio Braziliense*, viajou com o fotógrafo Mateus Vidigal pela BR-153 e contou histórias de pessoas pelo caminho. Ele conta que a melhor parte foram as incertezas e a busca por histórias interessantes que dariam matéria. Sobre o contato com os entrevistados, ele diz que “é uma relação diferente, é uma forma diferente de estabelecer contato com as pessoas”.

A revista foi o projeto que mais marcou Alexandre na UnB. “A **Campus Repórter** permite um mergulho no assunto, permite você fazer uma coisa mais elaborada, mais demorada, mais sofisticada também.” Ele diz que o processo de elaboração da matéria e a revisão do professor Paulo Paniago ajudaram a melhorar sua escrita e a forma de pensar as matérias, que o texto desse tipo de publicação “pode ser escrito de uma maneira mais interessante, mais literária”.

“As margens da estrada”

Texto  
edição 09

Disponível em: [goo.gl/LjrjCn](http://goo.gl/LjrjCn)

“Vítimas de Kony”

Texto

Edição 14

Disponível em: [goo.gl/LjrjCn](http://goo.gl/LjrjCn)

“As fiapeiras de Frecheirinha”

Fotografia

Edição 11

Disponível em: [goo.gl/LjrjCn](http://goo.gl/LjrjCn)

## Jéssica Paula

“Minha paixão” foi a primeira sentença utilizada por Jéssica para descrever a própria relação com a revista. A jornalista atua como palestrante, escritora e está na construção de um projeto de comunicação próprio que possui referências ao que teve contato na **Campus Repórter**, como mostrar histórias e produzir grandes matérias com bastante tempo de produção. Na revista, Jéssica teve duas experiências. A primeira, em que fotografou uma reportagem sobre o trabalho escravo no interior do Ceará, e a segunda, que tratou em reportagem o trabalho de conclusão de curso dela em Jornalismo: um livro que retrata a vivência de comunidades africanas em conflito com o Koni.

Ela reforça as possibilidades oferecidas pela **Campus** ao afirmar que “a gente não tem oportunidade de viver e ter esse tipo de experiência jornalística mesmo em redações conceituadas, principalmente se tratando de estudantes que não têm financiamento, e não têm a oportunidade de levar isso adiante”. Ela se lembra com carinho das trocas e aprendizados e expõe que “meu sonho era trabalhar numa **Campus Repórter** no meio profissional”.



# 108 matérias

## Rebeca Garcia

Edição ganhou prêmio na modalidade "Revista-laboratório impresso" na Expocom do Centro-Oeste e chegou à etapa final no nacional

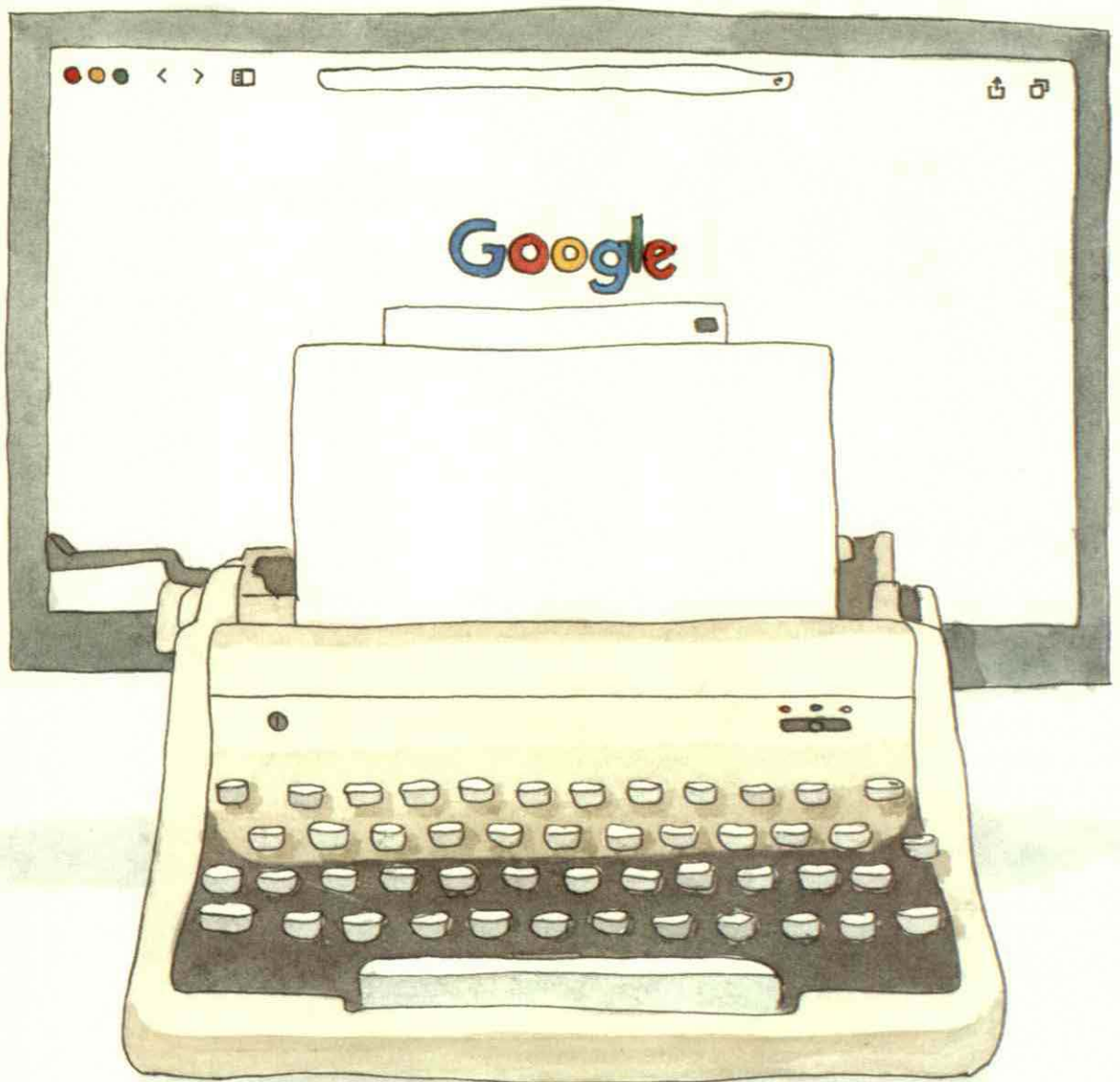
Rebeca fez parte do grupo de alunos que ganhou o prêmio na Exposição de Pesquisa Experimental em Comunicação (Expocom) pela diagramação na última edição da **Campus Repórter**. O grupo, composto também pelos estudantes Gleydson Lima e Lis Cappi, escreveu um artigo com o tema *Jornalismo visual: a ilustração e diagramação de revista enquanto construção da sintaxe visual da reportagem*, retomando a proposta inicial da revista. A estudante de Jornalismo comenta sobre os benefícios que essa experiência trouxe, mesmo antes de se formar no curso, já que, "além da revista em si, que funciona como um currículo técnico, o meu currículo acadêmico também aumentou por causa da **Campus**".

Para ela, a melhor parte da experiência foi utilizar a diagramação para construir a notícia junto com os outros alunos. Rebeca diz que esse é um projeto muito valioso e que traz muitas vantagens para os que participam. "É algo que aceita pessoas de outros cursos, essa interdisciplinaridade da **Campus** é sensacional. E, como uma experiência dentro da FAC, é um produto que o resultado positivo chega muito rápido."

*"À margem das marginais"*

Diagramação  
edição 18

Disponível em: [goo.gl/LjrjCn](http://goo.gl/LjrjCn)





# Fora do lide: o fazer jornalístico da última década

---

Texto Gabriel Shinohara e Murilo Fagundes  
Diagramação Ana Luiza Padilha  
Ilustração Emille Catarine Rodrigues

*Foram dez anos de mudanças profundas no jornalismo. A tecnologia se tornou ainda mais presente no cotidiano do profissional e intermediou relações entre público e fontes. Mudanças no fazer jornalístico transformam o produto final, promovem um embate de gerações e deixam muita gente confusa quanto ao financiamento dos novos modelos, à reestruturação dos velhos e aos espaços cada vez mais sem fronteiras entre público e jornalista.*

Nas folhas de papel, na tela da televisão, nas ondas do rádio, na palma da mão com um celular. O jornalismo é, hoje, plural, moderno e, acima de tudo, diferente do que já foi um dia. Surgido em 69 a.C. pela iniciativa do general romano Júlio César, o *Acta Diurna*, primeiro jornal conhecido, tinha o intuito de divulgar os principais acontecimentos da República. A vontade de relatar, informar e servir continuam, e a profissão se consolida. Mais do que se consolida. O fazer jornalístico carrega estereótipos, marcas e características únicas.

O escritor português José Saramago analisa, de forma pontual, alguns profissionais: “Os jornalistas da imprensa, da rádio e da televisão que acompanham a cabeça da manifestação tomam nervosas notas”. A rapidez, a agilidade e o nervosismo do jornalista são pontos que se destacam na profissão. Com o advento das plataformas virtuais, a notícia precisa ser divulgada rapidamente e, por isso, o profissional deve apurar em tempo real. Nesse sentido, muitos questionamentos surgem acerca da estabilidade, das condições de trabalho, da qualidade da apuração e das culturas organizacionais. Guilherme Portanova, âncora do *Bom Dia DF*, da *TV Globo*, define

o atual jornalismo como “jornalismo de vazamento”. Segundo ele, antes os jornalistas eram essencialmente produtores de conteúdo, hoje se recebe muito conteúdo pronto. “Na década de 90, o repórter investigativo ia para a rua, se passava por taxista, camelô, tentava viver a realidade na favela, por exemplo. Hoje temos um jornalismo de vazamento”, completa o apresentador. Kennedy Alencar, comentarista político na *CBN*, com 28 anos de carreira, analisa os últimos dez também nessa ótica. “Em 2007, eu podia entrevistar um ministro, obter informação importante, vender para o jornal e guardar pra ‘dar’ no outro dia; a internet já tinha peso, mas era possível fazer isso. Hoje as pessoas competem por um furo de segundos, então é praticamente impossível, sendo essa prática prejudicial para uma boa apuração, podendo levar ao erro, induzir a uma *barriga*”, acrescenta.

No século XIX, a ideia de jornalismo como quarto poder surge na sociedade democrática a fim de conferir à profissão o dever de fiscalizar e denunciar desvios e falhas dos outros três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário). Max Weber, intelectual, jurista e fundador da sociologia,



**Guilherme Portanova, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, passou pela rádio e pela afiliada da *TV Globo* em Porto Alegre, Blumenau e Florianópolis. Foi repórter do *SPTV*, *Bom Dia Brasil*, *Jornal Nacional* e *Jornal Hoje*. Desde 2013, comanda o *Bom Dia DF*.**



entretanto, é categórico quando analisa jornalismo e política na obra *A Política como Vocação*. Para ele, o jornalista e o advogado se diferenciam na organização do partido moderno, pois são as profissões que sustentam o político demagogo no Ocidente, de forma especial. Kennedy, nesse contexto, critica a postura atual de alguns profissionais e veículos na função de fiscalizadores do poder público: “A nossa profissão tem de ser exercida com equilíbrio, imparcialidade, dedicação. O jornalismo tem uma função social, fiscal do poder público, das instituições, mas não pode fiscalizar somente o Legislativo e o Executivo e ser chapa branca do Ministério Público e da Polícia Federal”.

O jornalismo também é conhecido, ou era conhecido, pelo saudosismo, pela função social e, como citado, pela força de quarto poder. Além disso, nomes importantes da literatura, um dia, compuseram uma redação de jornal, como é o caso de Machado de Assis, que escrevia para o *Marmota Fluminense*, Nelson Rodrigues e Clarice Lispector, editora e repórter que se diferenciava pelos diálogos introspectivos e pelas entrevistas profundas e singulares no jornal *A Noite*.

Hoje, a incerteza da continuação dessa aura idealizada se dá pelo perfil dos jovens jornalistas que entram no mercado. A maioria dos novos profissionais aprende um modelo tradicional na universidade, que tende a ser mais tecnicista e menos teórico, e não desenvolve admiração ou engajamento social pela profissão. Portanova ainda se recorda do início da carreira e dos “combates intelectuais” presenciados nas redações e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). “Antes discutia-se política, havia militância, mostravam-se as preferências, questionavam-se as tradições, e, nos jornais mais conservadores, os editores-chefes tinham de nortear o noticiário para não fugir da linha editorial. Hoje esse debate acabou, tem-se a massificação do estudante em geral, com exceções. O jornalista deixou de ser militante por uma sociedade melhor e passou a ser um projeto executivo”, afirma. Para ele, na redações da televisão, o choque de gerações não existe, o que é negativo, haja vista o jornalista mais novo entrar no mercado de trabalho com vontade de se enquadrar no modelo padrão e de fazer diferente.

Contudo, o atual subeditor de cultura do *Correio Braziliense*,



**Kennedy Alencar, jornalista político e econômico, começou sua carreira no jornal *Folha de S.Paulo*. Foi assessor de imprensa do ex-presidente Lula, entrevistou grandes personalidades do cenário político, atua na internet, na rádio e já passou por emissoras como Rede TV! e SBT**



Vinicius Nader, subeditor da editoria de Cultura do *Correio Braziliense*

Vinicius Nader, percebe o choque de gerações de forma explícita no jornal impresso. Segundo ele, jornalistas com 40 anos de carreira, por exemplo, têm de se adaptar às novas tecnologias e aprender com os mais novos. Há, então, uma reviravolta nas redações. O impresso busca inovações, e os portais de notícias se tornam concorrentes de um modelo antes consolidado. Nota-se que as diferenças do jornalismo se apresentam tanto entre profissionais de gerações distintas quanto em veículos de outras áreas, como é o caso da televisão e do jornal impresso, os quais têm suas particularidades e não se igualam somente por serem ambientes jornalísticos.

A professora da Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília Ana Carolina Kalume Maranhão, no livro *O jornalista brasileiro*, afirma que “o jornalismo oriundo do impresso e praticado segundo os seus fundamentos, apesar de estar na defensiva, ainda é base do jornalismo em todas as plataformas, ao passo que as plataformas digitais ainda não provaram serem sustentáveis e autônomas no que se refere à atividade jornalística”. Nader também defende a relevância do jornal impresso, mas com outro viés. Para ele, há cinco anos, o jornal impresso era mais capaz de fazer uma análise detalhada em relação à notícia da web, mas atualmente ele credita essa possibilidade de análise também à esfera virtual. “Hoje,

nosso diferencial é a possibilidade de apurar mais, já que o forte da internet é o tempo real. Nossa margem de erro é menor”, pontua o subeditor do *Correio*.

Retomando Weber, o autor, na obra citada, diferencia o político que *vive da política* daquele que *vive para a política*, em relação aos critérios econômicos. Para ele, “todo homem sério, que vive para uma causa, vive também dela”. Pode-se fazer essa diferenciação, também, no jornalismo, quanto ao jornalista que *vive do jornalismo* e o jornalista que *vive para o jornalismo*. No ritmo atual da sociedade, os critérios econômicos são superestimados e, com isso, o fazer jornalístico sofre alterações. Cada vez mais, vive-se de jornalismo, isto é, tem-se uma visão puramente mercadológica e empregatícia da profissão. “Ainda têm os idealistas, tem o pessoal que está ali só para aparecer, mas eu percebo que tem aumentado o número de pessoas que enxergam o jornalismo só como profissão, não como missão ou propósito”, reforça Portanova.

### Uma década

Em 2007, Lula ainda era Presidente do Brasil, Fátima Bernardes dividia a bancada do Jornal Nacional com o seu então marido, William Bonner, e o primeiro iPhone chegava às lojas. Os debates sobre globalização e o tal do fim do jornalismo eram constantes na academia. Jornalistas como Ignácio Ramonet, ex-diretor



do *Le Monde Diplomatique*, decretavam a desintegração do jornalismo tradicional.

Dez anos atrás, o UOL já era um dos grandes portais de notícias do Brasil e a *Globo* começava a apostar na internet com a fundação do *G1*, no fim de 2006. Apesar disso, nos jornais tradicionais, o impresso reinava. As versões para internet eram desqualificadas por jornalistas e editores como de segunda importância. Em certo ponto, jornalistas mais experientes eram “poupados” de escrever para internet. O trabalho era dos novatos, como relata Rosana Hessel, repórter do *Correio Braziliense* há sete anos. “Na época em que trabalhei na *Gazeta Mercantil*, era muito claro. O pessoal do impresso não era obrigado a escrever para o online; só depois, com o enxugamento das redações, as crises”.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), promovida pelo IBGE, em 2007 apenas 23,3% das casas brasileiras tinham acesso à internet, contra 57,5% em 2015. A mesma pesquisa mostra que, em 2015, 78,3% das pessoas tinham um celular para uso pessoal. Em 2007, essa pergunta nem estava incluída no PNAD. A única informação disponível era de que 72,8% das casas tinham pelo menos um membro que possuía um celular.



George Marques, jornalista político do *The Intercept*

O acesso era incipiente, e o potencial de uso, incerto. No jornalismo, os veículos ainda tentam descobrir a melhor maneira de usar essas narrativas digitais. No artigo *O jornalismo em tempos de mudanças estruturais*, Zélia Adghirni e Fábio Pereira defendem que o cenário de aceleração do processo de produção e consumo da notícia não é causado pela internet, mas turbinado por ela. “O desenvolvimento das tecnologias digitais na última década apenas acelerou esse processo.”

George Marques, repórter de Brasília do *The Intercept*, um veículo independente criado pelo jornalista Glenn Greenwald, foi reconhecido primeiramente pela divulgação de informações, pelo Twitter, de acontecimentos do Congresso. Sua atuação chamou a atenção de Greenwald, que acabou o contratando como repórter. “Eu colaborava na comunicação de um deputado e, paralelo a isso, fazia alguns comentários sobre o que eu via no dia a dia da política do Congresso Nacional”, explicou.

A mesma tecnologia que permitiu a entrada de Marques na cobertura jornalística facilita a cobertura presidencial da repórter da *NBR* e da *Voz do Brasil*, Luana Karen. “Hoje em dia, você faz uma viagem pro exterior e os custos de produção diminuíram muito, porque você pode fazer uma transmissão ao vivo sem precisar esperar um caminhão, alugar um satélite, gastar um horror em equipamentos, é só levar um *mochilink*, que é um equipamento que te permite entrar ao vivo do outro lado do planeta por meio da internet”.



Luana Karen, repórter da *NBR* e *Voz do Brasil*



Basília Rodrigues, repórter da *CBN*

### Relações jornalísticas

Anna Carolina Rodrigues, repórter da revista *Você S.A.*, afirma que a internet facilitou a conversa com a fonte. “Sem dúvida o WhatsApp agilizou a comunicação”, mas alerta que esse tipo de contato tem os seus contras. “Eu acho que o jornalista tem que saber qual o melhor meio para fazer a matéria que ele precisa fazer, com a melhor qualidade possível. Tem entrevistas que funcionam com o WhatsApp, outras não”.

Basília Rodrigues, repórter da *CBN*, concorda que o aplicativo facilita o contato com a fonte, mas também faz ressalvas. “É bom também pensar que nem toda fonte responde mensagem se não conhecer o rosto; e, mesmo que conheça, tem algo que tecnologia ainda não conseguiu fazer sozinha: despertar confiança”.

O uso do aplicativo também diminuiu a distância entre o jornalista e as assessorias de imprensa. Por exemplo, a assessoria de comunicação do Presidente da República divulga informações diariamente, sejam reuniões, notas ou eventos presidenciais, por meio de uma lista de transmissão no WhatsApp.

Essa redução da distância também é empreendida na outra ponta, do consumidor com a notícia. Com as mídias sociais, o público não precisa mais procurar ativamente pela notícia, ela aparece na timeline ou até nas mensagens não lidas do WhatsApp. O consumidor agora se informa passivamente, não precisar comprar um jornal ou mudar para o canal certo na hora do noticiário.

O próprio contato com o profissional é aproximado. Roseann Kennedy, repórter e apresentadora da *TV Brasil*, conta que a interação com o público ficou mais fácil. “No trabalho de rádio, antes eram enviadas cartas ou telefone para fazer contato com o âncora, depois veio o fax, depois e-mail. Agora o programa está no ar e a pessoa manda um WhatsApp ou já marca a empresa ou o jornalista numa rede social - o Twitter funciona muito bem para essa interação, num programa ao vivo.”

### Aproximação entre público e mídia

“Pelo fim da obrigatoriedade do diploma, pelo avanço das novas tecnologias, pela cobrança da sociedade por mais democratização da comunicação, todo mundo se sente um pouco repórter. A partir daí, é possível tirar boas e péssimas experiências”, explica Basília Rodrigues.

No artigo *Investigando as fakenews: análise das agências fiscalizadoras de notícias falsas no Brasil*, o pesquisador Rogério Martins de Souza afirma que o papel dos consumidores de notícias não é mais passivo, mas ativo. “Agora, com a entrada em cena das mídias digitais e toda a transformação cultural que isso ocasionou, esses mesmos indivíduos viram-se com o poder de não só lerem as notícias (advindas de quaisquer fontes), mas, também, replicarem-na, produzir informações e alterar postagens de outros”.

Um sintoma disso pôde ser visto nas eleições norte-americanas no ano passado. Segundo um estudo de três meses feito pelo *BuzzFeed* durante as eleições, as 20 notícias





Roseann Kennedy, repórter e apresentadora da *TV Brasil*



Tai Nalon, fundadora da agência de checagem *Aos Fatos*

falsas mais compartilhadas tiveram mais alcance do que as 20 notícias verdadeiras mais compartilhadas, de veículos como *The New York Times* e *The Washington Post*.

Tai Nalon, fundadora da agência de checagem *Aos Fatos*, propõe algumas ações para minimizar o efeito das notícias falsas. “Falar abertamente a respeito da necessidade de checar fontes, de ter um olhar crítico em relação às informações recebidas pelas redes sociais - essas questões têm sido exaustivamente debatidas, com algum resultado. É necessário fazer campanhas nesse sentido.”

Como exemplo de boas experiências, Basília cita jovens de favelas do Rio de Janeiro que começaram a produzir notícias positivas sobre o cotidiano na periferia, que reconhecidamente tem uma cobertura negativa pela mídia. Contudo, há outras maneiras de o público influenciar na narrativa midiática, como a que a ONG *Think Olga!* empreende.

A organização procura “empoderar” mulheres por meio dos meios de comunicação. Duas iniciativas

se destacam na luta por um “jornalismo humanizado”. A primeira é a criação do *Minimanual do jornalismo humanizado*, segunda a própria ONG, uma maneira de limpar a comunicação de preconceitos. O *Minimanual* foi dividido em quatro partes: “Violência contra a mulher”, “Pessoas com deficiência”, “Racismo” e “Estereótipos nocivos”.

Além do *Minimanual*, a ONG lançou o “Entreviste uma mulher”, um banco de fontes para facilitar o contato entre jornalistas e entrevistadas, possibilitando um maior número de matérias que usem mulheres como fontes. A finalidade da iniciativa é “combater a ausência de fala feminina em matérias e reportagens jornalísticas, fator que traz muitos problemas para a sociedade e para a democracia”.

Quase em uma metalinguagem, tal reportagem usou o banco de fontes para contatar a jornalista Anna Carolina Rodrigues, que elogiou a iniciativa da ONG, mas lembrou do outro lado dessa facilidade de conexão. “Ao mesmo tempo em que você tem grupos incríveis como o *ThinkOlga!*, você também

tem outros grupos não tão democráticos, que também ficam ecoando e destilando aquele ódio”.

Agora todos têm um difusor de informações nos perfis das redes sociais. Apesar de não atingir o alcance de uma Rede Globo, esse canal influencia a bolha. O consumo é passivo, mas o público quebrou o monopólio dos grupos de comunicação. Não são mais esses grupos que escolhem quem são os porta-vozes, os *gatekeepers* e o que passa pelo portão de informações.

Com uma diversidade crescente de vozes no debate público, a disputa do tempo do leitor se tornou monumental, de acordo com a *ombudskvinna* da *Folha de São Paulo*, Paula Cesarino Costa. “Está na qualidade da notícia o trunfo que pode prender o leitor. Cada vez mais é preciso ser seletivo, evitar desperdício de espaço e papel, o que significa tempo perdido. Contra a proximidade da televisão e da internet, cabe ao jornal (em suas versões impressa e digital) ser o curador do leitor para indicar em que deve investir o seu tempo e por quê”.

## Soluções

Nos últimos anos, surgiram plataformas para combater as notícias falsas. Por exemplo, as agências de checagem *Lupa* e *Aos Fatos*, que se dedicam a checar desde discursos políticos a boatos divulgados nas redes sociais. Ambas as plataformas foram criadas em 2015, antes de o fenômeno das *fakenews* ocupar o espaço de discussão público.

Recentemente, agências desse tipo ganharam destaque justamente pelo crescimento da difusão de notícias falsas. Nos EUA, o *Facebook*, muito criticado por ser uma plataforma de compartilhamento de desinformação, resolveu atuar. Agora os usuários podem denunciar notícias possivelmente falsas.

“Empresas de tecnologia também precisam se responsabilizar por isso. É necessário otimizar algoritmos de busca e distribuição de conteúdo, parar de facilitar o financiamento de veículos que produzem desinformação e privilegiar a produção de jornalismo profissional”, afirma Tai Nalon.

O *Google* também se posicionou contra a desinformação. Em julho deste ano, inaugurou uma seção

de *fact-checking* para leitores brasileiros. Agora quem buscar qualquer notícia na ferramenta poderá ver as últimas checagens realizadas pelas agências *Lupa*, *Aos Fatos* e *Truco*.

Além de agências independentes e empresas de tecnologia, grandes portais jornalísticos também lançaram suas iniciativas de checagem. Em março, o *GI* lançou o “É ou não é?”, seção para checagem de fatos. No texto de apresentação, o site explicita qual é o objetivo da nova iniciativa. “Trata-se de uma editoria exclusiva, onde serão analisadas falas de políticos e outras personalidades públicas. Haverá também uma checagem sistemática de notícias e informações espalhadas pelas redes sociais e sites. Textos com dicas e entrevistas com especialistas também serão veiculados”.

O *UOL Confere*, lançado no final do ano passado, também se dedica a esses tipos de checagem. A plataforma já publicou checagens sobre boatos divulgados nas mídias sociais, sobre discursos de personalidades políticas e campanhas de governo.



## Novos espaços para o repórter

“Em tempos de mídias sociais, há caminho para o jornalismo?” a pergunta que abriu a entrevista com Nilson Lage (jornalista, escritor e ativista social) foi feita pelas repórteres Dayana Hashim e Thaísa Oliveira. A resposta foi: “O que não tem caminho é o jornal. O jornalismo tem. O problema do jornal, imediato, é, primeiro, suprimir as edições diárias”. O bate papo com Lage trouxe uma visão de como a profissão vem se moldando aos novos tempos, com Facebook e Twitter agindo na construção do texto e como os novos dispositivos lançam aquela velha pergunta, se os jornais impressos deixarão ou não de existirem. Para Nilson Lage a resposta é simples: no fim das contas ele não crê que o jornal desapareça, mas que se adapte.

Disponível em: [goo.gl/ojofxz](http://goo.gl/ojofxz)

### Financiamento e monetização

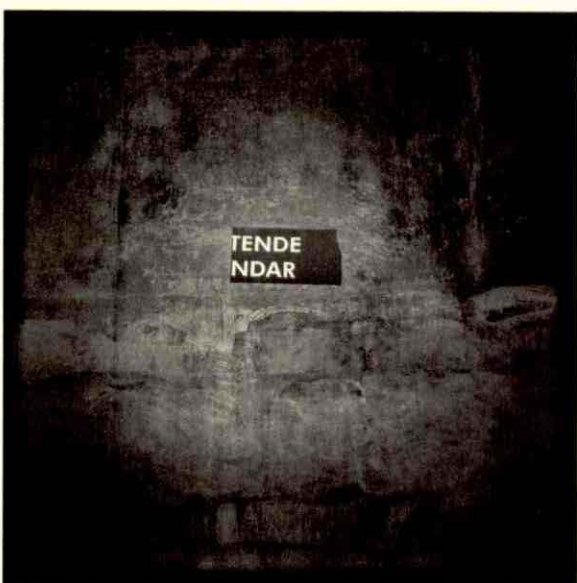
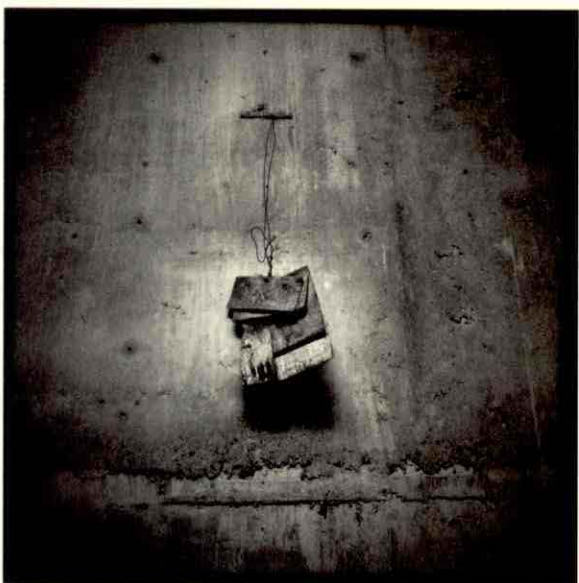
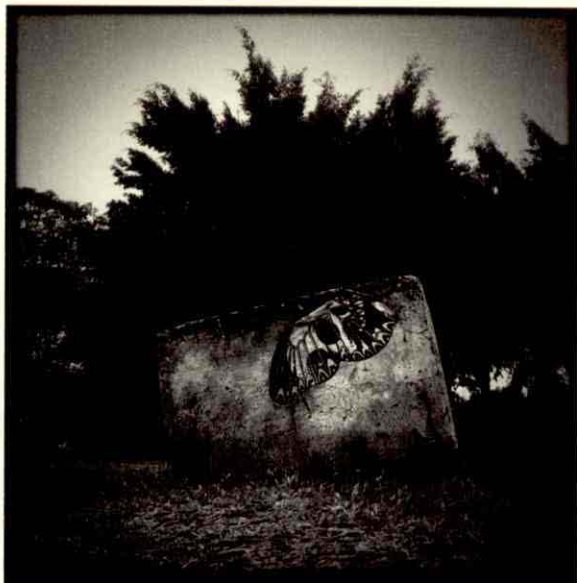
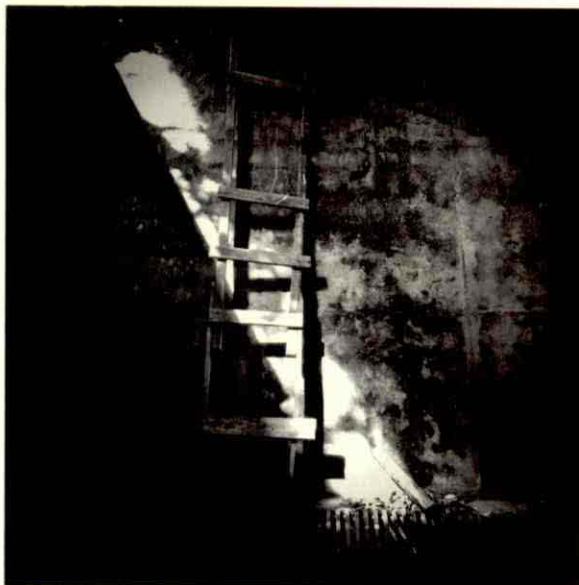
De acordo com a maioria dos entrevistados para esta matéria, o principal desafio para o jornalismo em curto prazo é o do financiamento. A crise de vendagem do impresso e a expansão da importância da web ainda confundem muitos donos de jornal. “O jornalismo de qualidade custa caro. É preciso oferecer qualidade para assegurar obtenção de apoio, entendido aqui como financeiro, de audiência e de interlocução”, afirma Paula Cesarino Costa.

Uma das estratégias usadas por grandes jornais é a cobrança mensal e o *paywall*, tática de oferecer parte do conteúdo de graça e cobrar pelo resto. Para acessar mais do que cinco notícias da *Folha de São Paulo* por mês, por exemplo, é necessário pagar a assinatura de R\$29,90. Além das assinaturas, a *FSP* também tem anunciantes no seu site.

O *Nexo*, um jornal novo e exclusivamente online, não vende espaços para anúncios, mas tem uma estratégia parecida. Libera cinco notícias de graça por mês e quem desejar mais pode pagar R\$12 por mês ou R\$120 por um ano de assinatura.

O site *Metrópoles*, iniciativa de jornalismo local com apenas dois anos de existência, diversifica os meios de financiamento. A monetização vem desde a tradicional venda de espaços no site até criação de conteúdo especial para a marca, o chamado *brandedcontent*. Essa diversificação do financiamento é uma estratégia apoiada por Tai Nalon. “Enquanto não sabemos qual é a fórmula, há uma certeza à qual me apego: não dá para se apoiar em apenas uma fonte financeira. Para ser sustentável, um veículo deve diversificar seus produtos e, com eles, seus fluxos de dinheiro.”

A falta de financiamento e a falta de credibilidade podem ser razões para se acreditar na desintegração do jornalismo tradicional, como Ramonet. Em outra visão, Paula Cesarino Costa defende que o coração do jornalismo são os seus repórteres, redatores e editores. “É preciso investir nas pessoas – em salários, formação, aprimoramento, reciclagem. Misturar gerações que possam trazer múltiplos conhecimentos. É fundamental o reforço de vínculos sociais e comunitários. É preciso estar atento ao que se discute, mostrar as divisões e as posições que se manifestam na sociedade, sem cair nas polarizações. O jornal depende de pautas mais criativas, autênticas, acessíveis.”





# Brasília Perdida

Fotografias de Anderson Schneider

Acredito que Arquitetura é conceito que transcende à obra concreta. É ideia pulsante, primitiva, que sobrevive à construção e invoca o Espaço. Arquitetura, mais que resposta, é pergunta.

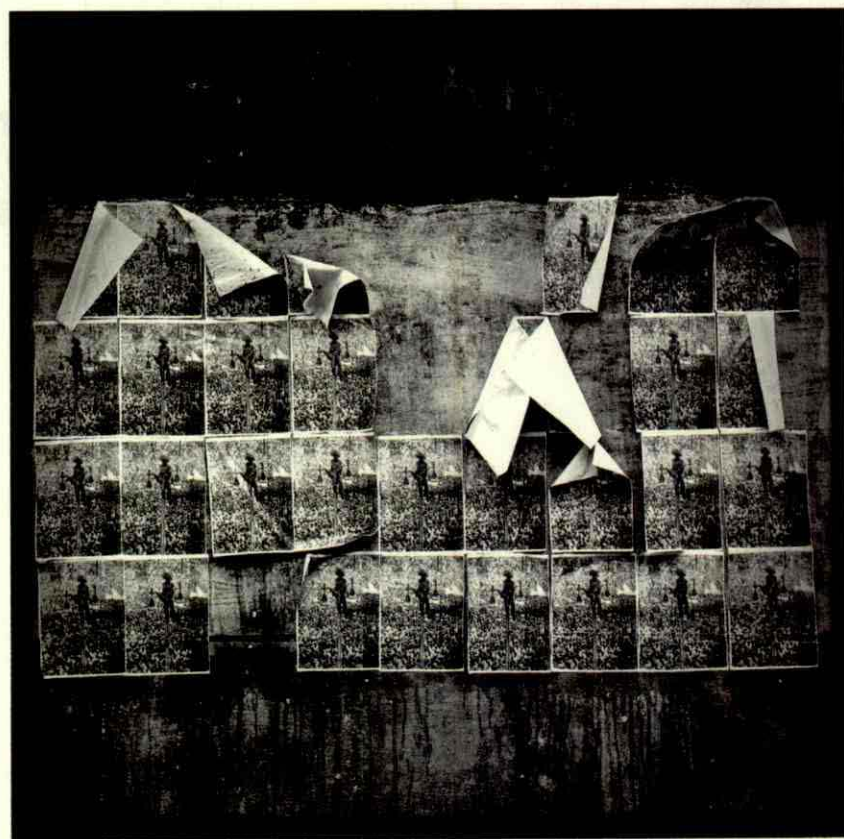
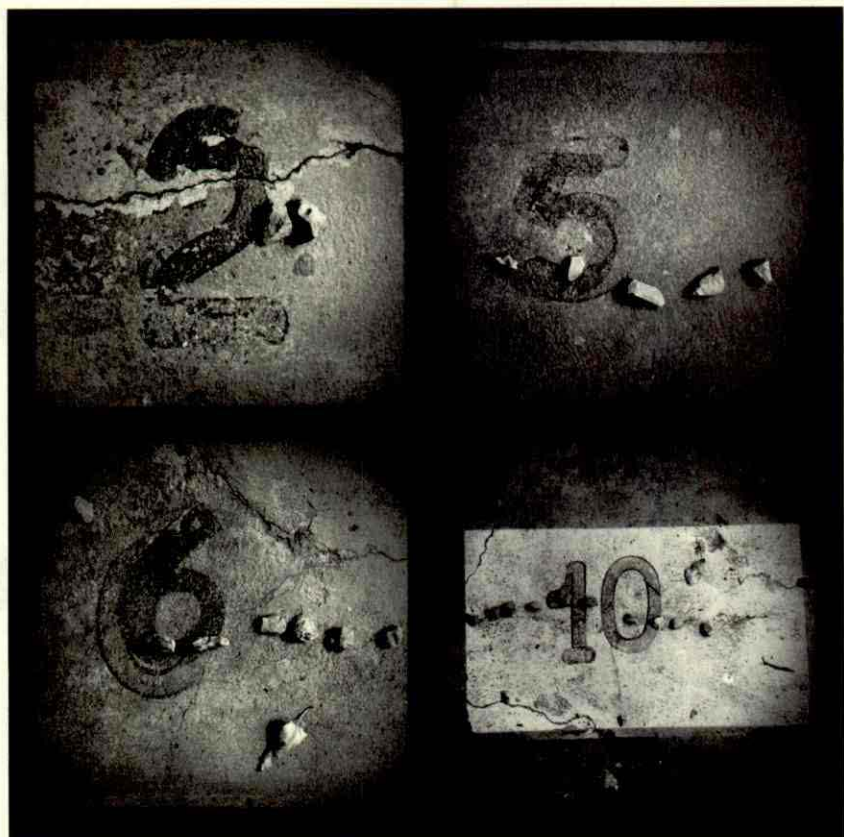
Ao transcender à materialidade, contudo, sua ocorrência depende de um veículo para se manifestar, um sujeito capaz de eventualmente incorporá-la e, então, reproduzi-la como se dele um objeto fosse. Mas o que é da Arquitetura quando não há esse sujeito-objeto?

Como quem experimenta uma pergunta sem resposta, busco reconstruir o que permanece da cidade enquanto ela transita entre o existir e a inexistência, a partir de vestígios que ecoam pelo espaço sensorial ora desabitado. Faço, então, de minhas dúvidas, pesquisa. E, de minhas descobertas, fotografia.

Anderson Schneider (Ponta Grossa - PR, 1974) é arquiteto e urbanista formado pela FAU-UnB e sócio da Noësis Arquitetos Associados. Aprendeu muito do que sabe no mundo, enquanto fotografava tribos Xavante no Alto Araguaia, garimpeiros na Selva Amazônica, refugiados no Curdistão, Xiitas e Sunitas em um Iraque em guerra e desabrigados em um Haiti devastado pelo terremoto de 2010. Em seu estúdio, dedica-se à pesquisa da dinâmica entre o material e o imaterial, e como essa dualidade conforma a percepção do observador acerca do espaço construído.



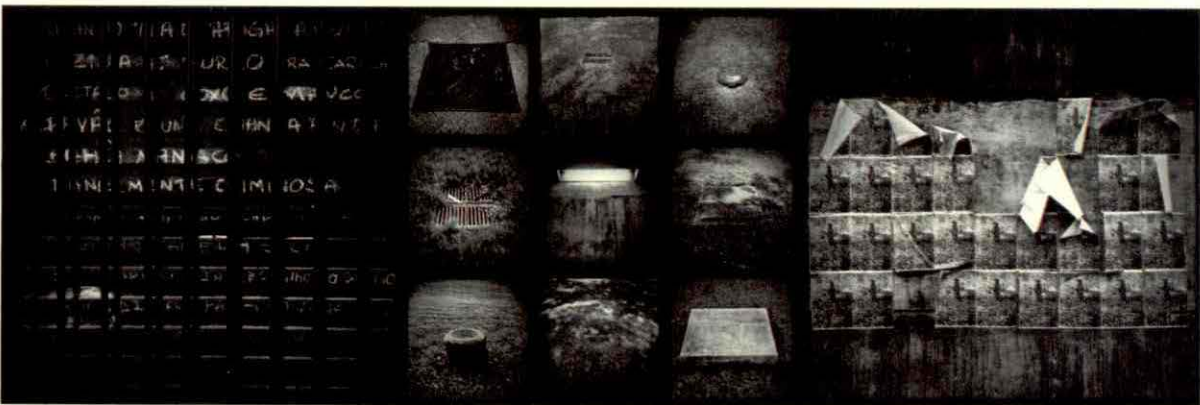




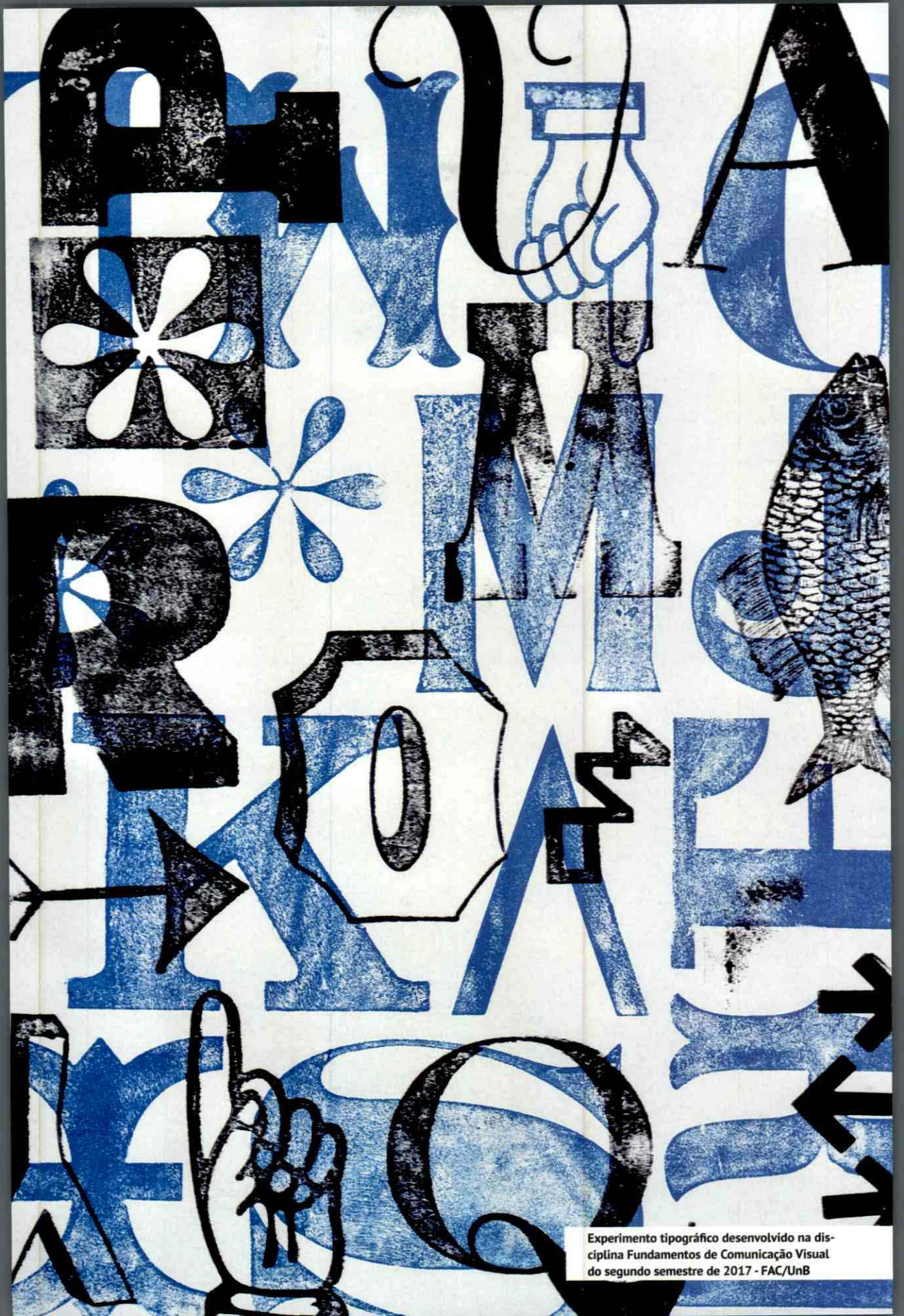












Experimento tipográfico desenvolvido na disciplina Fundamentos de Comunicação Visual do segundo semestre de 2017 - FAC/UnB



*Memórias*

---

## **A quem pertence a terra?**

A edição nº 7 da *Campus* foi dedicada aos indígenas. Em “Campos da riqueza e abandono”, por Mariana Tokarnia, a reportagem foi às cidades de Itacajá, Goiatins e Campos Lindos, onde indígenas, posseiros e fazendeiros disputavam espaço em uma luta desigual. A jornada da repórter segue pelo norte do Tocantins, nas terras de Kraolândia, local onde se abrigam 27 aldeias. Conhecemos o convênio dos indígenas com “o homem branco”, as desavenças, a importância da soja na região e o fator político. Para o prefeito de Itacajá, Manoel Pinheiro, a terra ocupada pela reserva indígena era um desperdício de produção. “Se fosse tudo cana-de-açúcar e soja, o município ganharia mais”.

Disponível em: [goo.gl/ajRzsp](http://goo.gl/ajRzsp).





# A guerra contra o esquecimento

*Como os s sobreviveram à pior de todas as torturas: a indiferença da sociedade*

Texto e Fotos **Thomas Gonçalves**  
Diagramação **Daniela Franca**





Impontualmente, às 10h40, Diócles Rocha de Aguiar, o Júnior Bacana, chega ao hotel em que me hospedei em Marabá, dirigindo uma caminhonete Mitsubishi Triton branca bem velha. Ele é o funcionário da Fundação Nacional do Índio (Funai) que me levará à Terra Indígena (TI) Sororó. Lá, encontrarei quatro dos catorze aikewáras (“povo daqui”, no idioma local) indenizados em 2014 por torturas sofridas durante os anos 1970, praticadas por agentes do Estado. “Demorei?”, pergunta Bacana, sem perceber que estava uma hora e meia atrasado. Era janeiro de 2015 e começava, assim, minha viagem rumo a uma parte obscura da história do país. Viagem essa que não terminou com meu retorno à chamada “civilização”, pois levou muito tempo para compreender todos os lados do conflito que ali ocorreu.

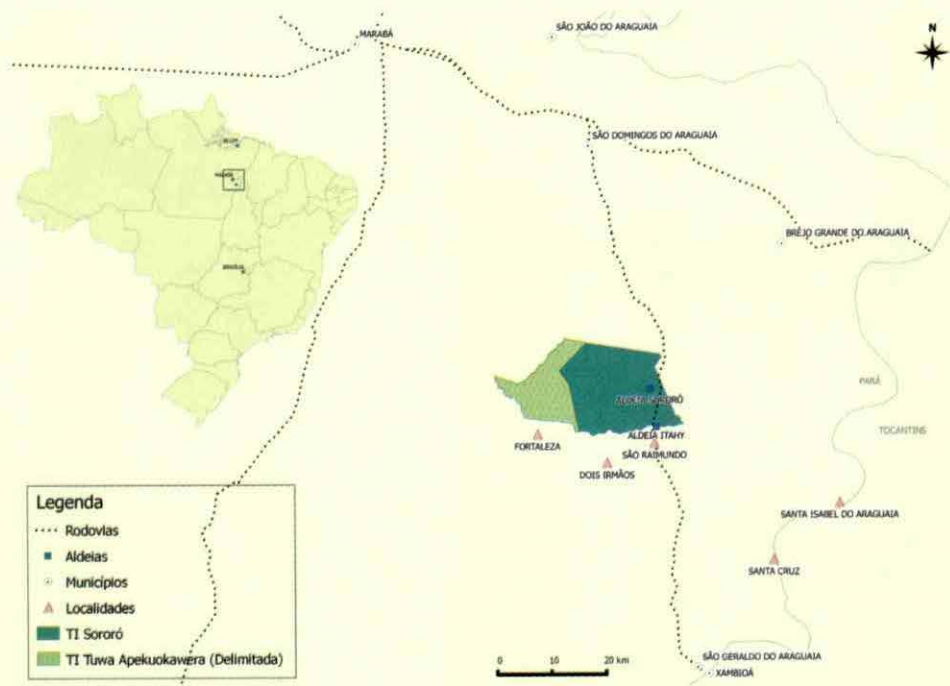
O percurso é longo: são 150 km até a reserva, que fica próxima a São Domingos do Araguaia, no sudeste paraense, quase na divisa com Tocantins. A duração do percurso não se deve somente à distância ou ao estado das estradas – a famosa BR-230, a Transamazônica, e a BR-153, cujas condições naquela região são razoáveis. Júnior Bacana não perde a oportunidade de parar e cumprimentar alguns moradores ao longo da rodovia, como Dona Rosa, que mora em um casebre de madeira e nos serviu um bem-vindo suco de carambola para aplacar o calor equatorial.

Engana-se, todavia, quem pensa que isso é mera obrigação social. É importante ter a maior quantidade

possível de amigos quando a função é defender interesses indígenas em terras cheias de madeireiros, pecuaristas, garimpeiros e posseiros. “Já perdi a conta de quantas vezes colocaram minha cabeça a prêmio”, garante Bacana, que sonha com a aposentadoria após trabalhar quase trinta anos para a Funai. Não é difícil imaginar que as histórias dele sejam apenas para impressionar. Porém, ao parar na última vila antes da Terra Indígena Sororó para comprar mantimentos, tenho uma incômoda confirmação da fama violenta daquela região: o nome do lugar é Some-Homem.

Alguns minutos depois, chegamos à porteira da Terra Indígena Sororó, à beira da estrada, muito similar a uma grande propriedade rural, delimitada por cercas de arame que se estendem por quilômetros. A TI Sororó tem uma área de 26.258 hectares, abrangendo os municípios de Marabá, São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia – o que equivale a uma área quatro vezes maior do que a da ilha de Manhattan, em Nova Iorque. É tradicionalmente ocupada pelos aikewáras, que, pelo censo de 2014, realizado pela Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Saúde, compõem uma população de 383 indivíduos. O que torna a TI Sororó notória é sua relação com a Guerrilha do Araguaia, movimento armado de inspiração maoísta que, entre 1967 e 1974, desafiou a ditadura militar no Brasil.

Esses dois mundos tão distintos – a vida tradicional indígena dos aikewáras e a luta promovida pelo





Partido Comunista do Brasil (PCdoB), então na clandestinidade – encontraram-se inicialmente devido ao projeto de levante planejado pelos guerrilheiros. Assim como ocorreu na China, em 1949, os militantes do PCdoB esperavam mobilizar camponeses para incitar uma revolta popular que tirasse os militares do poder e instaurasse um governo socialista no país. Ao se instalarem ao longo do rio Araguaia, tentaram, por seis anos, aproximarem-se dos posseiros da região, que viviam em estado de miséria, explorados por latifundiários. Os guerrilheiros ignoravam a presença dos aikewáras nas imediações, mas atravessavam constantemente seu território.

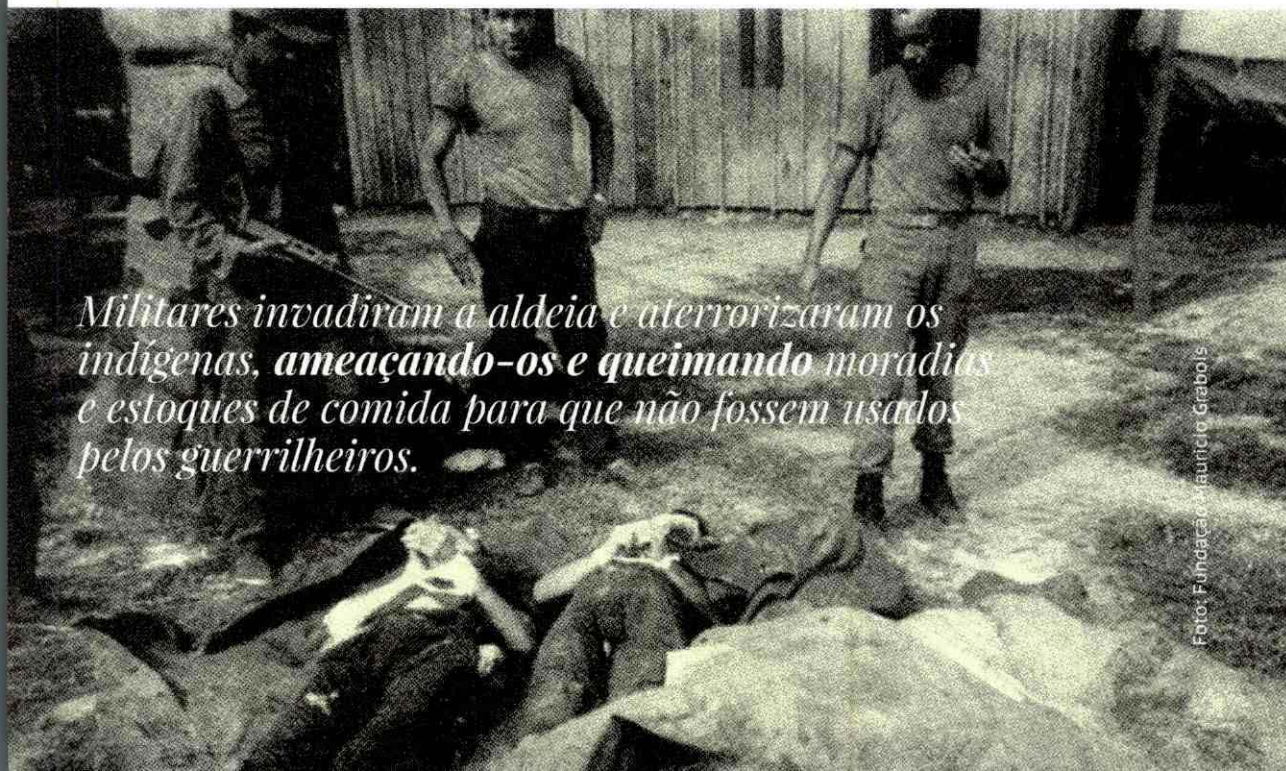
Os militares descobriram os planos do PCdoB e debelaram a guerrilha ainda em estágio inicial. Para os aikewáras, essa proximidade geográfica com os insurgentes trouxe problemas. As primeiras incursões das Forças Armadas nas redondezas, em 1970, já começaram a afetar o estilo de vida tradicional dos indígenas. A construção de postos de operação, de uma base em Xambioá e de estradas vicinais – especialmente a OP2, que se transformaria na BR-153 e cortaria o território aikewára no meio – seriam vetores adicionais de urbanização que ameaçariam as demarcações da Terra Indígena Sororó, que, à época, ainda não estava homologada. Isso criaria questões territoriais dos aikewáras que se mantêm ainda hoje.

O posterior recrudescimento dos combates e o início das operações de guerra trariam violência não

apenas aos indígenas, mas à toda população local. Durante a primeira operação em que ocorreu confronto com os guerrilheiros, em 1972, houve crimes contra os aikewáras, prática que seria mantida até 1975, quando a aldeia foi finalmente desocupada pelas Forças Armadas. Militares invadiram a aldeia e aterrorizaram os indígenas, ameaçando-os e queimando moradias e estoques de comida para que não fossem usados pelos guerrilheiros. Os militares exigiram que os aikewáras os ajudassem a encontrar os revoltosos. Enquanto alguns homens jovens eram obrigados a acompanhar soldados mata adentro, os demais aikewáras eram mantidos no centro da aldeia, dormindo ao relento, passando fome e sem poder prosseguir com seus afazeres cotidianos, conforme o relatório *O tempo da guerra: os aikewára e a Guerrilha do Araguaia*, disponível no site da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

### A aldeia Sororó

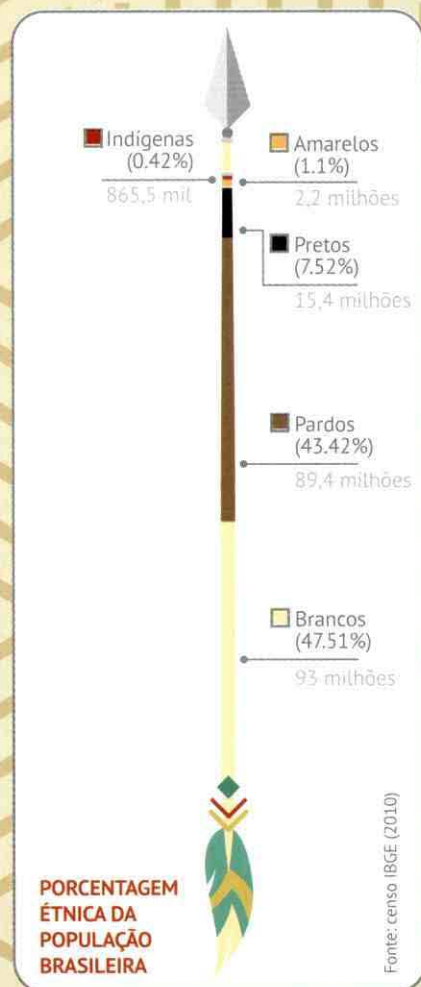
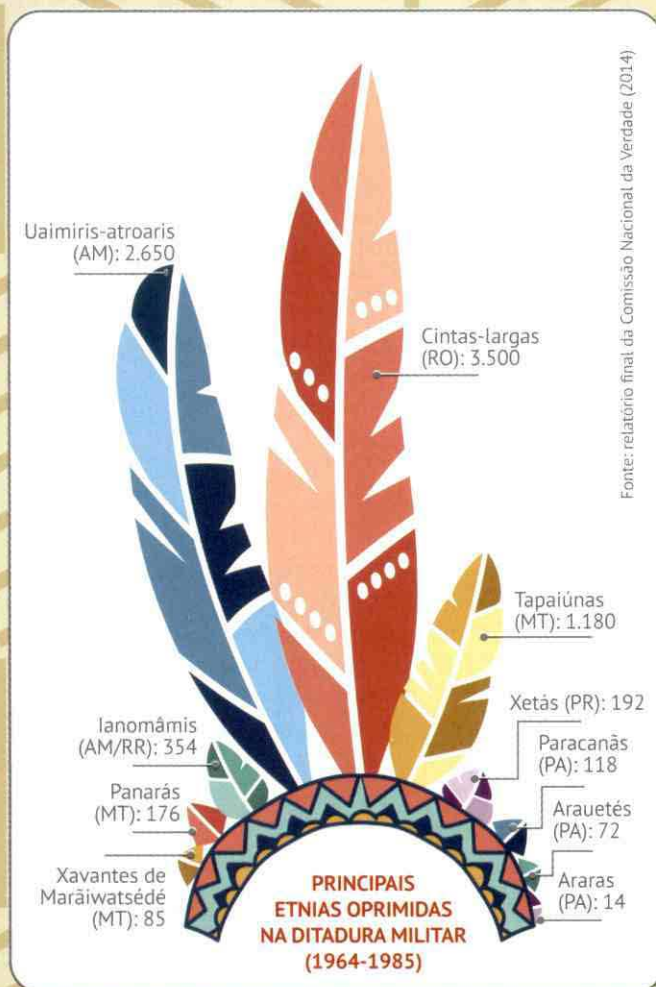
A Terra Indígena Sororó tem duas aldeias: Itahy e Sororó, que é a principal. Ao contrário do que se possa imaginar, os aikewáras já não vivem mais em ocas. Adquiridas por meio do programa Minha Casa Minha Vida, um conjunto de casas brancas de alvenaria idênticas se enfileira em torno de uma grande praça retangular central, onde existem um pequeno campo de futebol e um caramanchão com teto de sapé, chamado de *taquapucu*, local em que moradores



*Militares invadiram a aldeia e aterrorizaram os indígenas, ameaçando-os e queimando moradias e estoques de comida para que não fossem usados pelos guerrilheiros.*

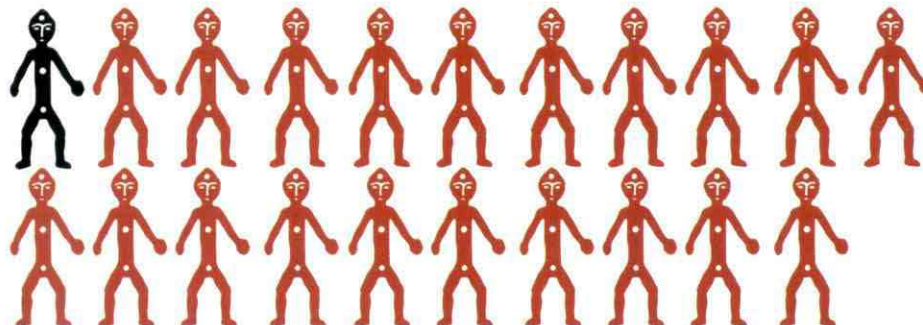


# Uma verdade incômoda



## PROPORÇÃO DE INDÍGENAS MORTOS OU DESAPARECIDOS DURANTE A DITADURA MILITAR EM RELAÇÃO A NÃO INDÍGENAS

Foram reconhecidos 434 casos de mortos ou desaparecidos durante a ditadura. Estima-se que, entre indígenas, esse número seja em torno de 8.350. Ou seja, para cada opositor vítima do regime, vinte indígenas sofreram alguma injustiça.



Fonte: relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014)



realizam confraternizações. Todas as casas têm um “puxadinho” de madeira e teto de palha que ajuda os habitantes a matar a saudade do antigo estilo de vida. Algumas têm pintados escudos de time de futebol ou alguma propaganda política na fachada frontal. Nas garagens, é possível ver veículos de diferentes portes e, pela aldeia, proliferam antenas parabólicas e postes de luz. Mesmo aqui, os apelos da modernidade são irresistíveis.

Não há muitas pessoas na aldeia. Nessa época do ano, é período de chuva, quando os aikewáras se embrenham por dias na floresta para colher castanha-do-pará, a principal fonte de renda deles. Chegamos por volta das 13h, pouco após o almoço, e era possível ver a maioria sentada à soleira das casas, protegendo-se do sol. Júnior Bacana me leva até a frente de uma residência maior, com varanda, em que havia umas oito pessoas. Entre elas, um adulto que ri enquanto brinca com algumas crianças. Bacana desce do carro e se junta à brincadeira, demonstrando afinidade com o grupo. O jovem é Mairá Suruí, cacique da aldeia – *morubixawa*, na língua deles.

Foram necessários por volta de seis meses para conseguir autorização da Funai para entrar na Terra Indígena Sororó e falar com os aikewáras. Quando cheguei, eles já sabiam de minha ida e do objetivo de minha visita, tendo concordado em colaborar. Ainda assim, eram necessários certa deferência e tato no primeiro contato. Até porque eles não guardavam boas lembranças da imprensa. Alguns anos antes de minha visita, um grupo de jornalistas havia estado na aldeia e acabou publicando entrevistas e fotos sem a devida autorização dos indígenas. Além disso, fazia pouco tempo que uma criança havia morrido afogada em um igarapé próximo, e a aldeia toda se encontrava em luto. Tudo isso é relevante ao lidar com indígenas, cujo tempo é diferente daquele seguido por quem não pertence à cultura deles.

Após breve conversa e apresentação, junta-se a nós três um senhor baixo, de ar sisudo, vestindo

camisa aberta e óculos de grau com lentes marrons. É Umasu Suruí, um dos torturados por militares durante o combate à Guerrilha do Araguaia. O velho indígena me olha com desconfiança e fala pouco, mas logo demonstra assertividade ao saber que o arranjo acertado pela Funai era que eu dormisse na escola da aldeia: “Não está certo. Se quer falar com índio, tem que ficar junto com os índio”, determina.

Umasu logo decide onde eu passaria os próximos dias: na residência de sua filha Mueiru Suruí, praticamente do lado oposto à casa de Mairá, contornando a praça central. E é lá que Júnior Bacana me deixa antes de se despedir. A casa de Mueiru é simples, com chão de lajota, sala, dois quartos e um banheiro. A cozinha é adaptada no puxadinho de madeira e sapé nos fundos, com um grande fogão à lenha sobre o chão de terra batida. Apesar de reservada, Mueiru me oferece almoço: arroz, feijão e galinha assada. Essa é a dieta básica dos aikewáras, que cultivam em pequenas hortas e galinheiros o que comem.

Apesar da desconfiança, a curiosidade dos indígenas fala mais alto. Enquanto eu espero o almoço sentado à mesa de madeira rústica, ficam à minha volta Mueiru e Arihêra Suruí, esposa de Umasu. Ambas conversam animadamente no dialeto aikewára (*se’engeté*, “fala verdadeira”), dirigindo a mim algumas palavras em português. Logo demonstram uma característica típica dos povos tupis: riem com facilidade, especialmente quando percebem minha dificuldade em compreender o que me dizem. Para elas, eu era o *kamará*, o não indígena.

### ***Ussuwerekohiw* – A guerra**

A conversa com Mueiru e Arihêra se estende por mais ou menos uma hora após o almoço. De repente, Umasu bate à porta. Havia se arrumado para a entrevista, vestindo camisa social muito bem passada, o que aumenta seu ar formal. Sentados à soleira da porta da casa de Mueiru, Umasu começa a contar o primeiro contato dos militares com os indígenas, ainda

**“Queimaram nossa comida. (...) Queimaram as casa e a gente tinha que dormir do lado de fora, na terra. Nós pegou chuva, frio, calor... (...) Os soldado ameaçava matar criança se chorasse.”**

*Umasu Suruí*



Api Suruí não tem dúvidas da colaboração da Funai para com os militares.

em 1971, quando alguns militares vasculharam a região à paisana atrás dos guerrilheiros: “O Exército andou aqui na mata primeiro, só entrando na aldeia... Não havia essa estrada aqui. (...) Nós estava trabaian-do lá na roça, lá na aldeia veia. Aí o pessoal chegaram lá e nós falamo assim: ‘os *kamará* tá aqui, o que eles veio fazê aqui?!’. Aí corremo atrás dos *kamará* e eles entraram no carro e foram embora.”

Ao perguntar quem eram esses *kamarás*, Umasu responde: “Era soldado, com camisa rasgada. Nós pensava que era garimpeiro”. Relata, então, a brutalidade sofrida com o advento da Operação Papagaio, em 1972: “Aí queimou nossa aldeia, lá embaixo. Queimou todinha a aldeia veia. Nós ficamo sem nada”. A aldeia velha ficava a 5 km da atual Sororó, quando os aikewáras eram em torno de cinquenta indivíduos. Umasu continua: “Aí o padre falou prá mim: ‘Umasu, pega esta cartinha e este dinheiro prá comprar coisa prá vocês’”. O padre era o frei dominicano Gil Gomes Leitão, importante figura nos primeiros contatos dos aikewáras com a civilização, nos anos 1950, trabalhando por anos pelos interesses da aldeia. Graças aos esforços de frei Gil junto a órgãos estaduais, o então presidente Artur da Costa e Silva decretou uma primeira demarcação do território suruí. Posteriormente, o frei se opôs ao emprego dos indígenas como guias pelos militares, o que lhe rendeu ameaças de prisão.

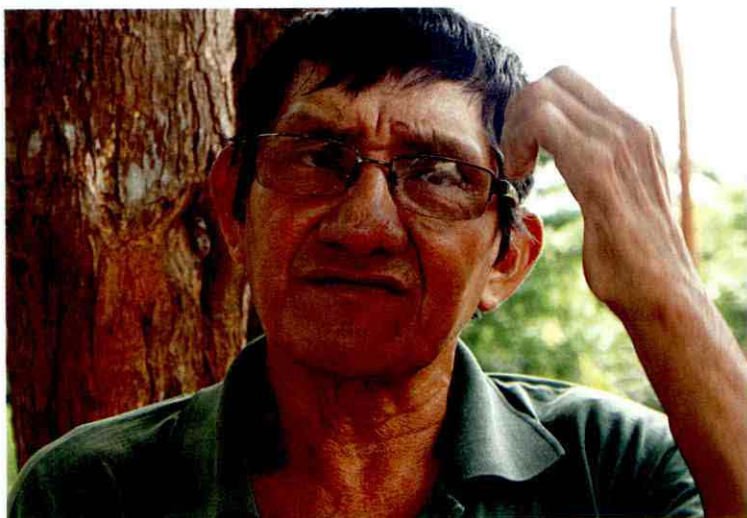
Continuando seu relato, Umasu explica como a violência dos militares se estendia também à população local, ao chegar a São Domingos do Araguaia para

comprar mantimentos, conforme instruções de frei Gil. “Eles começou a pegar o pessoal. Pegou um cara e amarrou com corda aqui no pescoço. E na hora que cheguei lá, perguntei: ‘que negócio é esse, rapaz?’. Ele [soldado] respondeu: ‘É prá nós saber dos terrorista. Nós pode matar à vontade’. E eu falei que não podia e cortei corda, e fui dar água na boca dele [morador].” O relato de Umasu reforça denúncias de que a população cabocla da região também sofria abusos. A maioria, contudo, ainda espera por reparações do Estado.

Umasu detalha como seu povo sofreu momentos de terror durante a presença dos militares na aldeia. “Eles num deixava nós roçar. Não podia caçar, não podia pegar castanha, nada. Queimaram nossa comida. (...) Queimaram as casa e a gente tinha que dormir do lado de fora, na terra. Nós pegou chuva, frio, calor... (...) Os soldado ameaçava matar criança se chorasse”. Devido aos maus tratos, a esposa de Umasu, Arihêra, abortou em sua quinta gravidez. Houve outros casos de aborto e de morte prematura de recém-nascidos durante esse período, conforme o volume três do relatório final da CNV.

As sequelas do episódio permaneceram por muito tempo, conforme alega Umasu: “Nóis não conseguia mais dormir. Qualquer barulho de avião que nós ouvisse pensava que era soldado. Nós não conseguia trabalhar, voltar a viver”. Quando questionado se receberam apoio financeiro ou psicológico do Estado durante os trinta anos seguintes, Umasu foi enfático: “Não, nenhum”. Esse silêncio do Estado iniciou-se com as Forças Armadas, que, nos documentos





Segundo Tawé Suruí, os militares lhe mostraram fotos de diversos guerrilheiros que buscavam, como a de Osvaldão e a de Dina.

referentes à Guerrilha, não citam o uso dos indígenas nas operações, segundo a CNV.

Após concluir seu relato, Umasu me leva à casa de Api Suruí, seu vizinho, também anistiado pelo Estado. De ar tranquilo, Api acabara de voltar da colheita de castanha-do-pará e conversa comigo no quintal aos fundos de sua casa, ao lado de uma garagem com uma motocicleta e equipamento de serralheria. Nas palavras de Api, fica clara a convivência da Funai para com os abusos praticados por militares no período. “Até o pessoal da Funai tava aqui já. (...) Aí o pessoal da Funai falou que nós podia mostrar o mato prá eles [militares].”

A Funai abriu o Posto Indígena Sororó no final de 1971, quando os militares já estavam na região. Em vez de representar os interesses indígenas, os agentes da Funai ali presentes intermediaram a relação entre aikewáras e militares, recrutando forçadamente homens adultos para servirem de guias. Além disso, não impediram o tratamento cruel que a aldeia sofreu. Alguns dos funcionários da Funai tentavam convencer os indígenas de que esse seria o “preço” para terem suas terras devidamente demarcadas. Até o fechamento desta reportagem, a assessoria de comunicação da Funai não respondeu aos questionamentos sobre sua participação no caso dos aikewáras.

Ainda adolescente, Api foi um dos primeiros escolhidos para servir de guia para os militares. Passavam dias andando pela floresta em condições sub-humanas, sem receber água nem comida dos soldados,

tendo que dormir amarrados, muitas vezes presenciando cenas de horror que marcariam a memória pelo resto de suas vidas. Como um aldeão de meia-idade que foi obrigado a sentar num formigueiro de formiga-do-fogo para contar o que supostamente sabia sobre os guerrilheiros. Api nunca compreendeu por que os militares cometeram tantas atrocidades: “Até hoje nós não sabe prá que teve essa guerra. (...) Nós não entende o que queriam os terrorista”. Tanto “terrorista” quanto “guerra” são palavras inexistentes no idioma aikewára – uma palavra com significado próximo a “guerra”, *ussuwerekohiw*, significa “brigando”.

## Agentes da Funai recrutavam **forçadamente** aikewáras como guias. Diziam que era o preço para **terem terras** demarcadas

Outro aikewára obrigado a acompanhar os militares pela floresta foi Tawé Suruí, que também tinha menos de vinte anos à época. Api me leva à residência de Tawé, mais afastada da aldeia Sororó. Percorremos uma trilha pelo mato, acompanhados por crianças



## Tortura Silenciosa

Ainda hoje, não se tem certeza da extensão da repressão sobre povos indígenas durante a ditadura militar no Brasil. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014, estima que em torno de 8.350 indígenas tenham sido torturados ou mortos durante 1964 e 1985 por agentes do Estado. Ações eram deflagradas especialmente para a ocupação de

terras indígenas, seja para a construção de obras públicas, como a Transamazônica, seja para a apropriação dessas terras por indivíduos ou empresas ligados ao poder.

Aos poucos, toma-se conhecimento de diversas atrocidades. É o caso dos ditos centros para reabilitação de indígenas: o Reformatório Krenak, em Resplendor, e a Fazenda Guarani, em Carmésia, ambos em Minas Gerais. Indígenas eram arbitrariamente recolhidos para esses centros, onde sofriam

curiosas. Diferentemente das construções localizadas na aldeia principal, a casa de Tawé é mais simples, de madeira, com teto de palha e chão de terra batida. Sob a sombra de uma grande laranjeira, amontoam-se cascas de castanha-do-pará, sinal de que a colheita tem sido boa. É ali que sentamos para conversar com Tawé. Ele explica por que os indígenas que acompanharam os militares nas incursões pela floresta não protestavam ao ver as torturas cometidas contra os camponeses: “Fala o quê prá eles [militares]? Se nós abrisse a boca, com certeza iam fazer com nós do mesmo jeito. Então fiquemo só oiando”.

Tawé conta que, em determinado momento, os soldados mostraram as fotos dos guerrilheiros que estavam procurando: “É esse aqui que nós tamo procurando”, diz Tawé, imitando a voz do soldado, “(...) ‘esse retrato bem aqui’ (...) diz que era o mandante, Osvaldão... as mulher, a Diná, a Valquíria e a outra que não sei como é o nome... e os outro home: Jaime, Josias... era muita gente”. Além da humilhação pela qual passaram, os aikewáras sofreram outros tipos de agressão nos anos seguintes, como o abandono do Estado e a acusação injusta de que ajudaram os militares. A imagem de colaboracionistas persiste até hoje, como conta Tawé, ao ler uma matéria de jornal em Brasília, quando viajou para participar de sessão da Comissão da Anistia: “Tava escrito lá no jornal que fomo nós. Eu disse que não, que foi soldado que fez isso. (...) Nós foi agredido e levaram nós à força. E depois culparam nós, disseram que quem fez essa caçada foi nós. Não foi índio, nós foi agredido, passemos fome. O que nós podia fazer?”.

Há polêmica sobre a participação efetiva dos aikewáras quando os militares enfrentaram os guerrilheiros. Eles alegam não terem se envolvido diretamente nos confrontos nem de ter decepado combatentes mortos – prática adotada por militares

e camponeses para provar, ao comando da região, quais guerrilheiros haviam falecido na floresta. Iara Ferraz, antropóloga que passou mais de trinta anos trabalhando com os aikewáras, confirma a versão dos aikewáras: “Quando começava o tiroteio, eles [aikewáras] fugiam”. Sueli Aparecida Bellato, ex-vice-presidente da Comissão de Anistia, ressalta que, durante o processo de anistia dos aikewáras, outras pessoas foram ouvidas – como ex-guerrilheiros, ex-militares e camponeses – e ninguém contestou a versão dos indígenas. Carlos Hugo Studart Corrêa, doutor em história pela Universidade de Brasília (UnB), atesta que não há como afirmar que os aikewáras participaram da morte e decapitação de guerrilheiros e que, se o fizeram, foi por coerção dos militares. Micheas Gomes de Almeida, o Zezinho do Araguaia, ex-guerrilheiro do Araguaia e hoje militante do PCdoB, resume bem a visão dele sobre o caso: “Os índios foram vítimas como nós, sofreram junto”.

Já anoitecia quando Api e eu chegamos à casa de outro torturado que se encontrava na aldeia Sororó: Marahy Suruí. Muito idoso, acabou por contrair tuberculose pelas incursões em que era obrigado a ir com os militares, sem comer por dias e dormindo no chão molhado da selva. Outra sequelas foi a perda significativa da audição. É Api e a esposa de Marahy, Saiw’í Suruí, que me ajudam a me comunicar com o velho indígena, que, em vários momentos da conversa, imita o som de metralhadora.

Segundo contam, Marahy reclamava constantemente dos maus tratos. Os soldados se recusavam a fornecer alimento ou rede para dormir, além de Marahy ter que carregar todo o equipamento dos militares. Como punição, por diversas vezes, os soldados apoiavam suas metralhadoras nos ombros de Marahy e disparavam as armas, como que para treinar



barbaridades visando à reintegração à sociedade.

Também em Minas, foi criada a Guarda Rural Indígena (Grin). A ideia era formar indígenas para policiar indígenas, o que redundou em poder paralelo que paulatinamente saiu do controle do Estado. Após quatro anos, foi extinta. Um fato interessante foi o filme amador gravado por Jesco von Puttmaker durante a primeira formatura da Grin, em que, durante desfile, um indígena foi exibido em um pau de arara perante o governador do estado, Israel Pinheiro.



Cena do filme *Arara*, de Jesco von Puttmaker (1970): indígena é carregado em pau de arara.

pontaria. O ruído dos disparos muito próximos aos ouvidos teria deixado Marahy praticamente sem audição. A surdez do velho indígena não é maior do que a da sociedade. Segundo Ferraz, eles só seriam citados por algum jornal de grande circulação anos mais tarde, em 1996, quando foi criada a primeira comissão para buscar corpos sepultados clandestinamente na Terra Indígena Sororó.

### A Caravana da Anistia

“É cidade bonita... diferente, né? Tudo grande”, comenta Tawé sobre sua experiência em Brasília. Ele foi um dos seis aikewáras presentes no julgamento da Caravana da Anistia que concedeu a catorze indígenas a condição de anistiado político, além de serem indenizados em 120 salários mínimos. O julgamento ocorreu em 19 de setembro de 2014, no Salão Negro do Ministério da Justiça, em Brasília. Foi um longo caminho percorrido pela aldeia, que começou com a primeira comissão, formada em 1996, para buscar corpos de guerrilheiros sepultados clandestinamente. Desde então, formaram-se outras seis comissões com o mesmo objetivo. Se, por um lado, as buscas pouco encontraram na Terra Indígena Sororó – restos mortais de duas pessoas e um par de molares, até hoje não identificados –, por outro, foi encontrada a história dos aikewáras há muito esquecida, fundamental para entender a Guerrilha do Araguaia e seus desdobramentos.

Questionado sobre o caso dos aikewáras, o centro de comunicação social do Exército informou que nada consta em seus arquivos sobre o tema. Pelo visto, o silêncio sobre as mazelas da comunidade indígena ainda vigora em alguns setores da sociedade.

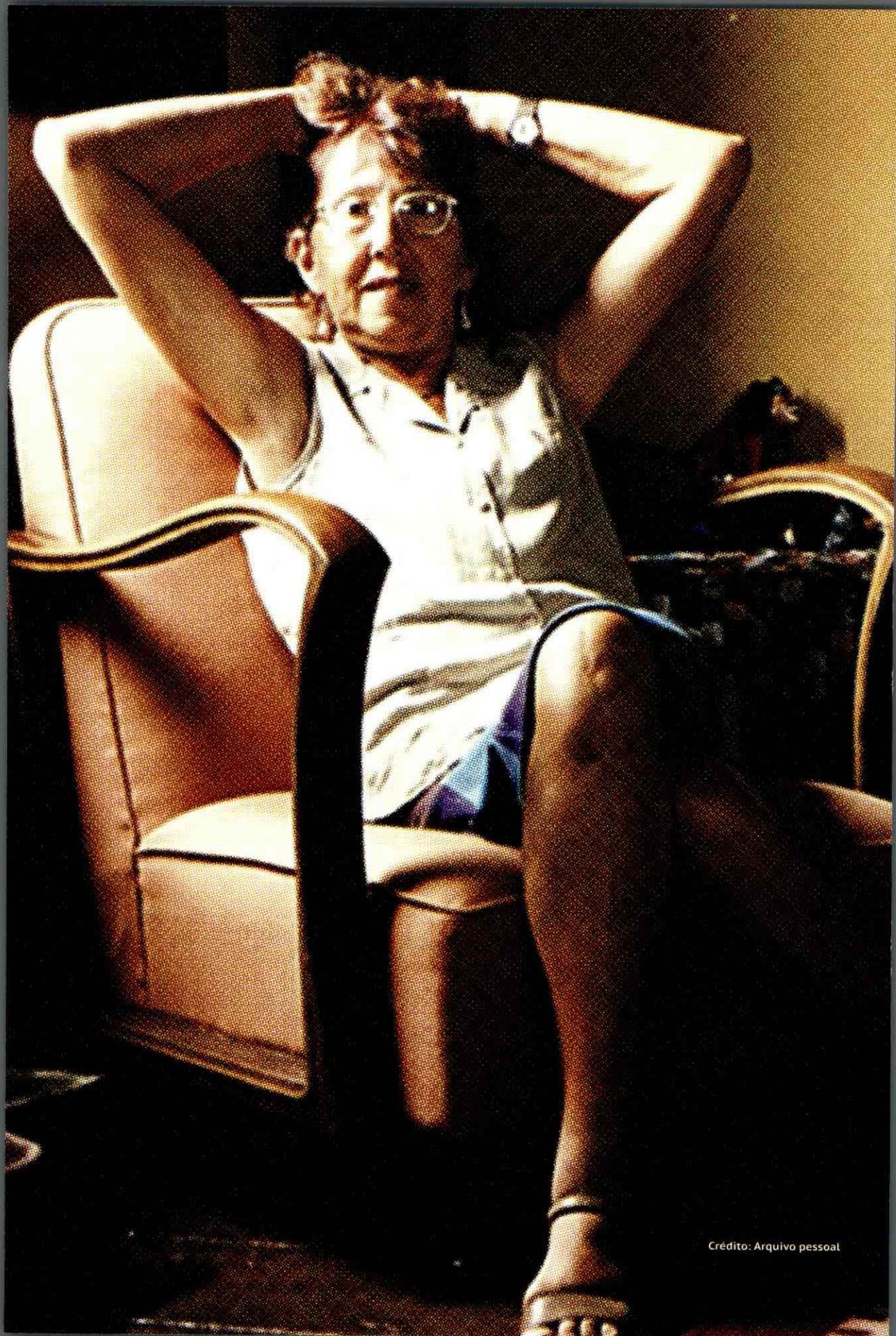
Em novembro de 2012, a Comissão de Anistia realizou audiência pública em Marabá, para ouvir indígenas e camponeses. Em maio de 2014, foi entregue à CNV um relatório sobre as torturas sofridas

pelos aikewáras, com participação de dois indígenas na elaboração do documento. Em setembro do mesmo ano, ocorreu o julgamento. Desde então, todos os aikewáras julgados já receberam a indenização. A maioria decidiu gastar o dinheiro com itens de consumo, como eletrodomésticos ou carros, ou repartir com filhos e netos. Os indígenas ainda reclamam da falta de medicamento, saneamento, oportunidade de emprego para os mais jovens e infraestrutura. O aumento gradual da população, todavia, indica que, se não estão em condições ideais, o “povo daqui” vem vencendo os desafios da modernidade.

## Em setembro de 2014, quarenta anos após os fatos, foi determinada a indenização de **120 salários mínimos** para catorze aikewáras pela Caravana da Anistia

Quase um ano após minha ida ao Pará, resolvo ligar para Júnior Bacana para saber como ele está. Em nossa breve conversa, percebo que pouco mudou: Bacana ainda passa eventualmente na casa de Dona Rosa para tomar suco, sonha com as pescarias que fará após se aposentar e ainda visita os aikewáras. Assim como no caso dos indígenas e de Bacana, ainda persistem muitas questões a respeito da Guerrilha do Araguaia. Talvez um dia isso mude.





Crédito: Arquivo pessoal



# Inquieta, ávida e singular

*Dona de sensibilidade e postura inovadoras,  
Maria Magdalena Lana Gastelois, a Madá,  
deixou sua marca na cidade de Mariana,  
em Minas Gerais, e na alma de muitas pessoas*

Texto e fotos **Bruna Furlani**  
Diagramação **Pedro Moreth e Daniela Franca**

Ao nascer, algumas pessoas chegam à Terra sem compromisso. Levam a vida de forma passageira, fria e sem muita história para contar. Já outras jamais passam despercebidas. Deixam marcas na história e lembranças inesquecíveis de um tempo que não volta. Sem dúvida, Maria Magdalena Lana Gastelois era esse tipo de gente. Uma mulher vanguardista, que questionava o patriarcalismo brasileiro, e que estava sempre disposta a inovar. Como disse Ziraldo, cartunista que teve o prazer de conhecê-la, Magdalena adorava “inventar moda” e tinha a loucura de querer mudar o mundo.

Para o inventor do Menino Maluquinho, a escritora nasceu com uma grande qualidade: “A dádiva de ter nascido ávida e de odiar a ideia de comprar feito”. Apesar de não estar mais entre nós, Magdalena permanece nos corações de todos aqueles que um dia tiveram a oportunidade de conhecê-la. Por ter sido uma pessoa tão especial e de tamanha importância para a história de Mariana (MG), sua marca não deve ser esquecida. Magdalena merece ter sua história contada para que todos descubram quem foi essa mulher à frente do tempo.

Carinhosamente conhecida pelos amigos mais próximos como Madá, era uma figura cativante, dona de sensibilidade ímpar, conta a filha Ana Lana Gastelois. E era capaz de representar vários papéis ao mesmo tempo: mãe, professora, artista, mestre, amiga e escritora.

Nasceu em 1933, em Ponte Nova, cidade localizada a 122 km de Belo Horizonte. Madá era filha de um médico e de uma dona de casa. Uma família conservadora que decidiu sair do interior do estado, em busca de melhores condições de estudo para os filhos. Por causa disso, a jovem mudou-se para a capital mineira quando tinha apenas cinco anos.

Ana conta que, desde pequena, Madá jamais aceitou o fato de que mulher não podia estudar fora de casa. Naquela época, era comum que as jovens fossem preparadas apenas para prover as necessidades do lar. Mas nossa personagem não queria ser assim e não admitia que a mãe também o fosse. Logo, tratou de ensiná-la que era preciso pensar para além dos serviços de casa.

Inquieta e sempre muito independente, Madá tinha o sonho de ler e escrever. Mas, para isso, teve que superar desafios. Ana relembra, com orgulho, que a mãe aprendeu a ler com telhas dentro da própria casa e que percebeu, desde cedo, que teria de cruzar a cidade, caso quisesse seguir o sonho de estudar. Passou a infância, a adolescência e o início da fase adulta em Belo Horizonte, onde cursou Letras na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Depois de terminar o curso, Madá recebeu uma proposta irrecusável. Foi chamada para estudar a obra do poeta Rimbaud na Université Paris-Sorbonne, em Paris, e fazer o doutorado em Estilística Francesa, em 1958. Ana conta que a mãe passou um bom tempo na França para dedicar-se aos estudos, até que, no fim do intercâmbio, recebeu a mais agradável surpresa. Três meses antes de retornar ao Brasil, conheceu um jovem francês chamado Bernard Gastelois e casou-se com ele. Da união, nasceram seis filhos: Ivan, Pedro, Ana, Lídia, Maria e Inês, além dos vários agregados que ela arranhou ao longo da vida.

Após retornar da França, Ana conta que Madá recebeu que era necessário investir em uma educação que ia além do comum. De visão sempre vanguardista, a jovem professora decidiu fundar a escola Picapau Amarelo, em 1967, em Belo Horizonte. O objetivo era criar um local adequado para que os filhos estudassem, mas que fosse também um espaço de integração para colocar lado a lado pessoas das mais variadas classes: ricos e pobres, pretos e brancos. Por conta da metodologia diferenciada, a escola logo recebeu destaque. No local, a alfabetização dos alunos era feita com uso de gestos, cores e músicas.

Para Ana, a escola representava a liberdade de expressão e a capacidade que a mãe possuía de agregar pessoas e entender que todos eram iguais, sem qualquer tipo de preconceito. “No Picapau, sempre teve gente preta, pobre. A minha empregada e os filhos dela estudavam comigo e com os meus irmãos. Não existia separação. Lá todos eram tratados da mesma forma”, afirma Ana.

Assim como no colégio, a casa de Madá acolhia a todos e nunca estava vazia. Ana diz, com humor, que não gostava muito do fato de que a mãe estava sempre rodeada de pessoas. “Eu achava um pouco chato porque era normal encontrar vários professores lá em casa.”

### **Jeito único de viver**

Ana atua nas áreas de artes visuais, cênicas e educação, que escolheu inspirada pela força, coragem e o humanismo da mãe. A artista conta que Madá era muito performática ao lidar com as situações e que percebia a vida como um fluxo. “Ela sempre foi muito dinâmica e inquieta. Hoje em dia, me vejo como uma pessoa assim. Nunca estou parada e sempre busco coisas diferentes.”

Segundo Ana, a mãe vivia no cheque especial, mas estava sempre disposta a embarcar em projetos diferenciados e a viver novas experiências. Um dos grandes sonhos de Madá era ter 14 filhos para montar um coral dentro de casa. Para a filha, a mãe tinha um jeito





Álvaro e Ana falam que Madá buscava sempre desenvolver o talento das pessoas ao seu redor

*“Ela era **única**. Uma pessoa capaz de descobrir o **melhor de cada um** e que batalhava para estimular e desenvolver o talento de todos.”*

*Ana Lana Gastelois, filha de Madá*

Familiares e amigos reunidos na cerimônia  
do Na Boca do Balão para jogar as cinzas de  
Madá, em Lavras Novas

Crédito: Arquivo Pessoal





*“Eu gostaria que este espaço virasse um museu. Quero que seja uma coisa dinâmica, que siga um fluxo. Eu imagino um local em que as pessoas venham dormir, que funcione 24 horas e que seja único. Afinal, era isso que a Madá era pra mim.”*

*Ana Lana Gastelois, filha de Madá*

especial de lidar com a vida e com todos ao seu redor. “Ela era única. Uma pessoa capaz de descobrir o melhor de cada um e que batalhava para estimular e desenvolver o talento de todos.”

Dona de um coração enorme, Madá era reconhecida por onde passava. Com os cabelos ruivos, óculos redondos e o jeito alegre e divertido de levar a vida, estava sempre rodeada por jovens. Não parava nunca, nem mesmo com as adversidades.

Aos 40 anos, Madá levou um susto. Descobriu que estava com câncer de mama, teve que fazer a retirada de um dos seios, mas a enfermidade nunca a abalou. Ana conta que a mãe sempre buscava um lado positivo, até mesmo nas coisas negativas. “Na época, não havia silicone, e o seio é uma parte delicada do corpo feminino. Mesmo assim, Madá preferiu encarar a doença, de forma natural. Aproveitou a oportunidade e fez uma tatuagem para cobrir a região.”

### **Mudança de ares**

Depois de morar em Belo Horizonte durante boa parte da vida, em 1976, o marido Bernard recebeu uma bolsa e toda a família foi convidada a morar nos Estados Unidos. Lá, Madá concluiu o mestrado e, ao retornar, voltou cheia de ideias e com pensamentos diferentes sobre si mesma e sobre a vida. Sempre disposta a aceitar novos desafios, decidiu aposentar-se da UFMG e embarcar em uma nova aventura, na década de 1990. Posteriormente, por conta de vários problemas, a relação com o marido ficou estremecida. Madá separou-se do marido e prestou concurso para uma nova universidade, agora no interior de Minas Gerais.

Madá reiniciou a carreira na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e mudou-se para Mariana (MG), no início dos anos 90. No local, tornou-se responsável pela disciplina de francês do Instituto de

Ciências Humanas e Sociais da UFOP. Foi chefe de departamento e criou um dos maiores encontros de Mariana, o Festival das Línguas, que unia o ensino de idiomas por meio do teatro. Ao todo, o festival teve 18 edições

Quando Aldo Eustáquio Sobral conheceu Madá, ela já trazia uma bagagem muito grande como educadora. “A Magdalena sempre gostou muito de inovar. Ela tinha muitas ideias para projetos diferentes. Onde ela via que podia produzir cultura, ela ia atrás e se virava para que tudo desse certo”, destaca o professor aposentado da Ufop.

Para ele, o grande mérito de Madá foi a criação e institucionalização do Festival das Línguas. Durante os nove anos de evento, a programação recebeu total apoio da Ufop. “Madá encarava a tarefa de professora como algo transformador. Por isso, propôs uma maneira diferenciada de avaliar os alunos e de estender a ponte entre a academia e a comunidade de Mariana.”

Aldo conta que o festival tinha a marca registrada de Madá, fluente em inglês, francês, italiano e espanhol. Grande novidade na época, mobilizou boa parte da sociedade. O festival promovia o contato da sociedade com línguas estrangeiras, por meio do teatro, da encenação. “O modelo do evento teve uma boa receptividade, tanto que, mesmo após a morte de Madá, o pessoal tentou reproduzi-lo mais uma vez, porém não deu mais certo”, lamenta Aldo.

Dona de uma postura inovadora e de práticas nada tradicionais, Madá sempre foi figura polêmica. Por onde passava, chamava a atenção pelo jeito irreverente. Aos 60 anos, Madá causava surpresa porque dirigia, era professora e adorava sair, o que fugia aos padrões da época, especialmente em uma cidade do interior.

Álvaro de Araújo Antunes, professor de história da Ufop, antes aluno e amigo de Madá, conta que ela despertava o respeito de uma pessoa da sua idade.

Ao mesmo tempo, brincava com o estereótipo da velhice. “Ela era uma senhorinha de cabelos brancos que pintava os cabelos de ruivo, mas que compunha funks com críticas à universidade. Além disso, ela via pra cima e pra baixo com pessoas mais jovens”, diz Álvaro, entre risos.

Madá sentia-se mais feliz e realizada ao lado dos mais novos. Por isso, adorava o ambiente universitário e odiava ficar sozinha. Apaixonada por botecos e acostumada a reunir os estudantes e amigos na própria casa, decidiu fundar o Sagarana Café-Teatro, em 1998. O local era uma antiga sede de fazenda que Madá comprou, desmontou e reconstruiu sem fazer qualquer tipo de modificação. O projeto foi inovador para a época e despertou a curiosidade de todos. Até mesmo revistas de arquiteturas renomadas procuraram o lugar para traçar um pouco da sua história.

No espaço, Madá passou a oferecer shows e encontros de artistas locais para fomentar a arte e a cultura em Mariana. O Sagarana é a metáfora adequada: ar acolhedor e alma singular. “Em Mariana, normalmente, as casas velhas são demolidas para dar lugar às novas.

Aqui, em vez de destruir, ela reconstruiu. Em vez de apagar a história, ela preferiu mantê-la e apenas acrescentou alguns elementos. Ou seja, optou por escrever a história dela naquilo que já existia”, explica Álvaro.

Um dos encantos de Madá estava em pegar o que já existia e transformarem que a identidade se apagasse. “Ela promovia mudanças na casa e nas pessoas. Ela queria aflorar o que havia de melhor em cada um”, exalta o amigo-professor. Madá fez da casa dela um centro cultural que funcionava quase 24 horas por dia, no início. “Ela criou um lugar de referência para o desenvolvimento das artes na região.” Um espaço que faz com que todos sintam-se em casa e onde as pessoas circulam o tempo inteiro.

### **Para além da vida**

Por conta dos trabalhos realizados na Ufop para a academia e para a comunidade de Mariana, Madá recebeu, em 2004, o título de professora emérita. Estava feliz com a vida na nova cidade e com as conquistas que tinha obtido ao longo da carreira. Dois anos mais tarde, a professora recebeu o diagnóstico de que

## *Memórias*

---

### **O poeta na cidade**

Ao longo de seus 78 anos, Francisco Alvim, ou simplesmente Chico, foi considerado, nos anos 1970, “poeta marginal”. Em entrevista à repórter Paula Évelyn, na edição nº 18 da **Campus Repórter**, contou sobre o estilo de escrita, também como foi o primeiro contato com a poesia e o hiato que fez entre suas publicações. Como diplomata, Chico viveu em cidades como Paris, Barcelona, Roterdã e San José e, depois de viajar o mundo, voltou a Brasília onde disse que aqui pretendia ficar até dar o último suspiro. A matéria conta, também, que a “luz da cidade” sempre o encantou.

Disponível em: [goo.gl/9aagLK](http://goo.gl/9aagLK)



possuía um câncer terminal na pleura. Com o pulmão já entupido e a doença em estágio avançado, o médico deu-lhe apenas uma semana de vida. Ao receber a notícia, Madá ficou em choque. Semanas se passaram. Contrariando todas as expectativas, permaneceu forte. Madá percebeu, entretanto, que seria preciso traçar os detalhes da própria morte o quanto antes.

Diante do quadro grave, passou a tratar o ato de morrer com um humor ácido e satírico. O ex-aluno e amigo Aguinaldo Elias, o Guina, recorda que Madá, ao saber do câncer terminal, decidiu que queria ser cremada e que teria as cinzas lançadas em uma região montanhosa próxima a Mariana. De lá, elas seguiriam em um grande balão de ar até o infinito.

Guina e Madá foram juntos escolher o local em que as cinzas seriam jogadas. “A gente foi até Lavras Novas para que ela decidisse o lugar. Quando chegamos lá, ela comentou como queria a cerimônia e falou que não queria ninguém chorando”. Coerente com toda a sua trajetória, desejava que o dia do funeral fosse um momento de muita alegria com banda e muitas pessoas. Assim como o título do penúltimo

livro publicado em vida, Madá batizou o evento de Na Boca do Balão.

Maria Magdalena Lana Gastelois morreu em janeiro de 2008. Deixou sete livros publicados, prêmios e muitas lembranças. Antes de partir, escreveu como gostaria de ser lembrada. “O que pude fazer fiz. Daqui para frente, caminhem filhos, netos, outros, gên(er)os flutuantes, companheiros de trabalho, os que vierem, os que ficaram. Acho que dei o melhor de mim. Cada um vai construindo seu caminho. Que se alimentem de muita compaixão e sejam solidários. A vida vai rodando. Surge a ideia do balão jogando pelos ares a cinza misturada a sementes. Nada se leva, mas muito se pode deixar.”

O Sagarana Café-Teatro mantém-se vivo até hoje, sob a supervisão de Ana Gastelois. Para não perder a memória da mãe, Ana planeja fazer do local uma instalação viva. “Eu gostaria que este espaço virasse um museu. Quero que seja uma coisa dinâmica, que siga um fluxo. Eu imagino um local em que as pessoas venham dormir, que funcione 24 horas e que seja único. Afinal, era isso que a Madá era pra mim”. E para todos.

Ana Gastelois joga as cinzas da mãe durante evento do Na Boca do Balão

Crédito: Arquivo Pessoal





Gilmar Abelina, pescador da região norte da foz do Rio Doce, vislumbra a Praia de Degredo (ES), local onde está proibido de entrar no mar levemente alaranjado.



# Rejeitos na foz do Rio Doce

*Conflitos entre moradores da comunidade, falta de ocupação e renda, proibição da prática do surf, dos banhos de mar e da pesca são alguns elementos de um cenário entristecedor*

Texto e Fotos **Luana Melody Brasil e Victor Pires Corrêa**  
Memórias **Michael Rios**  
Diagramação **Beatriz Nery**

Nascido no encontro do rio com o mar e pescador desde os sete anos de idade, o capixaba Élcio José de Oliveira, o Zé de Sabino, hoje com 52, lembra-se com orgulho da viagem que fez à Alemanha para assistir à *première* do filme que estreou. *Das águas que passam* foi a única película brasileira a concorrer no 66º Festival Internacional de Cinema de Berlim, a Berlinale. Gravado em março de 2015 – oito meses antes do rompimento da barragem de rejeitos de minério conhecida por Fundão, no município de Mariana (MG) – sob a direção de Diego Zon, o documentário registrou o vínculo do pescador com o mar, o barco, a rede, o peixe.

A pesca artesanal, que era central na vida de Zé de Sabino na Vila de Regência, distrito do município de Linhares (ES), e que o lançou ao outro lado do Atlântico foi proibida por tempo indeterminado na primeira quinzena de fevereiro de 2016, quando aconteceu o festival alemão. Por ordem da Justiça Federal, que acatou pedido do Ministério Público Federal, a pesca na região onde o Rio Doce deságua no mar foi impedida para “preservar a saúde da população que consome os pescados da região e a sobrevivência das espécies já afetadas pelos rejeitos de mineração provenientes do rompimento da barragem, ocorrido em novembro de 2015”.

“Minha preocupação é quando vai liberar isso. Quando eu vou voltar a fazer o que eu gosto?”, indaga

Zé de Sabino. “Eu tenho dois filhos na faculdade. Eu, como pescador, tenho orgulho de ter meus filhos na faculdade e tive que trancar a faculdade dos filhos porque não tô aguentando pagar, porque deixei de trabalhar na pesca, que me dava um salário razoável”, desabafa da varanda de casa, em setembro de 2016.

## **Compensação financeira**

A interdição da pesca alterou não só a vida de Zé de Sabino e outros pescadores tradicionais da Vila Regência, mas, também de todas as comunidades ribeirinhas que vivem ao longo do Rio Doce. Entre as principais perdas, estão a pesca, o comércio, o lazer, o turismo, a moradia e a agricultura. Para reparar os danos, um acordo – o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) – foi firmado em março de 2016, quatro meses após a ruptura da barragem de Fundão. Participaram do trato os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, o Governo Federal e a responsável pela barragem, a mineradora Samarco, vinculada a duas gigantes da mineração – a Vale e a anglo-australiana *BHP Billiton*.

O acordo determinou, além da construção de vilarejos para abrigar os sobreviventes do tsunami de lama e a reparação imediata do meio ambiente pela empresa, o cadastramento dos atingidos. O critério para o cadastro baseou-se em números: o

cartão-subsídio, também chamado de “benefício”, seria entregue somente àqueles que tiveram suas fontes de renda arruinadas. Era uma forma de garantir renda de subsistência enquanto o ecossistema estivesse contaminado por mais de 30 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro lançados pelo rompimento.

O valor do cartão é de um salário mínimo e a essa quantia se soma o valor de uma cesta básica de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) de cada estado e mais um adicional de 20% por dependente. O total pago a cada atingido fica entre R\$ 1,2 mil e R\$ 1,5 mil.

Desde agosto de 2016, as ações de reparação passaram a ser de responsabilidade da Fundação Renova, uma instituição criada por meio TTAC. Segundo a Renova, até setembro de 2017 foram distribuídos 8.380 cartões-auxílio para famílias de Minas Gerais e do Espírito Santo. O número, no entanto, não atende boa parte dos atingidos. Apenas no litoral capixaba foram afetados cerca de quatro mil pescadores, de acordo com estimativa da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo.

### **Melancolia**

Conflitos entre moradores da comunidade, falta de ocupação e renda, proibição da prática do surfe, dos

banhos de mar e da pesca são alguns elementos de um cenário entristecedor. E isso tem, inclusive, sido o gatilho para casos de depressão.

Uma pesquisa realizada pelos sociólogos Hauley Valim, da Faculdade Pitágoras de Linhares, Flávia Amboss Leonardo e João Paulo Lyrio, da UFES, busca, por meio de entrevistas, compreender os efeitos sociais da chegada da lama de rejeitos em Regência. O estudo indica em seus primeiros resultados o aumento dos casos de depressão como consequência da ociosidade e incerteza sobre o futuro das famílias.

“As pessoas falam: ‘Acordava cinco horas da manhã antes para trabalhar. Acordar cinco horas da manhã para quê agora, se eu não tenho mais...?’. Essa tristeza vem se transformando numa depressão”, relata Flávia Amboss, coordenadora da pesquisa.

Camilla Veras, psicóloga da Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares, que tem atuado nos municípios mineiros de Barra Longa e Mariana (MG), percebeu os mesmos males entre os atingidos da região. “A gente entende que é natural o sofrimento, principalmente numa situação como essa”, observa Veras. “As pessoas que já tinham questões de saúde tendem ao agravamento, isso é comum. Aí tem tudo: depressão, quadros de ansiedade, problemas no sono, isolamento –porque as pessoas não estão saindo de casa”, explica.

Em tom mais apreensivo, a psicóloga descreve: “Tem casos aqui de tentativa de suicídio, aumento de violência doméstica, aumento do consumo de álcool.



Moradores da vila de Urussuquara (ES) chamam atenção para mudanças no aspecto da areia da praia e aparecimento de espuma alaranjada em setembro de 2016  
Crédito: Eliane Balke/Arquivo Pessoal



São reflexo do problema e interferem diretamente nas questões de saúde mental. Em termos do que foi afetado psicossocialmente, a cidade [Barra Longa] está toda abalada, em vários níveis”.

### Luta

“Uma das formas de vencer essa tristeza e essa depressão é justamente a luta frente à empresa. Participar de movimentos sociais vem mostrando para essas pessoas uma força para não cair na depressão”, testemunha Flávia Amboss.

Esse foi o caminho escolhido pelo casal de pescadores Eliane Balke, 48, e Gilmar Abelina, 46. “Nunca me envolvi com movimento social. Foi a primeira vez porque foi muita indignação com o que eu vi nessas águas aí que eu tiro o sustento da minha vida”, conta Eliane.

Igualmente insatisfeito, Gilmar completa: “A gente ainda tem algum recurso porque eu peço. Eu peço! Já fui três vezes na igreja católica pedir. Tem outras pessoas que têm vergonha. Preferem baixar a cabeça e ficar chorando, deprimidas, andando tristes pela rua, chorando sem água, sem energia”.

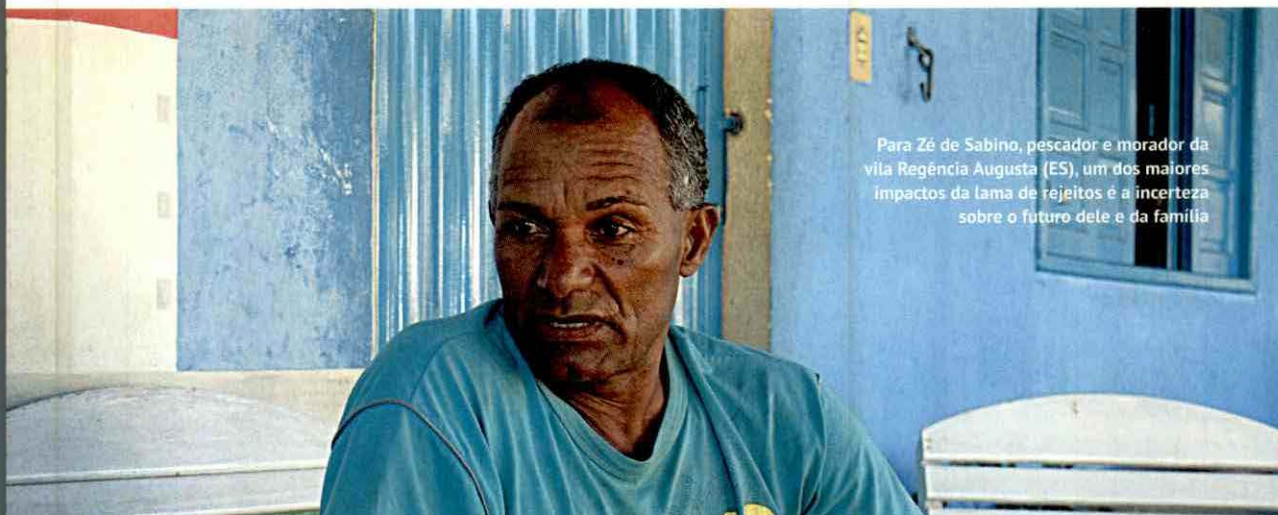
Eliane e Gilmar são moradores e pescadores de Urussuquara, distrito litorâneo do município de São Mateus (ES), região localizada ao norte da Foz do Rio Doce e reconhecida como atingida em março de 2017. O reconhecimento por parte da mineradora para iniciar o processo de indenização das famílias

e a proibição da pesca na região foi feito após reivindicação popular, somada ao apoio da Defensoria Pública, do Ministério Público e a estudos conduzidos por universidades e órgãos ambientais.

Apesar do reconhecimento no início do ano, até setembro de 2017, nem todas as famílias haviam sido cadastradas para receber a reparação financeira. De acordo com a Renova, o levantamento dos problemas causados na região deve ser concluído até o fim do mês de outubro de 2017 – o que significa mais tempo até serem realizados os cadastros e, finalmente, distribuídos os cartões-auxílio. Atingidos dizem que a indenização não havia sido paga até novembro de 2017.

Gilmar e Eliane estavam entre as mais de 150 pessoas reunidas no Centro de Convivência de Campo Grande de Barra Nova, em São Mateus, em setembro de 2016, com o objetivo de criar o Fórum Norte da Foz do Rio Doce. São moradores e trabalhadores de Urussuquara, Degredo, Barra Seca, entre outras vilas, que contaram com o apoio de sociólogos, pesquisadores em direito ambiental e Defensoria Pública para compartilhar suas histórias e entender como reivindicar os direitos violados pelas mineradoras e pelo Estado.

“Além de tudo isso que a gente está vendo, de prejuízo, de dano moral, da degradação ambiental, que tudo isso está atrelado aos direitos humanos, talvez o



Para Zé de Sabino, pescador e morador da vila Regência Augusta (ES), um dos maiores impactos da lama de rejeitos é a incerteza sobre o futuro dele e da família

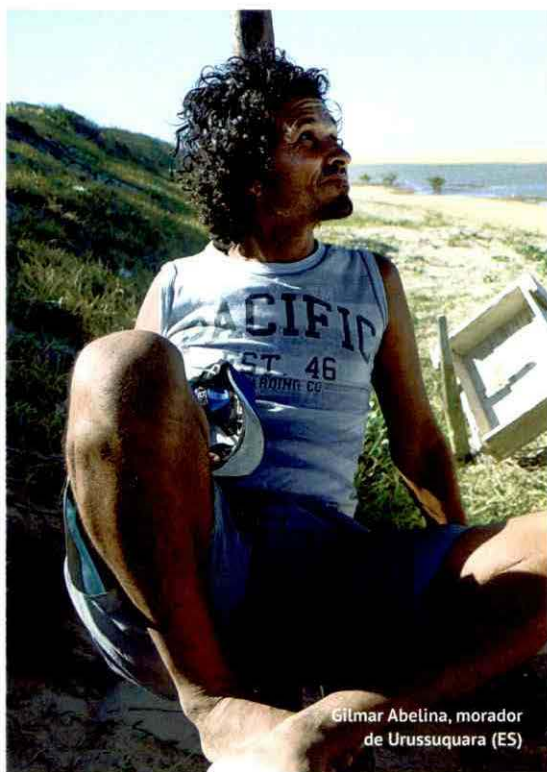


principal hoje é as pessoas não terem absolutamente nenhum conhecimento do que está sendo feito”, avalia Rafael Portella, defensor no Núcleo de Defesa Agrária e Moradia da Defensoria Pública do Espírito Santo.

### Alimentação

Devido ao medo da contaminação dos animais marinhos, desapareceram fazendeiros, turistas, empresários e demais clientes dos pescados de Eliane, Gilmar e Zé de Sabino. Antes com uma renda que chegava a aproximadamente R\$ 4,5 mil, o casal atualmente resiste com doações e pequenos serviços prestados.

Uma situação semelhante ocorre perto de Urussuquara, na pequena vila de Barra Seca, município de Linhares. Lá, uma casa à beira da estrada exibe na porta um panfleto atravessado por quatro pregos com fotos do rompimento ocorrido a mais de 600 km de distância. Nas frases impressas, nenhuma dúvida: não houve acidente, mas crime.



Gilmar Abelina, morador de Urussuquara (ES)

À primeira vista, o papel talvez seja o indício mais evidente de que o desastre teve danos na vida do pescador Sebastião Pereira, 56. As panelas abertas mostram outro sinal do desastre: não há peixe para o jantar, só um pouco de arroz e feijão trazidos pelo pai de Sebastião. “Eu como pouco. A pessoa que é acostumada a comer muito, no dia que falta comida, chora. Eu

tô preparando porque eu vou jantar. Aí eu vou dormir. Na dormida ninguém sente fome, né? No outro dia que tá o negócio”, explica.

“Eu tô aí, né? Mas querer sair daqui eu não queria. Eu escolhi esse lugar aqui. Pra mim eu acho que é o cantinho do mundo melhor que tem. Eu desejo ficar aí, nem que seja pra morrer”, lamenta Sebastião.

Eliane Balke de Urussuquara (ES)



Antes da chegada da pluma de rejeitos ao mar e da contaminação do Rio Ipiranga, entre a comunidade de Barra Seca e o oceano, o pescador não precisava da comida trazida pelo pai para escolher entre o almoço e o jantar. Não faltava peixe. Sebastião conta que chegava a pescar 40 por dia. Depois da chegada da lama, teve de se desfazer de dois freezers: “Não tinha nada pra botar dentro. Não tinha peixe mais. Eu vou ficar fazendo o quê? Gastando energia?”. Com as contas atrasadas, Sebastião corre o risco de ter a luz cortada por tempo indeterminado.

### Intoxicação

Para Sebastião, o medo de consumir o peixe, quando pega um, nem sempre fala mais alto que a fome: “Se eu tiver com fome, o jeito é comer, pra sobreviver. Mas, como você vê, sou mais de comer essa banana verde cozida do que me arriscar. Não é que eles falam assim: ‘Isso tá bom, rapaz’. Cê come hoje, mas não é amanhã que cê vai morrer não. Ele vai ficando, vai acumulando”.



O receio de Sebastião não é paranoia. Ainda não existem dados conclusivos sobre o que afetará a saúde humana a partir do consumo dos frutos do mar das áreas atingidas. Mesmo assim, de acordo com relatório divulgado pela Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares, todos os elementos encontrados acima dos níveis permitidos na água e no pescado podem trazer riscos imediatos e crônicos aos seres humanos. Além disso, podem acumular-se nos tecidos de animais e passar de um organismo ao outro ao longo da cadeia alimentar. Foram encontrados níveis elevados dos metais pesados arsênio, cádmio, cobre e chumbo.

### Turismo

Mesmo nas áreas consideradas afetadas e assistidas pela Samarco, os comerciantes, principalmente aqueles que dependiam do turismo para dar conta do orçamento do



Zé de Sabino, pescador e morador da vila Regência Augusta (ES)

mês, enfrentam dificuldades maiores do que os pescadores para conseguir o cartão-auxílio. Por não exercerem uma atividade diretamente ligada à pesca, muitos não foram considerados atingidos pela empresa.

A situação se repete também em Urussuquara. A pousada batizada com o nome da vila hoje vive uma calma que inquieta o proprietário Fábio Roberto Vieira Gama, 55. O hoteleiro não culpa diretamente o

desastre pela queda no movimento: “A fofoca afetou muito mais do que a lama”. Mesmo que ele não acredite na chegada da pluma de rejeitos a Urussuquara, o desastre foi negativo para os negócios: “A lama da Samarco afetou porque se eu te mostrar ali um e-mail, todos falam assim: ‘E a lama, chegou aí?’. Todos



Sebastião Pereira de Barra Seca (ES)

perguntam. Aí a gente tem que explicar que nós estamos a 80 km da foz do rio Doce, os ventos predominantes e as correntes são nordeste. Eu não sei, sempre eu questiono com os outros segmentos, pescadores, o que há de real nisso aí da contaminação”.

Outra dinâmica foi observada pela oceanógrafa Fabíola Negreiros Amorim, da UFES, coautora de estudo publicado em agosto de 2016 na revista especializada *Marine Pollution Bulletin*. Na pesquisa, a equipe de cientistas analisou uma simulação da atividade da pluma do Rio Doce, durante dois meses, desde a chegada ao mar. Em seguida, comparou o modelo simulado com as imagens de dois satélites, que confirmaram a simulação.

Em boa parte do período de análise, como destaca Amorim, os ventos predominantes eram aqueles vindos de norte, que levaram a pluma para o sul. Mesmo assim, devido a outros fatores, como a maré, a pluma alcançou 50 quilômetros ao norte da foz. Os ventos, no entanto, reverteram durante quatro





O medo da contaminação de pescados afastou turistas e clientes da região de Barra Seca e Urussuquara (ES).

dias, devido à entrada de uma frente-fria e arrastaram a pluma para mais longe ao norte.

Ao sul, os autores do estudo mostram que a pluma chegou até Cabo de São Tomé, no litoral do Rio de Janeiro. Como o período de análise se restringiu a novembro, dezembro e janeiro de 2015 e 2016, existe a possibilidade de que, na época com maior predominância do vento sul, a pluma tenha chegado ainda mais longe ao norte, alcançando a Bahia. Além de Fabíola, o estudo foi realizado por pesquisadores da Universidade de Aveiro, em Portugal, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Instituto Espanhol de Oceanografia.

Pesquisadores do ICMBio também fizeram um monitoramento próprio da extensão da pluma. Os resultados, divulgados em junho de 2016 e disponíveis na internet, são claros: “De Vitória até o norte do estado, foi constatada a presença ininterrupta da pluma até Conceição da Barra (município costeiro mais ao norte do estado), seja na forma concentrada próxima à costa, seja na menos densa até distâncias de 25 milhas da costa”.

O ceticismo de Fábio quanto à presença da lama em Urussuquara não é resistente a provas concretas, ele diz. O problema é que essas provas não chegam a ele, mesmo que existam. Apesar das coletas e dos relatórios produzidos pelos órgãos governamentais, uma das mais frequentes queixas das comunidades é a falta de esclarecimentos sobre as atuais condições da fauna marinha e da contaminação da água.

### **Realidade dura**

A casa onde Eliane e Gilmar moravam em Urussuquara era alugada e, após atrasos no pagamento, foram obrigados a devolvê-la ao dono. Em setembro de 2016, começaram a se desfazer de pertences, pois tiveram de se abrigar numa barraca de *camping*, que instalaram no quintal de uma amiga na mesma vila. “A Samarco está querendo o quê? Que o pescador, o morador, o comerciante vá embora da localidade onde ela jogou toda essa lama? E eu vou fazer o que na cidade se eu só sei pescar?”, reclama Eliane. Em novembro de 2016, durante uma conversa por telefone, Eliane contou que



## ***População das vilas\****

Regência Augusta 1.200 habitantes

Pontal do Ipiranga 1.500 habitantes

Barra Seca 375 habitantes

Urussuquara 500 habitantes

\* Dados fornecidos por lideranças comunitárias locais

\*Esta reportagem é fruto da apuração que resultou no livro "Rejeitos: vidas marcadas pela lama", publicado pela FAC Livros e disponível gratuitamente no site [www.faclivros.wordpress.com](http://www.faclivros.wordpress.com)

não tinha ideia de quando ela e Gilmar voltariam a morar numa casa. Um ano depois, o casal conta que continuam se mudando, "pulando de um lado pro outro", como descreveu Gilmar por telefone.

Zé de Sabino também se vê numa situação perturbadora, pois não quer sair de Regência, mesmo que o assunto passe pela mente. "É complicado mudar, porque tem a estrutura, né? Toda situação pra se colocar de novo. Eu tenho 50 anos de Regência. Se não aparecer ninguém pra falar a mesma língua da gente, tem que procurar um outro rumo."

Sebastião resume o sentimento dos atingidos pela lama na foz do Rio Doce e no litoral capixaba. "Se eu pegar peixe, eu não vendo. Pra comer, como, mas com medo. E sofrendo por causa dos outros, né? E eles tão lá fazendo mais coisa lá. E o sofrimento do povo, rapaz, é o que eles não vê. Eles não quer saber disso. E enquanto isso a gente vai continuando, brigando com a vida...", conclui, com a costumeira voz calma, e cada vez mais triste.

## *Memórias*

---

### **Grandes desastres**

Em 2016, a edição nº 18 retratou outro desastre brasileiro: o zika vírus. Personagens dessa história, que ainda assusta o país, ganharam voz no texto de Luiza Garonce. É destaque como as famílias foram afetadas pela microcefalia e como, para algumas, a doença chegou antes da epidemia do mosquito. Com depoimentos de mães, como Tatiana, Fabiane e Fabíola, o tema é abordado de uma maneira delicada, trazendo as descobertas recentes sobre o vírus e os avanços dos portadores da microcefalia que possuem limitações e comportamentos próprios. Orientações para notificação e investigação de casos suspeitos da doença servem de alerta e informam sobre o caminho que o médico faz até chegar ao diagnóstico.

Disponível em: [goo.gl/ZEKC2d](http://goo.gl/ZEKC2d).

# Resgatando esperança

*Comunidade Terapêutica do DF trata dependentes químicos que, após o tratamento e a recuperação, voltam à comunidade para ajudar outros internos*

Texto Neila Almeida e Thayssa Souza  
Fotos Raphaela Calxeta  
Diagramação João Victor Maciel

“A vida nas ruas é assim: solitária, dolorosa, você não tem amigos, não tem hora para comer, só tem horário para se enfiar cada vez mais dentro do buraco.” Com a cabeça baixa e com lágrimas nos olhos, Cleyton Portela, hoje com 30 anos, relembra o período em que foi usuário de drogas. Nascido e criado na periferia de Brasília, seu destino foi o mesmo de muitos jovens que vivem à margem da sociedade. Começou a usar drogas aos quatorze anos, logo entrou no tráfico, abandonou os estudos e passou a cometer pequenos delitos. Nem os esforços dos avós, que o criavam, foram suficientes para mudar os rumos de sua vida.

Os anos se passaram, Cleyton teve dois filhos. Apesar dessa motivação, ele ainda não conseguia ter forças para enxergar uma saída. Acabou entrando em depressão e passava dias nas ruas. Em uma dessas crises, ele estava drogado e deitado no chão em uma esquina da “Faixa de Gaza” – como é conhecida uma rua em Santa Maria, região administrativa do Distrito Federal – quando resolveu ir até a casa de um amigo, que também lutava para sair das drogas.

Antes de ir, Cleyton comprou uma balinha que inusitadamente tinha um formato de coração. Ele colocou a balinha na boca e amassou a







Por duas vezes na semana, os internos têm aulas de plantio de hortaliças e frutas



# *“Eles me deram um teto, um trabalho, trabalhei como caseiro, paguei minha dívida com o tráfico e dei um novo rumo para minha vida.”*

**Cleyton Portela**

embalagem durante todo o trajeto até a casa do amigo. De repente, ao observar esse papel que revestia o doce, percebeu que a letra “C” tinha caído e o que ficou compunha a palavra “oração”. Isso foi como um sinal para ele. “Acabei indo para casa, orei, muito doído, já era umas quatro ou cinco horas da manhã quando dormi e Deus me mostrou um homem baixinho, que era meu pastor Olímpio, cabecinha branca, inconfundível. Depois de uns quatro dias eu fui para Ceilândia, em busca de abrigo.”

Para chegar a quem Deus havia lhe mostrado durante o sonho, ele foi ao encontro de Maria do Consolo Gomes, chamada carinhosamente de Consolação. Ela morava em Ceilândia, e já havia trabalhado para recuperar dependentes em Santa Maria. O voluntariado era realizado em uma igreja coordenada pelo homem da “cabecinha branca”, o pastor Olímpio Souza e sua esposa, também pastora, Jeanete Souza. Eles já haviam tentado recuperar a saúde psíquica de Cleyton, porém ele sempre desistia do tratamento. Dessa vez, era diferente, ele estava devendo dinheiro para traficantes e precisava, acima de tudo, de um emprego. Mesmo com a igreja tendo fechado as portas, ele manteve contato com Consolação e foi ela que o recebeu em sua casa em Ceilândia. Em seguida, o levou para a chácara dos pastores que fica em Samambaia.

O casal recebeu Cleyton de braços abertos. “Eles me deram um teto, um trabalho, trabalhei como caseiro, paguei minha dívida com o tráfico e continuei no tratamento”. Por sete meses ele ficou em recuperação na chácara. “Eu tive que aprender a fazer minha comida, lavar minha roupa, me relacionar com as pessoas, me virar. Tudo eu aprendi aqui.” Após esse tempo, a ideia de ter uma profissão passou a fazer parte de seus pensamentos. Foi aí que ele deixou o local, começou a estudar elétrica e se especializar na área.

Os pastores já tinham um sonho antigo: transformar a chácara onde vivem em um lugar onde iriam ajudar dependentes de drogas e álcool a deixarem o vício. A experiência com Cleyton foi uma motivação. Eles então organizaram toda a estrutura e se prepararam. “Nós acreditamos. Eu tinha feito um curso na Federação das Comunidades Terapêuticas de Minas. Passei algum tempo fazendo este curso intensivo. Eu tinha uma noção, mas nunca tinha vivido o dia a dia”, conta Jeanete.

O desafio foi grande, mas a Comunidade Terapêutica Novo Tempo foi inaugurada em março de 2013, sem apoio do governo, vivendo da persistência de seus criadores, do apoio de amigos voluntários e à base de doações. A maioria daqueles que dão entrada estão apenas com a roupa do corpo. E muitas vezes esta vestimenta acaba sendo jogada fora, por já estar deteriorada. “Quando chegam aqui nós temos que dar tudo, desde produtos de higiene, roupas, havaianas até roupa de cama”, completa a pastora.

Desde a inauguração, a vida do casal e dos voluntários passou a ganhar novos protagonistas. Centenas de dependentes já passaram por lá. A pastora explica que não há um número exato devido à rotatividade. “Muitos internos chegam à comunidade por insistência de algum familiar, e nem sempre isso funciona. Aqui eles são livres e precisam querer estar aqui”.

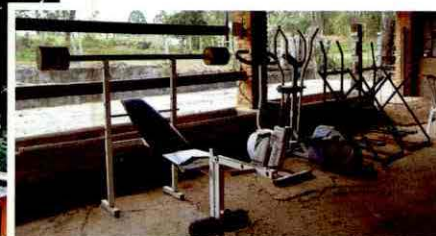
O pintor Paulo André, 36 anos é ex-usuário de crack, cocaína, maconha e álcool. Ele preferia viver nas ruas do que em sua própria casa devido aos vícios. Com um mês na casa quando conversou com nossa reportagem, Paulo sonhava reconquistar o que perdeu. “As drogas destruíram minha família, minha vida. Mas daqui para frente, quero recuperar tudo que perdi e pedir perdão a todos a quem eu fiz mal”.

No segundo semestre de 2017, a Comunidade abrigava 16 internos, todos homens, com idades que variam de 18 a 59 anos. A maioria chega totalmente





Em sentido horário: Fachada de entrada da Comunidade localizada em Samambaia - DF; Academia de Ginástica para a prática de atividades físicas; Dormitório em uma das alas



debilitada e ao longo dos meses de tratamento é nítida a evolução. Edgar Lopes, 46 anos, se reconciliou com sua família e saiu da comunidade para trabalhar. Ele conta que ganhou mais de vinte quilos em seu período de tratamento. “Cheguei aqui com 67 quilos e hoje estou com 89.” Essa mudança não se restringe apenas a aspectos físicos, a mentalidade dos dependentes também se altera como confirma Jeanete. “Com o tempo eles [internos] percebem que há uma responsabilidade pessoal, que não adianta culpar outras pessoas pela forma que eles estão.”

Para a pastora, é gratificante ver as famílias percebendo a evolução dos parentes que estão em tratamento. Assim que chegam à Comunidade é realizada uma entrevista com o dependente e os familiares - se estiverem presentes -, para saber se ele, de fato, quer fazer o tratamento. Essa aceitação é fundamental para o alcance do resultado esperado. Ao longo

dos meses os internos voltam a ter uma rotina, desde o despertar até a hora de dormir, pequenas coisas que os internos acabam não fazendo habitualmente devido ao vício e à vivência nas ruas. “O dependente químico vem sem hora, sem dia, perde totalmente as responsabilidades”. Então aqui eles voltam a ter uma rotina.

A semana dos internos é repleta de atividades, com aulas sobre drogas, laborterapia, educação física, oficina de elétrica e conhecimentos sobre hortas. Além disso, há ainda o atendimento com psicólogo e, uma vez por semana, a família pode visitá-los. Os principais aspectos presentes nas atividades de que os internos participam são o caráter, a espiritualidade e a responsabilidade de cada um.

A dedicação demonstrada pelo casal, o cuidado e o carinho da equipe com os internos fizeram com que quem passasse pela casa tivesse vontade de voltar

após o tratamento. E eles voltam mesmo para visitar o local, que já foi, um dia, o lar de cada um. Só que retornam não mais como dependentes, e sim, como quem superou o vício, e está recuperado.

O tratamento, que dura de sete a nove meses, possui três etapas – a desintoxicação e conscientização, a interiorização e a ressocialização e independência – as quais, de acordo com Jeanete, acabam sendo realizadas conjuntamente. “Não tem como a gente separar. Estão intrínsecas e está dando certo.

Para a psicóloga Raquel Turci Pedroso, há poucos consensos no campo da prevenção, tratamento e reabilitação de usuários problemáticos de drogas. Ela aprova o método da comunidade. “O fato de a comunidade estar trabalhando para intervir em uma questão de saúde pública, em que os internos não estão compulsórios, já os faz estar mais próximos do objetivo da recuperação”.

## Memórias

### *O convívio com as drogas*

Em nossa décima terceira edição do **Campus Repórter** abordamos o tema dos narcóticos com a reportagem de abertura “Vizinhos da guerra”, de Fabiane Guimarães, que revelava o cotidiano de famílias periféricas envoltos a violência e o tráfico de drogas na cidade de Formosa (na época, um dos maiores polos de aquisição de entorpecentes que saíam do Distrito Federal). Os depoimentos de quem conviveu, ou ainda convive, com dependentes químicos traz a visão do lado mais sombrio da droga e a constante guerra entre policiais e traficantes que abalam os moradores das regiões mais criminalizadas.

Disponível em: Campus Repórter, edição nº 17

#### Estatísticas

Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas de 2016, elaborado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o número de pessoas descritas como “dependentes de drogas” em todo o mundo aumentou de 27 milhões (2013) para 29 milhões (2014). Cerca de 250 milhões de pessoas entre 15 e 64 anos usaram pelo menos uma droga em 2014. Dados do Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Lenad Família), referente a 2016, pontuam uso das drogas em cada uma das regiões do Brasil.

No Centro-Oeste a maioria dos usuários é do sexo masculino, 94%, enquanto, 6%, são mulheres. Também foi verificado o tempo em que um usuário demora a pedir ajuda, em média 46 meses. Já no consumo abusivo de álcool, de acordo com ranking elaborado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) dentre todas as capitais do Brasil. O Distrito Federal possui o maior índice, o que corresponde a 25,4%. O estudo considera como abusivo o consumo acima de 4 ou 5 doses em uma mesma ocasião. No DF, de acordo com dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social (SEDHS), em 2017, existem cerca de três mil pessoas em situação de rua, ou seja, 0,1% de toda a população do DF, estimada em 3 milhões de pessoas.

**94%**

usuários do sexo masculino

**29**mi

de dependentes de drogas

**03**mil

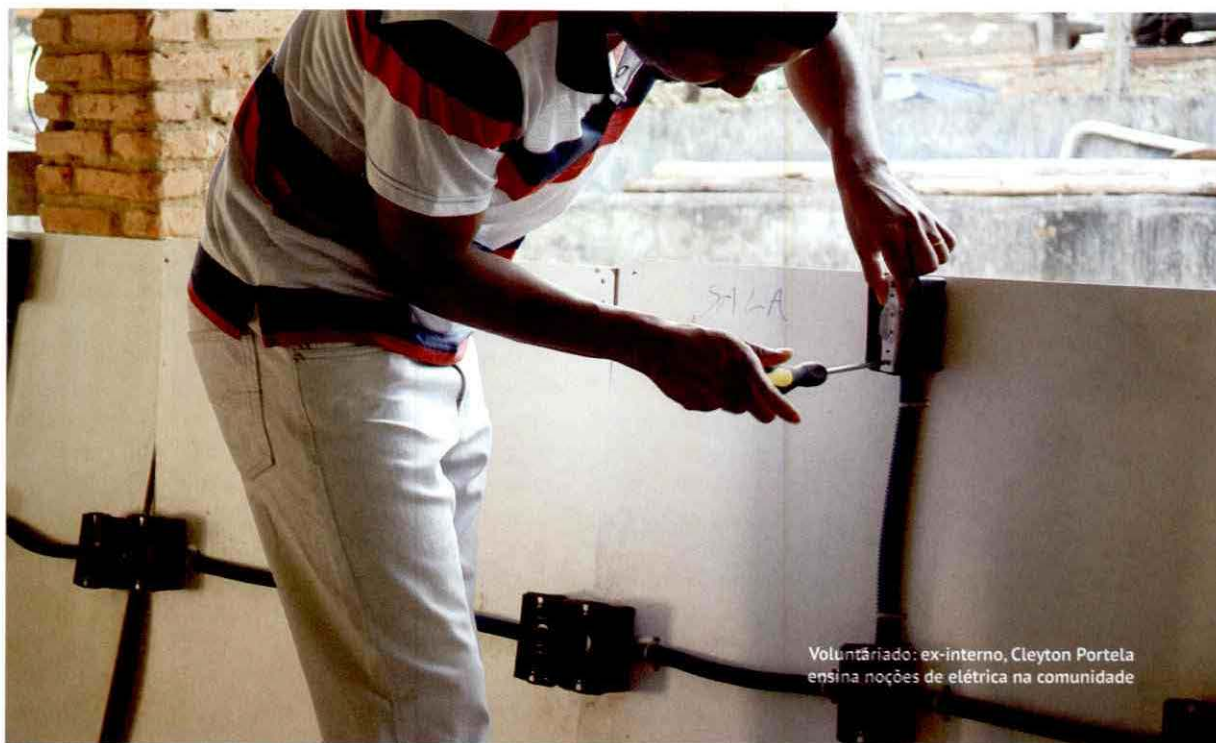
pessoas em situação de rua



---

*“São diamantes brutos que nós estamos lapidando e dá muito orgulho enxergar a evolução de cada um.”*

Jeanete Souza



### **Lapidando Diamantes**

A comunidade conta com a dedicação de voluntários que estão diariamente com os internos. A jornalista Pethy Matos sempre dedicou sua vida a ajudar o próximo. Ela começou auxiliando crianças em situações de vulnerabilidade, entregava sopa aos moradores em situação de rua, além de outras atividades, como procurar por abrigo e casas de recuperação para eles. Segundo ela, quando chegava a hora do adeus, quando tinha que deixar aquelas vidas ao relento, ficava

inconformada. “Era uma luta. Eu ligava para um abrigo. Tentava arrumar um lugar para eles e não conseguia. E então isso sempre foi uma constante neste trabalho.”

Foi em uma dessas buscas que ela conheceu a Comunidade Terapêutica Novo Tempo. E, nas várias vezes que esteve levando sopa a moradores em situação de rua, ela conheceu Herlisson Coelho, 27 anos, que conseguiu uma vaga na Comunidade com a ajuda da jornalista. “Antes de conhecer as drogas eu era

um trabalhador.” Ele conheceu o crack ao se separar de uma companheira e passou a morar nas ruas. “Cheguei a comer comida do container”, relembra. Inicialmente ele não queria ir para Comunidade, mas resolveu dar essa chance a sua vida. Não se arrepende. Hoje, Herlison completou os sete meses de recuperação e já conseguiu um trabalho fora da Casa.

Desde que conheceu a comunidade, Pethi passou a prestar serviço de ajuda voluntária dando aulas de assuntos variados durante a semana. “Eu busco um tema de acordo com o passar da semana. Porque aqui a semana é quase que uma bomba atômica. E ela está pronta para explodir por qualquer coisa, qualquer situação”, explica a jornalista. As primeiras aulas, lembra ela, eram sobre etiqueta. “Como andar, como comer, como cumprimentar, como se apresentar. Pois ao saírem daqui precisam estar prontos para o mercado de trabalho e para conviver em sociedade.”

A maioria dos ensinamentos são referentes ao comportamento e à mudança, ou seja, a melhora do dependente é visível de uma semana para outra. “Você vê eles chegando, se recuperando e saindo. É muito bacana. É um resgate de vidas. E é algo tão incrível, tão maravilhoso, que não tem valor que pague”. Jeanete complementa “São diamantes brutos que nós estamos lapidando.”

Washington Ferreira, 37 anos, foi interno em 2015. No início de 2017 ele voltou para visitar e acabou ficando para ajudar. Auxiliou na comunidade por alguns meses e em abril teve de deixar a Casa para cuidar da mãe, em Minas Gerais. Ele começou na Casa como cozinheiro e depois se tornou monitor. Durante a entrevista, Washington falou com um sorriso vergonhoso nos lábios. “Quando eu cheguei aqui eu era meio bruto, sem educação, lembro que um dia estávamos na mesa almoçando e eu comia igual a um touro. E o pastor Olímpio me falou para mastigar devagar, quinze vezes de cada lado da boca (risos).” Ele continua a conversa com os olhos lacrimejando. “Eu aprendi, de verdade, os ensinamentos daqui. E hoje, por eles terem me ajudado, eu tenho o prazer em ajudá-los. Não preciso receber nada em troca.”

Cleyton – o primeiro interno da chácara e que motivou o casal a implementar a comunidade terapêutica – também voltou para ajudar na comunidade. Hoje ele está casado, tem mais uma filha e é dono de uma empresa que presta serviços elétricos. Ele retribui a oportunidade que teve, dando aulas de elétrica para os internos. Ele garante que para um ex-dependente é um privilégio poder ajudar. “Se de graça você recebe, de graça você tem que dar.”

### Foco na autoestima

“Sempre tive o dom de fazer coisas voluntárias.” É assim que Consolação, a mulher que levou Cleyton até o casal, se descreve. Desde quando o atendimento a dependentes era feito na igreja de Santa Maria, ela esteve presente. Na Comunidade ela dá a aula dos doze passos. Para ela, o ensinamento proporcionado a eles possibilita que eles enxerguem, mais claramente, que sozinhos não conseguem superar o vício. “A mudança tem que ser feita por eles e para eles e não para uma outra pessoa. Por isso, trabalhamos com a autoestima e com o conceito de que eles são importantes. Para que assim, eles voltem para sociedade preparados para qualquer situação.”

Autoestima revigorada é o que não falta na Comunidade. Mesmo diante das adversidades enfrentadas pela casa, os internos mostram que conseguiram encontrar a felicidade neste lar. “É difícil existir uma outra casa de recuperação igual a essa. Eu passei por outras duas antes daqui, mas foi aqui que eu encontrei abrigo, que eu encontrei a paz. Eu tenho uma grande esperança porque hoje eu tenho aparência de gente, coisa que eu não tinha no passado”, reflete Edgar, o ex-interno que engordou mais de 20 kg no tratamento.

Para Consolação, todo o trabalho e disposição para com eles é por amor. Mesmo depois que os internos deixam a Comunidade, ela sempre está em contato com eles e com as respectivas famílias. “É gratificante ver as pessoas bem e ver as famílias restauradas”.

Para que o trabalho possa ser realizado são necessários, além da força da equipe e dos internos, recursos financeiros. Apenas em 2017 a Comunidade conseguiu subsídio do Governo do Distrito Federal (GDF). De acordo com a normativa exposta no documento, esse auxílio deveria durar um ano, mas não foi bem assim. “Pelas informações que recebi, não há mais dinheiro disponível, por isso vai durar menos tempo”, lamenta a pastora. O auxílio, que começou a ser pago em março, só foi até julho, segundo a Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (Sejus/DF). Para o ano de 2017, o Fundo Antidrogas (Funpad/DF) destinou ao custeio das vagas em Comunidades Terapêuticas o valor de R\$ 2.238.885,00. Mas houve uma necessidade de ampliação do número de atendidos e então o Conselho de Políticas sobre Drogas do Distrito Federal (Conen-DF) optou pela contratação por um prazo inicialmente de cinco meses.

Há, ainda, a parceria com o Caps no atendimento aos internos. O Centro entrega medicações que são ministradas aos dependentes com os cuidados da equipe dos pastores. Jeanete deixa claro que os



remédios prescritos por médicos especialistas do Caps são para resguardar a saúde do interno, e não para fazê-lo ficar ainda mais dependente. “Eu não quero que eles troquem uma droga pela outra. A partir do momento que eles vão se equilibrando, a gente pede ao médico para diminuir as medicações.”

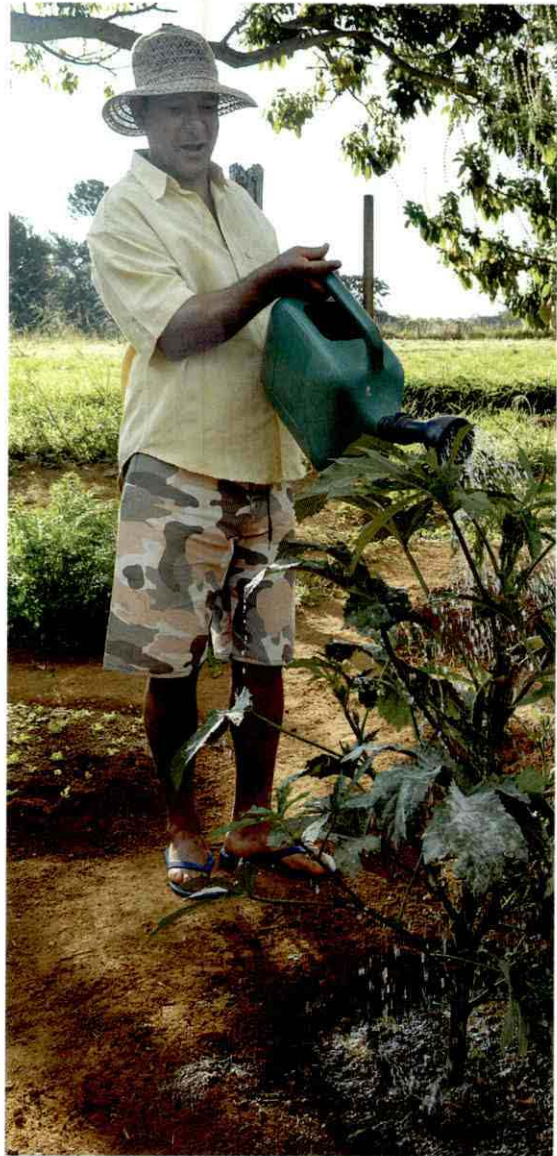
A Comunidade é registrada pelo Conselho de Políticas sobre Drogas do Distrito Federal, o Conen. Cada interno tem a sua pasta individual, que possui documentos e informações clínicas sobre os internos. “Ter essa regularização é uma conquista”, segundo Jeanete. Para ter este certificado é necessário seguir as exigências dispostas na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 29, de 30 de junho de 2011, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Ministério da Saúde. O RDC dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária para o funcionamento de instituições que prestem serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas.

### **Bastidores**

Tudo começou em uma manhã de dia nublado. O sol se escondia entre as nuvens. Assim que avistamos a placa com o nome Comunidade Terapêutica Novo Tempo, saímos da BR e entramos em uma estrada de terra. Bem no início do caminho, há uma igreja, aquela que existia lá em Santa Maria, estão lembrados? Ela foi reconstruída, ali perto de onde foi criada a Comunidade. Chegamos ao destino. O alaranjado de uma das paredes daquele local nos chamou atenção. E lá fomos nós à procura da pastora Jeanete, com quem combinamos de conversar. Antes mesmo de chegarmos lá, ela já estava vindo ao nosso encontro. Sorridente e hospitaleira, logo nos convidou para entrarmos em sua sala, lugar onde aconteceu grande parte da entrevista.

O bate-papo se estendeu. Ela nos convidou para conhecer os outros cômodos da Comunidade. Em meio a paredes brancas e sofás coloridos, o destaque era uma grande mesa na entrada da sala, que já estava quase pronta para uma refeição. Estava quase na hora do almoço. Os internos estavam lá fora, no galpão onde são lecionadas as aulas.

Nós entramos para conhecer os dormitórios. São quartos grandes com beliches. Cada interno possui um armário para guardar seus pertences. Entre uma cama e outra, fotos, violão e outros objetos que os internos levaram para “a nova morada” como forma de recordação de seus familiares. Ao sair das dependências, conhecemos os internos que se disponibilizaram a partilhar conosco um pouco de suas histórias.



**A horta coletiva é de responsabilidade dos internos da comunidade que tratam desde o manejo até a colheita dos alimentos**

Quando acabamos, mais um dia de tratamento na vida de cada uma daquelas pessoas também estava se concluindo. A noite estava chegando, os internos já estavam se preparando para o banho, depois iriam jantar e após mais uma noite de sono eles teriam mais 24 horas de oportunidades para fazer a diferença em suas próprias vidas.

# *O avanço da educação especial no DF*



*Milhares de estudantes com deficiência são atendidos em escolas inclusivas, classes especiais e em salas comuns que compartilham com os demais estudantes*

Texto Alana Martinez e Thallita Essi  
Fotos Raphaelle Caixeta e Leilane Gama  
Diagramação Daniela Franca







Iury Moraes, 23 anos, um jovem bem humorado, aberto a novas amizades, já caminhou muito pelos corredores do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais (CEEDV), instituição pública para alunos cegos ou de baixa visão. Iury é ex-aluno, conhece bem a escola por sua percepção tátil e recorda das cores do local por conta da visão residual que tem. Ele conta que foi lá onde se alfabetizou, aprendeu a usar a bengala, teve noções de mobilidade e foi aos poucos conquistando sua autonomia.

O aprendizado de Iury, em seus primeiros anos no CEEDV, faz parte das atividades oferecidas pelo centro. A instituição trabalha com a educação precoce, alfabetização, ensino específico para deficientes múltiplos, ensino de cegos autistas e atividades de vida autônoma. São oferecidas matérias interdisciplinares como educação física e artes plásticas e cênicas. Como Iury, outras pessoas precisam de centros de ensino como o CEEDV para serem alfabetizadas, aprender o braille e as noções de espaço para necessidades diárias como se vestir, cozinhar,

costurar, cuidar de um bebê, fazer compras e armazenar os alimentos.

O Brasil conta com 186,1 mil escolas de educação básica. Atualmente, 57,8% delas têm alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídos em classes comuns. Em 2008, essa parcela era de 31% das escolas, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Esses alunos frequentam três tipos de aulas: aquelas em escolas voltadas exclusivamente para eles, aquelas em salas especiais instaladas em escolas convencionais, e aquelas nas salas comuns das instituições de ensino, também ocupadas por estudantes sem deficiências.

De acordo com o censo escolar 2016, só no Distrito Federal foram realizadas 4.835 matrículas da educação especial em classes especiais e instituições exclusivamente voltadas para pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento. E as matrículas na educação especial em classe comum, sem especialização, foram 8.979.



### **A experiência do ensino especial**

Há 14 anos, a lei distrital de Universalização do Ensino Inclusivo no Distrito Federal foi criada. A partir dessa lei, que tem o número 3.218/2003, todas as escolas da rede pública precisaram se preparar para oferecer uma educação inclusiva a alunos com deficiência e formar professores para acolhê-los. Na legislação federal, o decreto 7611/2011, da Presidência da República, diz que é dever do Estado garantir um sistema educacional inclusivo para todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Também é responsabilidade do Estado oferecer aprendizado ao longo de toda a vida para pessoas com deficiência e combater as práticas de exclusão no sistema educacional.

## ***Principais espaços de educação especial no DF***

- » Classes Comuns Inclusivas do Ensino Regular
- » Classes Especiais
- » Classes de Integração Inversa
- » Escola Pública Integral Bilíngue de Taguatinga
- » CEE – Centro de Ensino Especial
- » CEEDV – Centro de Ensino Especial de Deficiência Visual
- » Classes Hospitalares
- » Atendimento Domiciliar
- » Salas de Recursos: Generalistas e Sala de Recursos Específicas para Deficiência Auditiva, Deficiência Visual e Altas Habilidades/ Superdotação
- » Serviços de Apoio: Itinerância; Intérprete e Guia-Intérprete
- » Programa de Educação Precoce

4.835 **matrículas**

Um exemplo de escola que cumpre a lei citada e se dedica ao ensino de pessoas com deficiência no DF é o Centro de Ensino Especial 02 de Brasília, na 612 Sul, que tem sido referência em educação especial. A escola atende atualmente 288 crianças e conta com um corpo docente de 107 professores. As turmas são divididas por modalidade, de acordo com o grau de deficiência de cada aluno.

O currículo diferencia um centro de ensino especial de um centro de ensino tradicional. “O currículo utilizado aqui é o currículo funcional voltado para alunos com deficiência para que tenham o mínimo de autonomia e desenvolvam a socialização com os outros”, destaca a diretora do Centro de Ensino Especial 022, Flaviana de Amorim. Dentro do currículo funcional, há trabalhos interdisciplinares, aula de informática, horta, educação física adaptada, natação e aula de artes.

## *A Educação Especial oferece atendimento educacional especializado aos estudantes com:*

- » **Deficiências:** intelectual, física, múltiplas, sensorial (auditiva, visual e surdocegueira).
- » **Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD):** diferentes Transtornos do Espectro Autista (TEA), Síndrome de Asperger, Síndrome de Kanner, Síndrome de Rett e psicoses infantis (transtorno desintegrativo da infância e transtorno invasivo do desenvolvimento).
- » **Altas Habilidades/Superdotação**





288 **crianças**

+ 107 **professores**

Para a psicóloga escolar Ana Rita Zamberlam, do Centro de Ensino Fundamental Polivalente, na 913 Sul, os centros de ensino especial são essenciais, já que alguns alunos não se adaptam a classes especiais em escolas inclusivas. “São escolas necessárias por causa da especificidade do quadro clínico desses alunos. Eles não teriam condição de estar numa escola regular por causa do diagnóstico e das suas necessidades pedagógicas. Há turmas com três alunos, por exemplo. No ensino regular não haveria, até o momento, condições de dar este atendimento”, opina a psicóloga.

Dentro do Centro de Ensino Especial 02 funciona também a Educação Precoce, um programa da Secretaria de Educação que atende crianças de 0 a 3 anos e 11 meses com dificuldades no seu desenvolvimento psicomotor. No projeto, que está presente em todas as Regionais de Ensino do DF, são atendidas crianças com qualquer síndrome ou com atraso no seu desenvolvimento por causa de alguma prematuridade.

O objetivo desse atendimento é promover o desenvolvimento das potencialidades da criança tanto nos aspectos físicos quanto nos cognitivos e sociais, através de atividades lúdicas focadas nos processos de interação e comunicação. Durante todo o período da Educação Precoce, a pedagoga e o psicólogo da rede pública de ensino fazem observações sobre o quadro da criança para saber se ela é capaz de ir para uma escola comum ou se deve permanecer no centro especial.

A pedagoga Mairla Mendes, uma das professoras da Educação Precoce do CEE 02, conta que as crianças são atendidas duas vezes por semana, uma hora e meia com professor de sala e 45 minutos com o professor de educação física. “O ensino é todo voltado para área educacional, mesmo que a gente faça trabalhos muito parecidos com os de um fisioterapeuta”, destaca.

Uma das alunas de Mairla é uma menina brincalhona e tímida que foi diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e aos 3 anos de idade ainda não fala. A professora utiliza brinquedos e imagens para ajudar a criança a sair do quadro de TEA. “Hoje, ela já consegue fazer algumas conexões entre o nome e a imagem mostrada, o que é um grande avanço. Ela também já consegue desconstruir um pouco o padrão de enfileirar os brinquedos, comportamento típico da criança autista”, conta a pedagoga.

### **Salas de recurso e classes especiais**

A professora Adriana Alves atua há mais de três anos na sala de recursos no Centro Educacional 01 da Estrutural. A sala de recursos atende estudantes com deficiências intelectual, física, múltipla e Transtorno Generalizado do Desenvolvimento (TGD), entre 9 e 17 anos. É oferecida preparação aos professores com o curso de Atendimento Educacional Especializado (AEE). As principais dificuldades enfrentadas pelos alunos são a adaptação em uma escola nova, o barulho e a acessibilidade.

Algumas vezes, pode ocorrer de um aluno com deficiência não se adaptar a escola comum e precisar voltar para o Centro de Ensino Especial. A educadora conta que alguns de seus alunos já tiveram que sair de turmas inclusivas, em que estudam com alunos sem deficiência, e ir para uma turma de classe especial, que também funciona dentro da escola e é formada somente por alunos com deficiência. “Tenho o caso específico de um aluno, de 17 anos, que não alcançou os objetivos propostos na adequação curricular. O processo de alfabetização ainda está em desenvolvimento, ele ainda não reconhece as letras do alfabeto, tem dificuldade em escrever o nome completo e oscila na identificação dos numerais”, relata a professora.

### **Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais (CEEDV)**

O CEEDV é o único centro de ensino especializado no atendimento a deficientes visuais de Brasília e funciona no período matutino e vespertino. Eles oferecem conhecimentos básicos para a adaptação e desenvolvimento dos cegos além de atender aqueles que apresentam deficiências múltiplas. O projeto pedagógico adotado pela instituição oferece assistência individual para os alunos. O atendimento é feito em salas pequenas e bem decoradas, dura cerca de 45 minutos e ocorre duas vezes na semana, na instituição. E os pais podem acompanhar de perto o trabalho desenvolvido.

A professora Alessandra Missiagi, 43, trabalha há 13 anos no CEEDV e hoje é responsável pela educação precoce. Ela conta que a demanda da escola é sempre grande, e afirma que não importa a distância “Nós atendemos de mamando a caducando, há alunos do Alto Paraíso, Novo Gama e Valparaíso de Goiás”, diz Alessandra. “A inclusão é um processo muito legal quando a escola que recebe está preparada, quando o professor está preparado para isso e o aluno também. Do contrário, é exclusão.”

No caso de Iury Moraes, os desafios de inclusão e aprendizado foram muitos, mas nunca o impediram de lutar por seus objetivos. Atualmente, ele cursa Licenciatura em Língua de Sinais Brasileira - Português como Segunda Língua na Universidade de Brasília (UnB) e também faz inglês no Centro Interescolar de Línguas de Brasília (CIL 1). “Sempre me esforcei, estudava em casa, às vezes em grupo”, conta ele.

Assim como Iury, Thomás Verdi, 24, cego de nascença, enfrentou as lutas por um ensino inclusivo e tem vencido uma a uma. Hoje é formado em Tradução-Inglês pela UnB e está em seu segundo curso. “Escolhi a segunda graduação pela vantagem de fazer dupla habilitação com Tradução-Espanhol. É uma oportunidade de ampliar meus horizontes.”, diz, empolgado. Ele, que já mora sozinho, se sente orgulhoso da independência conquistada e não ignora que o ensino que recebeu foi essencial para os ganhos obtidos.

## *Memórias*

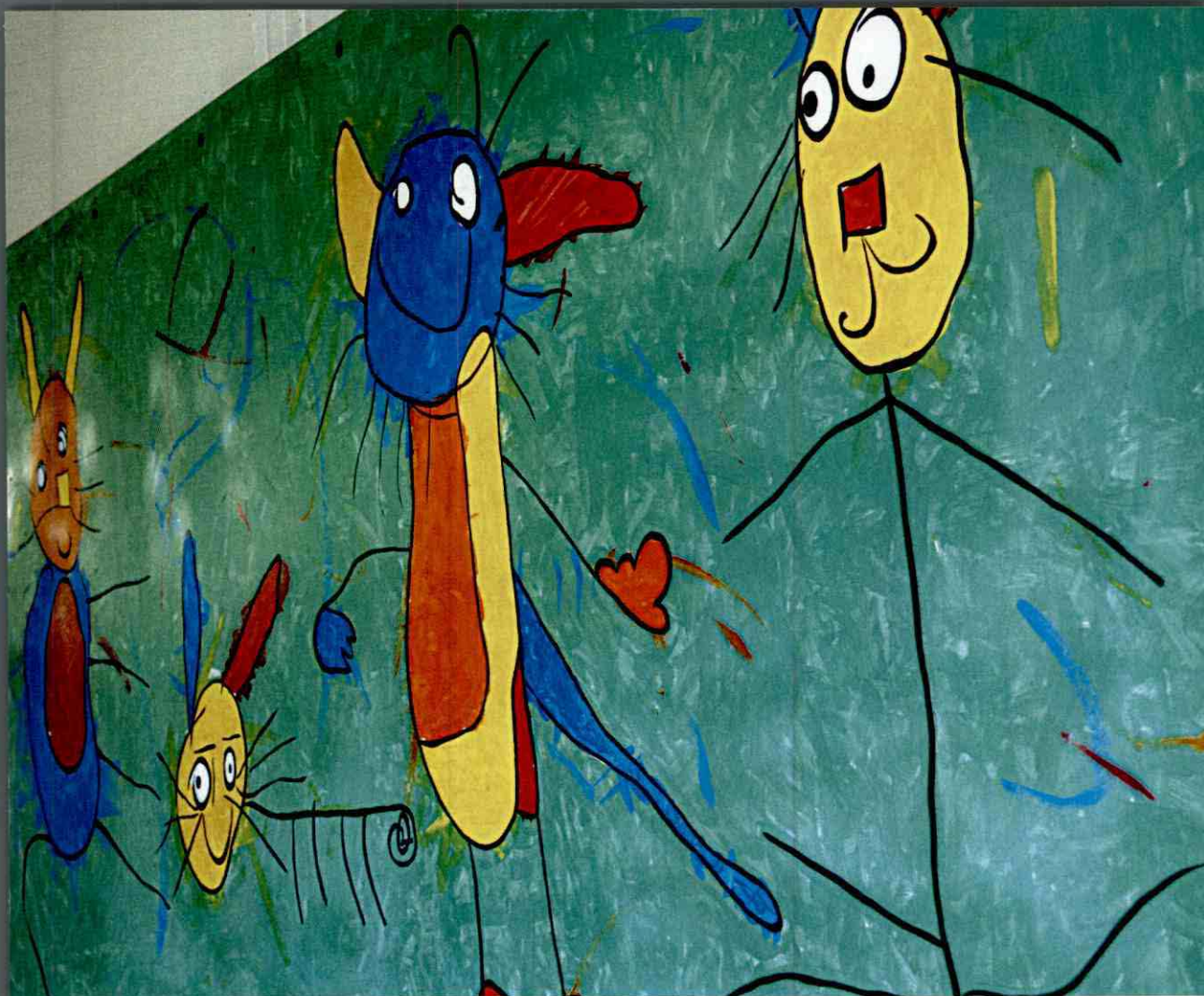
---

### **Inclusão em pauta**

Não é a primeira vez que a revista fala a respeito de inclusão dentro do ambiente escolar. A edição nº 17 trouxe a fotorreportagem “O universo dos surdos”, construída por Lorranny Castro e Thallita Alves, que trouxeram aos leitores um pouco do cotidiano de alunos surdos da Escola Bilíngue de Taguatinga-DF. Com fotos coloridas e em preto e branco, o dia a dia dessas crianças se alterna entre aprendizado e brincadeiras. Além disso, a importância da convivência entre todos é destacada de um modo simples. A união dos colegas, alguns com aparelhos auditivos, faz a diferença.

Disponível em: Campus Repórter, edição nº 17





### **Escola Bilíngue**

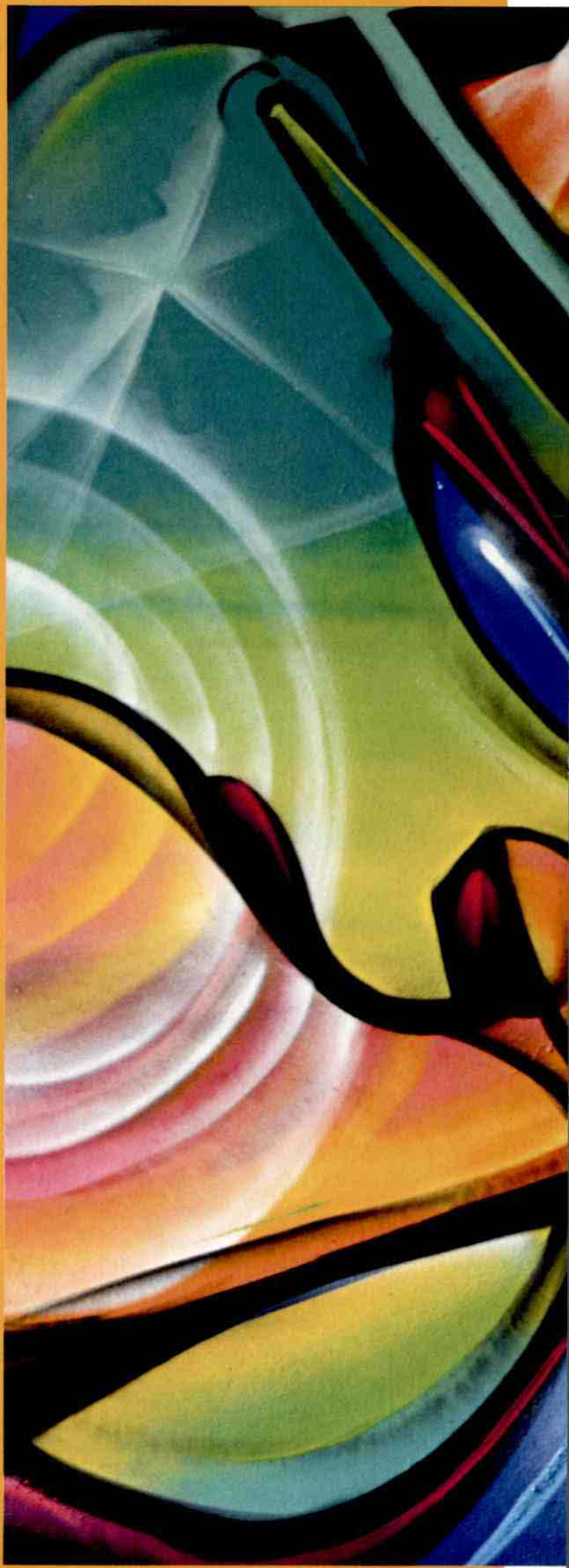
Outra escola de ensino especial no DF é a Escola Bilíngue de Taguatinga, que garante uma educação diferenciada, específica e bilíngue para estudantes surdos que têm a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e o português escrito como segunda língua. É uma escola na qual ouvintes também podem estudar.

A estudante Bianca Vitória dos Reis, 17 anos, estudou durante cinco anos na escola bilíngue. Hoje, cursa o Ensino Médio em uma escola comum, no Centro de Ensino Médio 02 de Ceilândia Norte, mas sente falta da antiga escola. “Eu mudei de colégio para estudar perto de casa, mas acredito que para um estudante surdo é melhor estudar na escola bilíngue”, comenta.

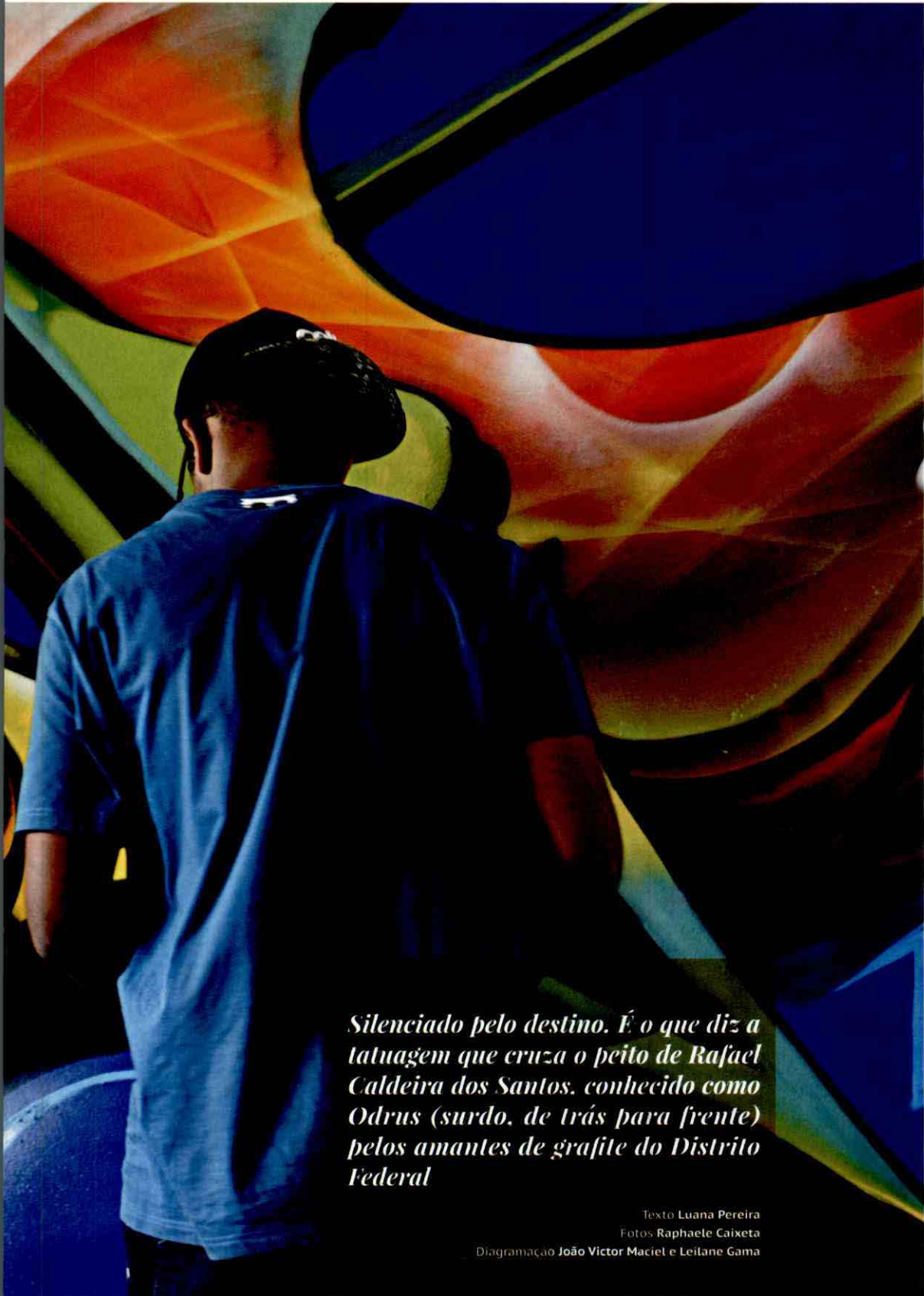
Já Thays Soares, 23 anos, estudante de Fisioterapia na Universidade Católica de Brasília, acredita que tanto as escolas inclusivas quanto a escola bilíngue são boas para estudantes surdos. De qualquer forma, acha que na escola bilíngue os alunos aprendem mais. Embora tenha estudado só com crianças surdas na infância, Thays frequentou escolas tradicionais no ensino fundamental e médio. “Minha maior dificuldade no ensino médio era acompanhar o professor e o intérprete ao mesmo tempo durante as aulas”, conta a estudante.

Adriana Góes, 45, assessora da Diretoria de Educação Especial do GDF, conta que a inclusão implica muitos anos de trabalho até os alunos alcançarem o acesso, a permanência e a garantia de aprendizado que precisam e aos quais têm direito. “A gente tem um desafio enorme, porque a trajetória da inclusão dentro do Brasil é muito pequena.”

# Silenciado pelo destino







*Silenciado pelo destino. É o que diz a tatuagem que cruza o peito de Rafael Caldeira dos Santos, conhecido como Odrus (surdo, de trás para frente) pelos amantes de grafite do Distrito Federal*

Texto Luana Pereira  
Fotos Raphaelle Caixeta

Diagramação João Victor Maciel e Leilane Gama

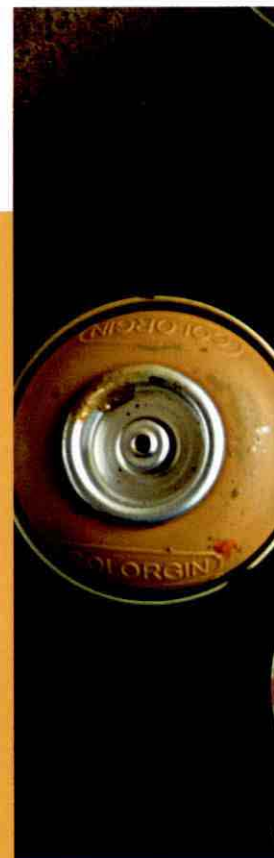
O grafite é uma arte em movimento. E foi em um desses movimentos que conheci o homem por trás das artes coloridas que permeiam os muros de Planaltina, cidade onde moro, e decidi compartilhar um pouco da história dele.

A língua brasileira de sinais (Libras) é a segunda língua oficial do Brasil, reconhecida por lei. Apesar das “manhas” para conseguir se comunicar entre os ouvintes com os quais se relaciona, a libras não se resume em conversa por meio de mímicas ou gestos aleatórios. Como as diversas línguas humanas existentes, ela é composta por níveis linguísticos. Da mesma forma que nas línguas orais-auditivas existem palavras, nas línguas de sinais também existem itens lexicais, que recebem o nome de sinais. Nossa entrevista foi realizada por meio do meu conhecimento da língua. A diferença gramatical exigiu adaptações para a tradução.

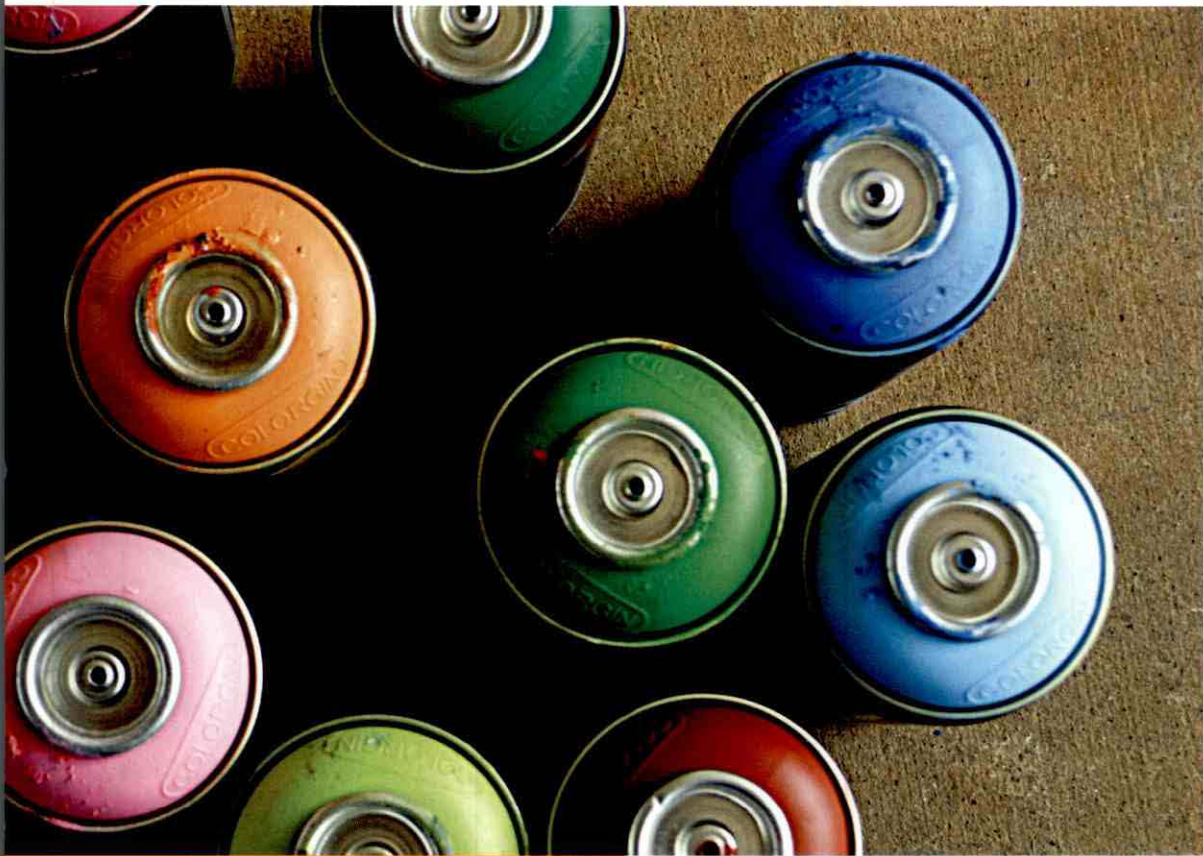
A mãe de Rafael desconhecia a língua de sinais e não tinha tempo para aprender. Trabalhava como empregada doméstica e muitas vezes tinha que dormir no local de trabalho. Na infância, Rafael estudava pela manhã em uma escola pública de Brasília e era o único surdo em uma sala de ouvintes (como os surdos chamam as pessoas que ouvem). O colégio não possuía intérprete, e ele batalhava para compreender os conteúdos.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, criado em 2015, afirma: “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”. Oficialmente denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Lei 13.146 impõe regras para a promoção dos direitos das pessoas que possuem deficiências, com o objetivo de garantir autonomia. De acordo com Célia Regina Vitaliano, mestre em educação especial pela UFSCAR, na prática seria a implantação de condições adequadas, tais como ter intérpretes em sala de aula e que os colegas e professores aprendam libras. Longo caminho a ser percorrido para a efetiva implementação.

As barreiras inclusivas nem sempre são institucionais. Rafael conta que também sofria com provocações de colegas em sala de aula por conta da deficiência física. “Já me provocaram muito em todas as escolas que estive. As pessoas não entendem o que é a surdez e muitas vezes acham que também é deficiência mental. Sendo que a única diferença é que eu não posso ouvir.”







## Grafite

Rafael sempre foi apaixonado por desenhar. Lembra que desde novo treinava rascunhos com cópias que ele fazia de histórias em quadrinhos e gibis para mostrar para os amigos. Desde o Batman até a Turma da Mônica. Conta que uma vez a mãe levou um susto ao se deparar com o filho na sala de estar, em pé em frente à televisão, com uma folha A4 branca estendida sobre o eletrodoméstico e riscando o papel. “O que está fazendo, menino?”, perguntou, indignada. “Estou utilizando a luz da televisão para copiar o desenho de fundo”, o pequeno artista respondeu. Aos olhos do menino, a mãe não tinha compreendido mas, para ele, o importante é que ela o deixou continuar com os rabiscos na TV e que não tinha brigado.

Rafael tem um amigo ouvinte que é MC de rap, chamado Alex, que é conhecido como MCHadda. Conheceu-o quando tinha 14 anos em um shopping e começaram a conversar porque ficou encantado com as roupas e o estilo do rapaz. MCHadda apresentou Rafael ao mundo do hip-hop. Era o mundo das ruas,

que o garoto tanto gostava, mas, ao contrário do que conhecia, o universo que o novo amigo apresentou era permeado por arte e cultura. Um dia ele o convidou para ir a uma festa de hip-hop vê-lo se apresentar. Curioso, o jovem surdo aceitou ir ao evento e para surpresa própria encontrou-se apaixonado. Apesar de não ter conseguido ouvir o show, tinha adorado a apresentação do colega. “Eu me senti integrado, as pessoas dançavam *breakdance* e aquilo parecia mágico. Eu não ouvia música, tampouco tinha noções de ritmo, mas saí da celebração com a certeza de que queria aprender a dançar igual”, diz rindo.

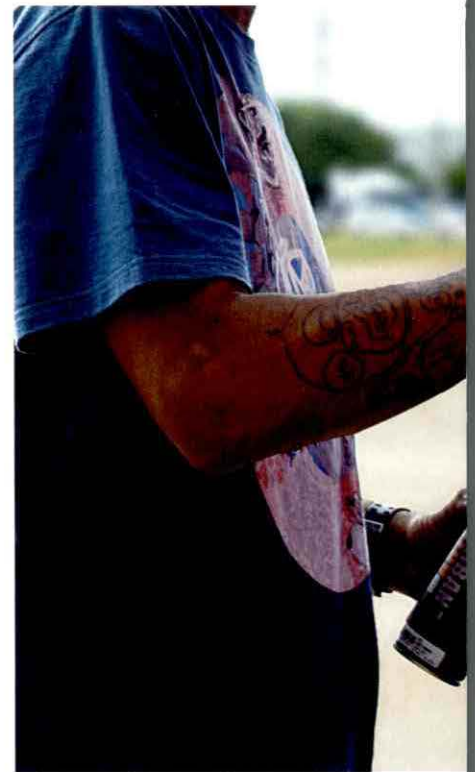
Na festa, Rafael conheceu um dos dançarinos profissionais de *breakdance*, que são conhecidos como b-boys, tornaram-se amigos e ele começou a ensiná-lo, de forma gratuita e periódica, a dançar. Ele podia não escutar a música que estava tocando, mas decorava as sequências de dança que tinha de fazer. “Não demorou para eu perceber que ser *b-boy* não daria certo. Eu amava a cultura hip-hop, mas ser dançarino



não era para mim. Comecei a notar, quando ia para festas e eventos, que sempre apresentava o mesmo ritmo e os mesmos passinhos decorados. Às vezes, a música que tocava não tinha nada a ver com o ritmo que eu estava dançando, ou pior, a música parava e eu continuava.”

Após desistir de seguir carreira como *b-boy*, o até então conhecido “garoto surdo dançarino de *break-dance*” ainda estava apaixonado pela cultura hip-hop. Um dia, em um passeio com o amigo Alex, pelo Conic, avistaram um grupo ao redor de um livro grande em uma loja de skate. O livro era sobre grafite, e as cores eram chamativas. A arte era pouco conhecida para a dupla e logo chamou a atenção. Aproximaram-se e pediram para dar uma olhada. O dono do objeto é Leonardo, conhecido como Mello pelos muros pintados de grafite. Era recém-morador de Brasília, tinha acabado de vir de São Paulo e mostrava para os novos colegas a prática que fazia sucesso pelas ruas da cidade que viera. “A cena de grafite em São Paulo é forte, o livro tinha fotos lindas dos muros de lá e eu estava apaixonado de novo. Só que agora por algo que combinava comigo”, revela.

Odrus recordou-se de que tinha visto grafite em alguns muros pelo DF, mas na época a prática era incomum então pouco conhecia. Lembrou que teve





contato com algo parecido, a pichação, quando tinha quinze anos e riscara algumas paredes por Santa Maria com um grupo que cometia atos ilegais. Mas não era nada que levassem a sério.

Ter conhecido o grafiteiro Mello na loja de skates no Conic foi o que motivou Rafael a conhecer mais sobre o grafite. No dia em que o conheceu, pediu o número do telefone do artista, para que mantivessem contato e trocassem informações. Na época, Rafael não tinha celular e a mãe que o ajudava com as ligações. “Minha mãe ligava para meus amigos e conversava com eles por mim para combinarmos de sair ou nos encontrar”, conta.

Mello gostou do entusiasmo do garoto surdo, que, quando se conheceram, tinha 18 anos e que fazia de tudo para ter qualquer tipo de contato com o grafite. Rafael pedia livros, revistas de desenho, comprava

materiais como sprays e latas de tintas, para treinar e aprender com o artista. “Mello me ensinou muitas coisas. Quando eu percebia que ele não queria sair comigo, eu avisava que iria pagar pelos materiais e ele aceitava. Eu trabalhava com limpeza e estava gastando todo o meu dinheiro com aquilo. Não tinha computador e também gastava em *lanhouses* baixando conteúdos de grafite e imprimindo tutoriais de desenhos”, lembra.

Estávamos em minha casa, um calor sufocante de uma tarde de domingo, em uma residência com poucas janelas. As unhas de Odrus estavam encardidas de tinta e ele bebia um copo de café, bebida que ele disse que não gostava. “Por que você bebe café se não gosta?”, questionei. “Porque eu preciso me manter acordado”, respondeu. Odrus tinha passado a noite pintando no Museu Nacional da República para a



## Memórias

---

### O poder da inclusão

Em “Enxergando o invisível”, publicada na edição nº 6 e escrita por Patrícia Banuth e Marina Marquez, conhecemos a história de pessoas com deficiência visual e os obstáculos enfrentados por elas. Para diminuir essa barreira que a ausência de visão criou, conhecemos o recurso da audiodescrição nos cinemas, no teatro, vídeo e na televisão e como isso é capaz de mudar a vida de alguém. A reportagem conta, ainda, com o caso de Jucilene Cordeiro dos Santos, a qual afirma que a iniciativa “mostra para muitas pessoas que não deve haver diferença entre um deficiente e uma pessoa normal”. Ela finaliza com a frase: “A gente tem que viver igual aos outros”.

Disponível em: [goo.gl/wuQtza](http://goo.gl/wuQtza)

exposição da qual faria parte e que abriria na próxima semana. Era a segunda vez que passava a madrugada grafitando no local.

O convite para a exposição veio por meio de um amigo grafiteiro do DF conhecido como Soneka, que o informou que ele tinha sido um dos artistas escolhidos para participar da comemoração de aniversário do museu, que uniria obras clássicas da arte brasileira com contemporâneas feitas por eles. A escolha foi justificada por ele ser um dos nomes de destaque no grafite local e por possuir deficiência auditiva, que seria uma medida de inclusão social.

A dificuldade de comunicação, constante na vida de Rafael, trouxe dificuldades nas reuniões da exposição. Na primeira reunião, o grafiteiro surdo teve de faltar porque era às 17h de uma terça-feira, horário em que ele estava no trabalho. Rafael trabalha na Anvisa como auxiliar de administração, um serviço burocrático em que analisa e classifica processos da agência reguladora. “Muitos artistas conseguem viver apenas da arte, mas não é uma conquista fácil. Ganho alguns cachês em trabalhos pontuais, mas não é uma renda fixa ou algo que consiga me sustentar. Claro que eu gostaria de focar apenas no trabalho artístico, mas as contas não se pagam sozinhas”, ri.

Sequer sabia qual era o tema da exposição. “Eu entendi pouco do que falaram. Quando uma pessoa



*“Meu sonho é que o grafite e a cultura surda sejam valorizados no Brasil, assim como são em outros países. Dessa forma, eu poderia viver do que amo.”*

Odrus



conversa diretamente comigo e tenta pronunciar as palavras de forma lenta e com a boca mais aberta, para eu conseguir ler os lábios, consigo me comunicar. Mas é difícil ler lábios com várias pessoas falando ao mesmo tempo. Uma pessoa da produção, me ajudou anotando algumas coisas importantes no meu caderno.”

No final de tudo, Odrus descobriu que teria que fazer um grafite que dialogasse com uma tela que representava um osso, feita pelo artista Elder Rocha, e que tinha algo a ver com antropofagia.

### Repercussão

O grafite pode não ser valorizado no Brasil, mas existem outros países em que a arte urbana se destaca com maior intensidade. Um deles é os Estados Unidos, que, em setembro de 2016, sediou na Califórnia o evento *Meeting of Styles*, que reuniu artistas grafiteiros do mundo inteiro. Odrus foi um dos convidados como representante do Brasil pela empresa *Eskis*, dona de marcas de sprays que garantiu a passagem e permanência durante duas semanas do artista no país. A hospedagem ficou por conta de uma amiga, chamada Kathryn Sprankle, curadora de arte, que conheceu virtualmente e fez questão de abrigá-lo.

Neste ano, Odrus recebeu o convite de uma curadora alemã para participar de uma exposição na Galeria

de Nuremberg, na Alemanha. Mas, apenas a taxa de inscrição custava dois mil reais e Rafael não tinha condições para bancar. Entrou com um pedido de apoio na Secretaria de Cultura do Distrito Federal, que, com seus editais e burocracias mostrou-se tão lenta que Odrus perdeu o prazo de se inscrever para a exposição.

O grafiteiro empolga-se ao contar que também foi convidado pelo Festival Internacional *Clin d'Oeil*, de artistas surdos, que ocorreu em julho deste ano na França, como representante do Brasil, na área de artes visuais. O festival o contratou para realizar três *workshops* de grafite para adultos e crianças surdas na cidade de Reims.

Segundo Rafael, é o que gosta de fazer: ensinar crianças surdas ou pobres a desenhar, pintar e grafitar. “É muito importante mostrar aos jovens que eles podem ser alguém no mundo e vencer, apesar das violências que sofrem”, diz emocionado. Além das aulas que ministrou na França, Odrus promoveu uma oficina de grafite em outubro deste ano, no Centro Educacional Gisno, em Brasília, em comemoração ao Dia do Surdo. Também realizou uma oficina de grafite para crianças surdas no Museu de Arte Moderna em São Paulo em 2013, durante a 3ª Semana de Sinais na Arte.



*Enquanto no ano de 2007 em Brasília nascia a Campus Repórter, no Rio de Janeiro morria um grande nome da dança. O perfil de Eugenia Feodorova na edição comemorativa dos dez anos da revista exhibe coincidências de períodos e questiona o que sobrevive ao tempo.*

# Nos passos da memória

Texto Ana Júlia Paiva  
Diagramação Daniela Franca  
Imagens originais Arquivo pessoal Eugenia Feodorova

Muito já se escreveu sobre Eugenia Feodorova desde sua chegada ao Brasil em 1954. Em prosa e verso. No entanto, o texto que melhor a retrata não foi redigido por um especialista em balé, mas sim por Arthur da Távola, jornalista, político, historiador, um homem de notável inteligência, vasta cultura, profunda sensibilidade. Seu texto data de 1984 e diz o seguinte:

"A transparência é dom de poucos. O ser humano é, em geral, um acúmulo de defesas que o tornam opaco, disfarçado, nebuloso. Basta olhar para Eugenia e saber quem é. Nada nela é dissimulação. Um ser inteiro no que é e crê. Há pessoas que trazem a alma no rosto. Assim é Eugenia: inocência, tendência ao sonho na arte corrigida por senso de real na vida, alegria de criança, algum riso infantil sem ironia ou azedume, vaga melancolia na respiração, corrigida por uma disposição de corpo tendente à ação, ao trabalho. O andar é decidido. Bate firme com o calcanhar ao pisar, porém com a leveza da bailarina. Sonho e decisão, eis Eugenia.

Os olhos muito azuis falam de vidas não vividas. De cidades deixadas, pátrias novas, renúncias e novos amores. O rosto largo e generoso traz sol e saúde. Eugenia é azul.

Ora, não me pediram um retrato de Eugenia! Mas hoje em dia estou convencido de que as pessoas transparentes são as mais verdadeiras. Não temem trazer a alma no rosto. Expressam sem medo o que são e fazem. Querem saber quem é Eugenia? Não perguntem. Nós só temos palavras. Pobres palavras. Olhem para ela. E entenderão porque é tão importante para a arte da dança no Brasil e para o ser humano que ajuda a formar pelo exemplo, honradez, fidelidade à alma e uma infinita ânsia de amor e beleza. Parece uma fada camponesa. E é."









Era a terceira segunda-feira de Eugenia no hospital, um desafio para quem é apaixonado pelo movimento. Uma senhora de 82 anos que fazia natação às seis da manhã, dava aulas de balé e gerenciava a própria academia de dança em Copacabana. Até que o corpo cansado não aguentou mais e a mestra de balé apresentou falência múltipla dos órgãos. Eugenia Feodorova morreu no dia 16 de junho de 2007. Contudo, o que sobreviveu dela na história do Brasil e na memória das pessoas reverbera em inspiração ainda hoje, dez anos depois.

A Escola Estadual de Dança Maria Olenewa é responsável pela formação de bailarinos no Teatro Municipal do Rio de Janeiro (TMRJ). A escola completa 90 anos este ano, Feodorova colaborou com boa

parte dessa história. Rosalia Verlangieri foi aluna de Eugenia desde os 12 anos de idade, e continuou com a mestra por toda vida. Verlangieri leciona atualmente na escola do TMRJ e conta que Eugenia sempre aparece em comentários de quem teve a chance de conviver com ela. “Trabalhou muitos anos lá e fez grandes balés, o teatro está montando o Lago dos Cisnes e foi ela quem dirigiu e coreografou o balé completo pela primeira vez na América Latina, a versão mais bonita desse balé é a dela!”

Além de dar aulas no TMRJ, Eugenia também tinha a própria academia de dança, o Espaço Feodorova. Rosalia foi aluna lá desde os 14 anos e depois se tornou professora, tentando manter o legado que recebeu de Eugenia. Saiu da academia há poucos meses por





Paqueta com alunas de Feodorova,  
Rio de Janeiro, 1984

desentender-se com o novo proprietário. “Eu sempre dizia que passava mais tempo na academia do que em casa, foi a minha vida.”

Eugenia Feodorova foi uma das primeiras bailarinas a trazer o método russo de ensino, **Vaganova**, para o Brasil. A escola foi lugar de lapidação do talento de muitos dos grandes bailarinos brasileiros que fazem parte da história da dança no Brasil. Rosalia afirma que ela não ensinava só passos, explicava o sentido do movimento e adaptava os balés que montava aos corpos de cada bailarina, respeitando as possibilidades de cada uma. Conta que Anna Botafogo temia não conseguir fazer a variação do cisne (que é uma coreografia muito complicada no repertório do balé), por não ter os braços ideais. Eugenia dizia: “Você é Anna,

#### **Vaganova**

Método de ensino do balé clássico criado na década de 1930, por Agrippina Vaganova, bailarina e pedagoga russa. Entre outros métodos de balé estão o francês (*École Française*), dinamarquês (*Bournonville*), italiano (*Cecchetti*), inglês (*Royal Academy of Dance*), americano (*Balanchine*) e o cubano (*Escola Cubana de Ballet*).



vai fazer o papel com os braços de Anna. As outras que façam com seus braços compridos”.

Em qualquer contato com a imagem de Eugenia, ainda que por meio de um pequeno trecho de vídeo no YouTube, se percebe olhos azuis cheios de emoção ao falar do que amava. Tinha um português gringo, com palavras embaralhadas a outras das quatro línguas que dominava: russo, alemão, espanhol e francês. Era uma mulher dura, exigente e decidida. Nem todos conseguiam lidar com Eugenia, nem em aula, nem na vida, mas os que realmente se dispuseram a conhecê-la guardam carinho e convicção de que foi alguém importante. Foi escolhida como personagem de um livro da série Memória, que registra a história de grandes nomes em 90 anos de história do TMRJ. O livro *A dança da alma russa* é o contato mais próximo de palavras literais de Eugenia Feodorova que restou.

A obra foi escrita em 2001, seis anos antes da morte de Eugenia. *A dança da alma russa* foi o quarto livro da série, escrito por Maribel Portinari. Atualmente, a jornalista e crítica de dança está com 78 anos, e foi diagnosticada com Alzheimer, mas ainda se lembra de Eugenia como uma mulher generosa, exigente no trabalho e digna de grande admiração.

Várias das pessoas que marcaram a história da mestra de balé faleceram, dentre eles a grande bailarina brasileira Berta Rosanova, o bailarino Aldo Lotufo e o jornalista, político e professor Arthur da Távola. Contar a história de Eugenia Feodorova é como juntar peças de um quebra-cabeça há muito guardado: se vê um esboço da imagem geral, mas os detalhes começaram a ser deteriorados pelo tempo.

No canto direito do Teatro Nacional Claudio Santoro em Brasília há uma abafada sala de dança, e outra aula de balé estava para começar. Mas com um novo personagem que a professora Gisèle Louise

Santoro apresentou às alunas. Gisèle é a organizadora do *Seminário Internacional de Dança de Brasília*, estudou o balé clássico no Teatro municipal do Rio de Janeiro e se aprimorou como professora e bailarina em diversos países europeus. Conheceu Eugenia como professora da companhia do TMRJ, e foram amigas e companheiras de trabalho por vários anos, ainda mais depois que Gisèle se casou com Claudio Santoro, grande compositor brasileiro, que também era amigo de Eugenia.

A aula de balé de Gisèle poderia ter virado palestra, pois havia muito a se falar. “Era incrivelmente culta. Trabalhava nos detalhes, na interpretação da música, do estilo. Tenho muito orgulho de ter trabalhado com Eugenia, e por isso o Seminário de Dança deste ano foi dedicado a ela.”

Outra que muda a voz ao começar a falar de Eugenia é Isolina Rabello. Ela era o braço direito de Genia, apelido para os amigos próximos. Essa amizade apresentou lados mais sensíveis de Feodorova, perceptíveis nos tons de carinho e admiração da conversa de Isolina e nas risadas. Define a amiga como uma mulher forte, que era transparente nas relações e abordava sem grandes receios o que achava. Nas palavras de Eugenia, em entrevista a Portinari: “Não sei enganar. Falo o que penso e sinto. Quem se rebaixa pedindo favores e fazendo politicagem não merece respeito”. Todos os entrevistados para esse perfil destacaram essa característica de Eugenia, a sinceridade incommon e a forma dura para lidar com as pessoas. Isolina conta que pensavam bem antes de pedir opinião dela, principalmente sobre os próprios trabalhos, pois ela não poupava críticas para manter bons modos. A história de vida de Feodorova justifica, teve que ser forte diante dos acontecimentos e acabou se tornando rígida em tudo.

#### **Seminário Internacional de Dança de Brasília**

O Seminário é um curso de dança anual que reúne professores de diversos lugares do mundo para ensinar e oferecer oportunidades a bailarinos brasileiros. Homenagear Eugenia Feodorova no evento significa levar o nome dela as várias companhias de dança do Brasil e inspirar artistas envolvidos.



### Rasteiras da história

Eugenia se considerava a mais teimosa das três irmãs. Katarina era mais velha e Tatiana, a mais nova. Tinha energia que ignorava limites. Saía no intenso inverno europeu a caminho do estúdio de dança para treinar, mesmo sem professor e com as ruas tomadas por neve. Tinha paixão pela dança, pela técnica e por toda a busca de conhecimento e aperfeiçoamento.

A família morava na capital da Ucrânia, Kiev. Na época, a Rússia era União Soviética, e englobava muitos países, inclusive a Ucrânia. A cidade foi invadida pelo exército alemão no início da Segunda Guerra Mundial. Pela descendência judia da família, os pais e a *irmã mais nova* foram levados para um campo de extermínio e assassinados pouco depois, todos no mesmo dia. Ela conta que se salvou por que estava em ensaio. “Ao chegar perto de casa, os vizinhos me contaram o massacre da minha família. Impossível exprimir o que senti. Uma dor violenta como se tivessem arrancado meu coração, me envolveu totalmente. Logo os nazistas me mandaram para um campo de trabalho forçado em território alemão.”

Eugenia tinha 16 anos quando teve a carreira interrompida pela guerra. A essa altura, era formada pela Academia Estadual Coreográfica de Kiev, e dançava como primeira bailarina na companhia da escola. Permaneceu no campo de trabalho onde eram fabricados produtos bélicos por dois anos, até o fim da guerra. “Como todos de minha geração, carrego a dor dessa guerra que matou 20 milhões de russos. Destruição, fome, sofrimento, miséria. Um pesadelo indescritível.”

Ao sair do campo de concentração na Alemanha voltou para a cidade de Kiev, que estava completamente destruída. Não conseguiu encontrar os parentes, insistiu na procura por um tempo até que, em

1946, voltou a dançar e pouco depois se tornou a primeira bailarina de uma companhia formada pelos Aliados para o exército americano na Alemanha, o Ballet de Orlikowsky, em Munique. A companhia tinha vários expatriados como ela, e nos anos seguintes contou com o apoio e amizade destes que também se exilaram no Ocidente depois da guerra. “No exílio não havia lugar para diferenças ideológicas. Éramos todos russos com nostalgia da pátria e gostávamos de nos visitar, de conversar, de saborear nossa comida típica.”

De 1946 a 1954 esteve em turnês por diversos países europeus, foi primeira bailarina de grandes companhias, como o Ballet do Scala, em Milão, e logo começou a coreografar e lecionar. Em 1954, ainda atuava como bailarina quando foi convidada a vir para o Brasil por iniciativa de Dalal Achcar, bailarina e professora brasileira.

### Excelência e ação

Achcar convidou Feodorova a trabalhar no Brasil como professora e coreógrafa da companhia que pretendia criar: o Balé do Rio de Janeiro. Ela conta: “Eu estava estudando em Paris com os grandes mestres, quando um dia apareceu uma aluna que me chamava atenção pela maneira um pouco diferente de dançar. Essa ‘maneira diferente’, vim a aprender depois, se chama ‘estilo’ e creio que é o mais importante atributo de um grande artista”. Um bailarino com estilo dança alinhado aos detalhes ensinados de acordo com a escola de formação, como Eugenia, que foi ensinada desde cedo no método russo.

Dalal Achcar queria que no Brasil houvesse balé como na Europa, que os bailarinos brasileiros tivessem oportunidade de ensino com qualidade. Convidou Eugenia para ajudá-la nesse propósito. A condição: que a

### Guerra

A irmã mais velha de Eugenia, Katarina, fugiu de trem com os filhos para Vinnitza, onde o sogro morava. A cidade fica a 300 km de distância de Kiev, onde a comida estava escassa e começava a preocupar a família. Muitos anos depois Eugenia descobriu, por meio do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, que a irmã mais velha havia sobrevivido também aos horrores da guerra, e que estava morando com a família na Rússia. Manteve contato com a família sempre que pôde.

professora madame Makarova viesse também, pois Fedodorova não queria deixar de ter aulas com ela. Além disso, deixou claro que se as coisas não funcionassem de modo satisfatório voltaria para a França.

A chegada de Eugenia ao Brasil se deu no dia da morte de Getúlio Vargas, em agosto de 1954. Esperava um lugar paradisíaco, achou tudo muito sombrio e triste. Não entendia o que estava acontecendo e não falava uma só palavra em português. Aos poucos foi sendo conquistada. “A musicalidade do povo brasileiro me encantou. Nesse aspecto, era como voltar à Rússia. Havia o calor humano, aquela boa vontade misturada com simplicidade e simpatia que encanta o estrangeiro. Me surpreendi negativamente ao verificar qual era a situação dos bailarinos no Brasil, mal pagos, quase sem oportunidade e precisando trabalhar em shows de boate para se sustentar.”

Ao perceber que por aqui havia pouco a se dançar e muito a se fazer pela dança e pelos talentos brasileiros, mergulhou fundo no trabalho. A padronização dos termos nas técnicas do balé possibilitava entendimento entre os alunos e ela, que desenvolvia o português aos poucos. Envolveu-se com projetos da academia Dalal e chegou a montar uma versão do balé *O Quebra-Nozes*, que rendeu boas críticas e sessões lotadas. A parceria com Dalal acabou em 1957, ao ser contratada pelo Teatro Municipal do Rio de Janeiro como *maître* de balé e coreógrafa e tomou a decisão de abrir a própria escola, desde então em atividade.

Em 1959, coreografou o balé de repertório *Lago dos Cisnes* no Teatro Municipal do Rio de Janeiro (TMRJ), montado pela primeira vez na íntegra em toda a América. Eugenia foi responsável pelo espetáculo e fez questão que somente bailarinos brasileiros dançassem, apesar da insistência de muitos para que se trouxessem bailarinos do exterior para

os principais papéis, como se costuma fazer no Brasil. Eugenia ajudou a dança do Brasil a sair, ao menos um pouco, da condição de colonizada. A determinação e qualidade do trabalho dela mostravam aos próprios brasileiros o potencial desse país. Com as exigências cortava desculpas, idolatrias e apontamentos. Não dava preferências aos primeiros bailarinos, buscava oferecer igual atenção a todos, desenvolvia a companhia como um conjunto. A meu ver ela lidava com o que tinha sem se lamentar pelo que gostaria de ter ou idealizar condições perfeitas.

O jeito brasileiro não era desculpa para quem trabalhou com Eugenia. “Balé requer muito esforço físico. Assemelha-se ao trabalho de estivador, só que enobrecido pelo sentido artístico. É indispensável suar aos borbotões, aguentar dores musculares, extrair do corpo rendimento máximo.” A *maître* de balé tinha consciência das dificuldades da profissão e do contexto da dança no Brasil, ainda assim, acreditava mais no que fazia e no potencial de mudança da arte. “Mesmo sabendo que os bailarinos do Municipal tinham razões de queixa devido à condição de funcionários públicos mal pagos, eles haviam optado por essa carreira e então, acima de tudo, deviam ter respeito próprio e devoção à arte. Para se organizar e fazer justas reivindicações era preciso apresentar trabalho de qualidade.”

### **Trabalho duro**

Seu modo de educar mudava o cenário da dança, com aulas cheias de detalhes, que iam além da técnica. Dalal Achcar afirma: “Não deixava de criticar a ignorância cultural dos bailarinos brasileiros e complementava as aulas com discursos inflamados sobre a importância de estudar e ler sobre poesia, literatura, música e pintura. Achava inadmissível que artistas

#### **Maître**

O título de *maître* de balé é destinado aos profissionais responsáveis por remontar grandes obras de balé tentando manter autenticidade e estilo. É um título de honra.



Feodorova, em 1945,  
quando recomeçou  
sua carreira na Europa  
Occidental, pós-guerra





não soubessem sobre Alexander Púchkin, Anton Tchekhov, Fiódor Dostoiévski, Liev Tolstói, Constantin Stanislavski, Marc Chagall, Piotr Ilitch Tchaikovsky etc. Ela dizia que sem estes conhecimentos não adiantava nada fazer quatro piruetas.” Esses nomes são de grandes artistas russos, que marcam a história e a cultura Ocidental.

Outro grande marco na carreira de Feodorova foi *O descobrimento do Brasil*, montado em 1961, um espetáculo em quatro atos com música de Heitor

Villa-Lobos. Eugenia coreografou dois atos, e Tatiana Leskova outros dois. Leskova é russa e foi bailarina, coreógrafa e diretora do TMRJ. As duas estrangeiras tiveram que se informar de modo minucioso sobre a flora, fauna, os índios e costumes para recontar o descobrimento do Brasil. Eugenia afirmava se sentir parte da frota de Cabral, a descobrir e explorar o Brasil. “A monumental música de Villa-Lobos me envolvia e emocionava. Ele transmitiu em profundidade o que um Europeu sente

diante da pujança da natureza tropical banhada em sol ardente.”

Eugenia recebeu uma proposta para trabalhar na Alemanha em 1974, depois de morar 20 anos no Brasil. Foi contratada para dirigir uma temporada de balé da Ópera de Berlim. Aceitou, apesar das dolorosas lembranças que o país lhe trazia. Depois de um ano fora, voltou ao Brasil. Luna Mouchatche, grande amiga e mãe de uma aluna de Eugenia, foi buscá-la no aeroporto. A recém-chegada pediu para ser levada a um hotel até que encontrasse um lugar para ficar, mas a amiga se recusou e ofereceu a própria casa pelo tempo que fosse necessário, pois havia condições de recebê-la com conforto. A convivência funcionou muito bem, e Dona Genia morou com a família por 18 anos. Luna está com 96 anos e a memória começa a falhar, mas a filha Iara Mouchatche conta que se lembra de Eugenia sempre, que ela era parte da família.

A convivência diária permitiu muita proximidade e a família teve acesso a detalhes da vida de Eugenia que poucos tiveram. Iara conta que sempre questionava o motivo de ter escolhido o Brasil como lar. “Ela tinha consciência que este era um país estranho, mas passou por momentos muito difíceis na guerra.” A experiência da escassez valorizava muito a fartura de alimentos no Brasil, e também as amizades e o acolhimento. Eugenia foi muito bem recebida aqui, gostava da cultura e do povo brasileiro e havia muito que fazer. Talvez os anos de dedicação ao balé brasileiro tenham sido um jeito para ela se sentir em paz com o tempo que perdeu na guerra, e o calor humano, um consolo para as crueldades e friezas que marcaram a história dela.

A consciência da realidade brasileira que Eugenia tinha e talvez



Feodorova ensina Ruth Lima, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em 1967



## Homenagem aos artistas

Arte sempre teve espaço aqui na Campus. Por isso, tivemos a reportagem “Educação pela música”, escrita por Monique Rodrigues. O perfil trouxe o maestro, na época com 91 anos, Levino de Alcântara, fundador da Escola de Música de Brasília (EMB). Com uma infância difícil, o artista cresceu para se tornar um dos nomes conhecidos no ensino da arte. Impulsivo e do tipo que agia rápido, deixou Brasília ressentido por situações que viveu na gestão da EMB e mudou-se para o Pará. O músico chegou a ter desentendimentos com Claudio Santoro - maestro que dá nome ao Teatro Nacional de Brasília e, em 20 janeiro de 2014, um ano após o texto, faleceu por câncer no pulmão.

Disponível em: [goo.gl/b2SL9r](http://goo.gl/b2SL9r).

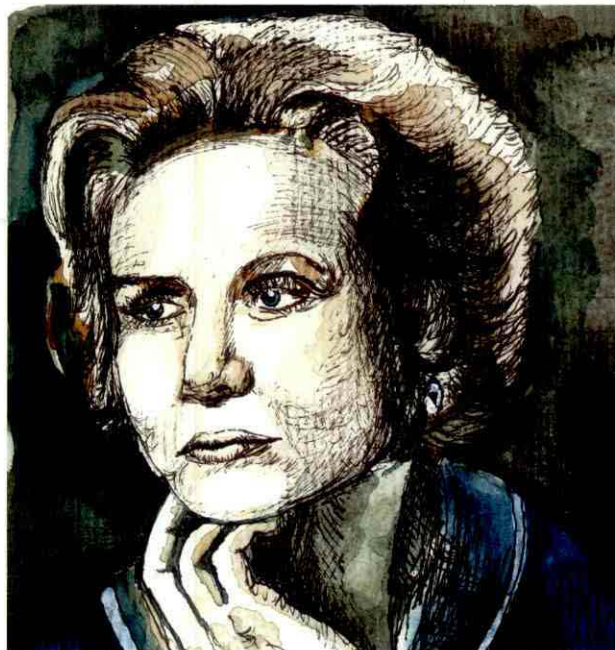


Ilustração de Eugenia Feodorova feita por Gabriel Dutra

até alguma frustração a fizeram aceitar um convite para trabalho na Europa. “Ela voltou para Alemanha ao perceber que o balé aqui era ‘murro em ponta de faca’. Mas acho que o amor pelo Brasil, o amor pelas pessoas do Brasil e a solidão a fizeram voltar.” Iara diz se lembrar de Eugenia sempre que entra na casa da mãe, que a presença dela trazia algo de muito especial para o ambiente. “Acredito que o carisma e a coragem dela não vão ser esquecidos.”

### Hora da folga

Uma coisa marcante na memória de Iara era o aniversário de Dona Gênica. No dia 17 de outubro, uma festa surpresa era organizada na academia. A comemoração reunia amigos e alunos: antigos, atuais e até as crianças que iriam começar a fazer aulas. Essa movimentação acontecia todo ano, e obviamente a festa não era surpresa, mas era motivo de alegria e celebração para as pessoas e para a própria Eugenia, que dizia: “Essa semana aniversário meu vão me fazer surpresa na ‘acadimia’”, desse jeito mesmo, picado.

Eugenia se zangava por nunca ter aprendido o português corretamente, achava que falava bem e só se dava conta dos erros quando se escutava em alguma entrevista ao rádio ou à televisão. Os trocadilhos e erros na conjugação eram motivo de risada na família Mouchatche. O carro, por exemplo, não era conversível, era “decapotado”. Iara se lembra de Eugenia sempre estar lutando com a gordura. “Um dia disse ‘eu sou em dieta’ e eu achei genial, uso essa expressão até hoje.”

O fluxo de trabalho no Rio de Janeiro era intenso. Atuava no Teatro Municipal, na própria academia de dança e também em produções para a Rede Globo e para o cinema. Se manteve em pesquisa, fazia cursos, era convidada a lecionar, a julgar e a coreografar em vários países.

Formou grandes bailarinos que estão espalhados em importantes funções pelo Brasil e pelo mundo. As próximas gerações estão sendo privilegiadas por esse conhecimento, do qual talvez nem se conheça a origem. Sou uma das privilegiadas da terceira geração. Ouvir o discurso de outras

bailarinas formadas por ela, assim como a minha professora, me fez perceber a unidade e potência do método que Eugenia trouxe para o Brasil. Muito além dos prêmios que ganhou ou dos grandes balés que dirigiu, a maior influência de Eugenia foi no modo de ensinar. Revolucionar o método de ensino de alguma coisa é, a meu ver, valioso e eterno. O modo de pensar a dança clássica mudou depois de Eugenia, e os benefícios disso estão marcados na história e continuarão a refletir por todo o futuro.

Ouvir a história de uma estrangeira que lutou pela arte no Brasil e que agia com franqueza e justiça deveria inspirar os brasileiros de um país em crise. Uma pessoa não é só o que fala de si e muito menos o que os outros pensam dela. Essa história é mais sobre a Eugenia hoje do que sobre a Eugenia que viveu 78 anos. A intenção é mostrar que com coragem, honestidade e dedicação os aprendizados de uma vida podem perdurar e resistir até ao mais poderoso dos deuses, o tempo.










Experimento tipográfico desenvolvido na disciplina Direção de Arte do segundo semestre de 2017 - FAC/UnB





# MANUAL dos PROCESSOS da FAC

Criado para descomplicar processos burocráticos, o manual está disponível no site da FAC e será distribuído para os alunos em Março de 2018.

## Criação e produção

Turma de  
Assessoria e Consultoria em Comunicação  
do 1º semestre de 2017 do Departamento de  
Comunicação Organizacional da FAC/UNB

## TAGARELA

Núcleo de Produção e Gestão de  
Conteúdo da Faculdade de Comunicação da  
Universidade de Brasília



**UnB**





S  
O

